

Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Maria Olívia Duarte Batistuta e Almeida

**Acompanhamento de egressos como instrumento de gestão:
uma proposta de inovação nas políticas acadêmicas da
Universidade Federal do Triângulo Mineiro**

Uberaba - MG

2021

Maria Olívia Duarte Batistuta e Almeida

**Acompanhamento de egressos como instrumento de gestão:
uma proposta de inovação nas políticas acadêmicas da
Universidade Federal do Triângulo Mineiro**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica da Universidade Federal do Triângulo Mineiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Julio Cesar de Souza Inácio Gonçalves

Coorientador: Prof. Dr. Lauro Osiro

Uberaba - MG

2021

**Catálogo na fonte: Biblioteca da Universidade Federal do
Triângulo Mineiro**

A449a Almeida, Maria Olívia Duarte Batistuta e
Acompanhamento de egressos como instrumento de gestão: uma proposta de inovação nas políticas acadêmicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro / Maria Olívia Duarte Batistuta e Almeida. -- 2021.
118 p. : il., graf., tab.

Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica) -- Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2021
Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar de Souza Inácio Gonçalves
Coorientador: Prof. Dr. Lauro Osiro

1. Inovações tecnológicas. 2. Estudantes universitários. 3. Administração - Ferramentas. 4. Universidades e faculdades - Avaliação. 5. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Brasil). I. Gonçalves, Júlio César de Souza Inácio. II. Universidade Federal do Triângulo Mineiro. III. Título.

CDU 378.4

MARIA OLÍVIA DUARTE BATISTUTA E ALMEIDA

**ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS COMO INSTRUMENTO DE GESTÃO:
UMA PROPOSTA DE INOVAÇÃO NAS POLÍTICAS ACADÊMICAS DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Inovação Tecnológica, da Universidade Federal do Triângulo Mineiro como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Uberaba, 10 de fevereiro de 2021

Banca Examinadora:

Dr. Júlio César de Souza Inácio Gonçalves – Orientador
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Dra. Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra
Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Dr. Humberto Ferreira Silva Minéu
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro



Documento assinado eletronicamente por **JULIO CESAR DE SOUZA INACIO GONCALVES, Professor do Magistério Superior**, em 10/02/2021, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no art. 14 da [Resolução nº 34, de 28 de dezembro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **FABIANA CAETANO MARTINS SILVA E DUTRA, Professor do Magistério Superior**, em 10/02/2021, às 11:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no art. 14 da [Resolução nº 34, de 28 de dezembro de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Humberto Ferreira Silva Minéu, Usuário Externo**, em 10/02/2021, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#) e no art. 14 da [Resolução nº 34, de 28 de dezembro de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0475411** e o código CRC **3D49E022**.

À Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
Que as informações contidas nesta pesquisa possam contribuir
para a excelência do ensino nessa instituição que tanto amo!

AGRADECIMENTOS

À Deus, gratidão por conceder-me forças como coragem e perseverança.

Aos meus pais, Francisca e José, por me proporcionarem uma formação sólida e valorizarem todas as minhas conquistas.

Às minhas filhas, Eduarda e Paula, por respeitarem minha ausência e mau humor nos momentos difíceis.

Ao meu marido Ricardo, pelo incentivo constante, por ser incansável, pelo apoio incondicional, e por acreditar na minha capacidade mais que eu mesma.

Aos professores do Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica (PMPIT) pelos conhecimentos partilhados e incentivos prestados.

Aos colegas de turma pelo convívio, troca de aprendizagem e entusiasmo em fazer acontecer.

Aos meus companheiros de DRCA, pela torcida, incentivo e por compartilhar das frustrações, angústias e conquistas, a cada etapa vencida. Nilda, colega de mestrado, companheira de DRCA e amiga, minha eterna gratidão por todo suporte e incentivo, e por me fazer enxergar que seria possível.

A todos ex-alunos, professores e colegas de UFTM que se entusiasmaram com a proposta e me fizeram acreditar que seria exitoso. Àqueles que não me viram como capaz, gratidão pela seiva e pela colheita; vocês incentivaram-me a querer superar a mim mesma.

Aos professores Julio Cesar de Souza Inácio Gonçalves e Lauro Osiro, meus orientadores, pelo empenho, incentivo, ensinamentos e parceria na construção desta pesquisa.

Às professoras Alessandra Cavalcanti de Albuquerque e Souza, Beatriz Gaydeczka e Fabiana Caetano Martins Silva e Dutra, professor Humberto Ferreira Silva Minéu, pelo apoio e incentivo prestados, e ao colega de mestrado Raphael Ilidio Arduini pelo desprendimento em me ajudar, quando solicitado.

Ao estatístico Sergio Antonio Zullo pelos esclarecimentos e direcionamento na construção desta pesquisa.

Às bibliotecárias Sônia Paolinelli, Rachel Inês e Leila Anastácio pela competência e auxílios prestados.

Ao Ênio, sempre disposto a ajudar transmitindo leveza com seu sorriso.

À minha tia Valdete, por toda alegria e vibração a cada conquista.

Meus sinceros agradecimentos a todos que, mesmo não sendo citados, contribuíram para a superação dos desafios e alcance desta significativa conquista em minha vida.

Gratidão!

*“Somos todos casas com quatro cômodos:
um físico, um mental, um emocional e um espiritual.
Tendemos a viver em um cômodo a maior parte
do tempo; contudo, se não entrarmos
em cada um desses cômodos todos os dias,
mesmo que seja só para arejá-lo,
não seremos pessoas completas!”*

Provérbio indiano

RESUMO

A Educação Superior brasileira é permanentemente avaliada para assegurar a melhoria da qualidade do ensino oferecido à população. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) é responsável pelos procedimentos de avaliação das instituições, cursos e alunos do ensino superior e, para isso, faz uso do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). As dimensões avaliadas nesse sistema contemplam, entre outras, as políticas de atendimento aos estudantes, sendo o acompanhamento de egressos um dos principais aspectos observados neste item. Esta pesquisa tem como objetivo propor um instrumento de gestão para acompanhamento de egressos na UFTM, constituindo-se de uma inovação no processo de resposta à avaliação institucional, a julgar que a Universidade ainda não dispõe de mecanismos para suprir essa demanda. A construção do instrumento contou com a avaliação de um comitê de juízes e a coleta de dados foi realizada pelo método de amostragem por conveniência, com aplicação de um questionário *on-line* em um grupo de ex-alunos do curso de Medicina da Instituição. Os dados foram analisados pela distribuição de frequência das respostas, para apresentar a visão geral dos resultados. Além disso, os dados relacionados especificamente aos critérios de avaliação institucional, também foram submetidos aos procedimentos estatísticos Teste qui-quadrado de Pearson e Análise de Variância - ANOVA, com vistas a realizar comparações entre as percepções de três grupos de egressos categorizados por data de conclusão do curso. Os resultados pressupõem que o instrumento de gestão responde aos critérios de avaliação estabelecidos pelo INEP e firma-se como um mecanismo capaz de manter atualização sistemática de informações a respeito dos egressos, assim como viabiliza a realização de estudo comparativo entre sua atuação no mercado de trabalho e a formação recebida na IES, assim como é capaz de fornecer subsídios para o processo de aprimoramento do ensino, pesquisa e extensão oferecido pela UFTM.

Palavras-Chave: Inovação. Acompanhamento de egressos. Instrumento de gestão. Avaliação institucional. SINAES.

ABSTRACT

The Brazilian Higher Education is permanently evaluated in order to ensure improvements in the quality of education offered to the population. The Anísio Teixeira National Institute for Educational Studies and Research (INEP) is responsible for evaluating higher education institutions, courses and students; for this, it makes use of the National Higher Education Evaluation System (SINAES). The dimensions assessed in this system include, among others, policies for student support, with graduates follow-up being one of the main aspects observed in this item. This research aims to propose a management instrument for following up graduates from UFTM. Such instrument represents an innovation in the process of responding to institutional evaluation, considering that the University still lacks mechanisms to meet this need. The development of the instrument relied on the evaluation by a committee of judges. Data collection was carried out according to the convenience sampling method, with the application of an online questionnaire to a group of former UFTM students from the Medicine major. Data were analyzed according to the frequency distribution of the responses in order to present an overview of the results. In addition, data specifically related to institutional evaluation criteria were submitted to the statistical procedures Pearson's chi-square test and analysis of variance - ANOVA, aiming to make comparisons between the perceptions of three groups of graduates categorized by date of course completion. Results suggest that the management instrument meets the evaluation criteria established by INEP and is capable of maintaining systematic updating of information about graduates. The instrument also makes possible to carry out studies comparing students' performance in the labor market with the training and preparation they received at the Higher Education Institution. Additionally, it provides helpful information for the process of improving teaching, research and outreach activities offered by UFTM.

Keywords: Innovation. Graduates follow-up. Management instrument. Institutional evaluation. National Higher Education Evaluation System (SINAES)

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Fluxo da composição à definição da amostra de respondentes.....	43
----------	---	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráficos 1 a 4	Caracterização dos egressos de acordo com gênero, etnia, faixa etária e estado civil.....	51
Gráfico 5	Local de residência dos egressos de Medicina.....	53
Gráfico 6	Ocupação profissional dos egressos de Medicina.....	53
Gráficos 7 e 8	Vínculo empregatício dos egressos e atuação profissional em instituição de ensino.....	54
Gráfico 9	Renda média mensal dos egressos de Medicina.....	54
Gráficos 10 e 11	Avaliação dos egressos em relação à infraestrutura e à biblioteca.....	55
Gráficos 12 e 13	Avaliação dos egressos em relação ao corpo docente e matriz curricular.....	55
Gráficos 14 e 15	Avaliação dos egressos sobre as atividades de pesquisa e extensão.....	56
Gráficos 16 e 17	Avaliação dos egressos em relação ao estágio e à assistência discente.....	56
Gráficos 18 e 19	Avaliação dos egressos em relação à formação ética e profissional e à formação humana.....	57
Gráfico 20	Avaliação dos egressos sobre o tempo de inserção no mercado de trabalho.....	58
Gráfico 21	Avaliação dos pontos fortes do curso de Medicina.....	59
Gráfico 22	Avaliação dos pontos fracos do curso de Medicina.....	59
Gráficos 23 e 24	Tipo de instituição de ensino e especialidades de residência médica cursadas pelos egressos.....	60
Gráficos 25 e 26	Porcentagem de mestres e doutores entre os egressos.....	61
Gráfico 27	Avaliação sobre aspectos de teoria, prática e demandas de mercado.....	62
Gráficos 28 e 29	Manifestação dos egressos do curso de Medicina sobre o contato com ex-professores e a possibilidade de retorno à universidade.....	63

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Relação de conceitos de inovação educacional encontrados na literatura.....	34
Quadro 2	Quantitativo e percentual de respondentes por grupos categóricos...	64
Quadro 3	Trechos de depoimentos dos respondentes relacionados aos temas de estágio e apoio institucional aos discentes.....	69

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Quantitativo de formandos da UFTM: de 1959 a 2019 (<i>Campus Uberaba-MG</i>).....	38
Tabela 2	Distribuição das respostas dos juízes na avaliação do critério de organização.....	46
Tabela 3	Distribuição das respostas dos juízes na avaliação do critério de objetividade.....	46
Tabela 4	Distribuição das respostas dos juízes na avaliação do critério de clareza.....	47
Tabela 5	Distribuição das respostas dos juízes na avaliação do critério de facilidade de leitura.....	47
Tabela 6	Distribuição das respostas dos juízes na avaliação do critério de compreensão do conteúdo.....	48
Tabela 7	Avaliação do instrumento de pesquisa realizada pelos juízes (em percentagem).....	48
Tabela 8	Avaliação por categoria dos egressos sobre os itens 13 a 22 do questionário (números absolutos e Teste qui-quadrado de Pearson).....	65
Tabela 9	Valor-P e Associação entre as categorias a partir do Teste qui-quadrado para as questões 13 a 22 do questionário aplicado.....	66
Tabela 10	Análise de variância (ANOVA) por categoria dos egressos sobre os itens 13 a 22 do questionário (Valor-P e Média).....	67

LISTA DE SIGLAS

ANOVA	Análise de variância
BASIS	Banco Nacional de Avaliadores do Sinaes
C&T	Ciência e Tecnologia
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior
CEFORES	Centro de Educação Profissional
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CFE	Conselho Federal de Educação
CFM	Conselho Federal de Medicina
CNE	Conselho Nacional de Educação
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CT&I	Ciência, Tecnologia e Inovação
DCN	Diretrizes Curriculares Nacionais
DOU	Diário Oficial da União
EaD	Ensino à Distância
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
e-SIC	Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão
FMTM	Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro
ICT	Instituto de Ciência e Tecnologia
IEDUC	Instituto Educandi
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LDBEN	Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NIT	Núcleo de Inovação Tecnológica
OMS	Organização Mundial da Saúde
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento

PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PNE	Plano Nacional de Educação
PPC	Projeto Pedagógico do Curso
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SERES	Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UC	Unidade Curricular
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
2	REFERENCIAL TEÓRICO	24
2.1	PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DE EGRESSO NAS IES.....	24
2.2	POLÍTICAS E DIRETRIZES DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR.....	26
2.3	INFLUÊNCIAS DO PERFIL DE EGRESSO NO TRABALHO DE APRIMORAMENTO CURRICULAR NO ENSINO SUPERIOR	29
2.4	O PROCESSO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA GESTÃO EDUCACIONAL.....	32
3	ASPECTOS METODOLÓGICOS	37
3.1	ESCOLHA DA POPULAÇÃO AMOSTRAL PARA DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA.....	37
3.2	CONSTRUÇÃO DE ITENS E ESCALAS DE RESPOSTA	39
3.3	VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA	40
3.4	PRÉ-TESTE.....	41
3.5	COLETA DE DADOS.....	42
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	45
4.1	VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO PELO COMITÊ DE JUÍZES	45
4.2	REALIZAÇÃO DO PRÉ-TESTE	49
4.3	APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO EM POPULAÇÃO AMOSTRAL	50
4.3.1	Análise descritiva do questionário	51
4.3.2	Teste qui-quadrado e Análise de Variância (ANOVA)	64
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
	REFERÊNCIAS	73
	APÊNDICE A - Formulário para avaliação dos juízes	77
	APÊNDICE B - Instrumento de pesquisa validado pelo comitê de juízes	86
	APÊNDICE C - Resposta à questão 33	91
	ANEXO A - Pedido/autorização e-Sic	108
	ANEXO B - Autorização PROENS	110
	ANEXO C - Parecer CEP-UFTM	111
	ANEXO D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	117
	ANEXO E - Carta Coordenação	119
	ANEXO F - Visualização do convite na plataforma Google Forms	120

1 INTRODUÇÃO

A história da educação no Brasil começa com a chegada dos primeiros padres jesuítas. Bello (2019) afirma que durante mais de 200 anos eles foram praticamente os únicos educadores do Brasil. Fundaram escolas de ler, contar e escrever que, embora secundárias, eram de reconhecida qualidade; algumas com modalidades de estudos equivalentes ao nível superior.

Após a ruptura do consolidado modelo educacional jesuítico, destituído em 1759 pelo Marquês de Pombal, o Estado passou a assumir os encargos da educação (SOUZA, 2018). Em 1823 foi instituído o Método Lancaster, onde um aluno (decurião), após treinamento recebido, transmitia os ensinamentos a um grupo de dez alunos (decúria), contribuindo, essa proposta de ensino mútuo, para a diminuição do número de professores.

Souza (2018) afirma que a descentralização do ensino, estabelecida pela Constituição Brasileira de 1891, onde os estados se responsabilizavam pelo ensino primário e a União pelo ensino secundário e superior, acabou gerando uma desorganização no sistema educacional brasileiro, deixando-o dual e acentuando um caráter classista e acadêmico. De um lado, o ensino primário e profissional, além de precário, era destinado às classes populares, de outro, os cursos secundários e superiores eram totalmente voltados para a formação da elite.

Fato é que as primeiras universidades brasileiras nasceram após a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando o Brasil começou a repensar o setor educacional e redefiniu o papel do Estado na educação. Nesse período, surgiram as universidades do Rio de Janeiro (UFRJ-1920), de Minas Gerais (UFMG-1927), de Porto Alegre (UFRGS-1934) e de São Paulo (USP-1934).

A Revolução de 1930 também foi um momento importante na história da educação brasileira, pois na época foram criados o Ministério da Educação e as secretarias de Educação dos estados, por meio do Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931. O sistema educacional lograva avanços significativos e, em meio a uma forte ideologia de garantir o direito à educação para todos, o período foi marcado por outro acontecimento relevante: a promulgação da Constituição Federal de 1934.

Entretanto, o processo foi paralisado com o surgimento do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas (1937-1945), sendo retomado apenas em 1948 por meio

de encaminhamento de um Projeto de Lei ao Congresso Nacional. A aprovação do projeto ocorreu somente 13 anos depois em meio a fortes movimentos em defesa da escola pública, universal e gratuita, os quais contribuíram para surgimento de órgãos importantes, tais como: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Fundação CAPES - 1951) e Conselho Federal de Educação (CFE - 1961), culminando na Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que instituiu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) (BELLO, 2019).

Atualmente, a estrutura do sistema educacional brasileiro é definida por duas legislações principais: as diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988 e a LDBEN, atualizada pela Lei nº 9.394 de 1996. A educação superior, composta pela graduação, pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e ensino à distância (EaD), atua com mecanismos que visam assegurar a qualidade do ensino, entre eles o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, cujo objetivo principal é avaliar as instituições de ensino superior (IES), os cursos de graduação e o desempenho acadêmico de seus estudantes.

Coordenado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e executado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o SINAES prevê algumas dimensões de avaliação organizadas em cinco eixos: planejamento e avaliação institucional, desenvolvimento institucional, políticas acadêmicas, políticas de gestão e infraestrutura física.

No escopo do eixo que aborda as políticas acadêmicas adotadas pelas IES, verifica-se uma dimensão que trata das questões relacionadas ao atendimento aos discentes. Os principais aspectos avaliados nessa vertente fazem referência à coerência das políticas e das condições de atendimento aos alunos, aos programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico e ao processo de acompanhamento dos egressos (BRASIL, 2009).

Historicamente, o processo de avaliação institucional sofreu importantes modificações ao longo dos anos por meio de sucessivas reformas educacionais, na tentativa de ampliar as características tão somente regulatórias para tornar-se um instrumento de avaliação mais amplo, no qual os aspectos relacionados à qualidade do ensino e aos impactos da missão institucional na sociedade passassem a ganhar maior destaque.

Embora esse objetivo não tenha sido contemplado em sua totalidade, Simon et al. (2017) enfatizam que esse movimento de busca por aprimoramento da avaliação das IES foi extremamente importante para agregar estratégias que envolvessem a participação da comunidade externa e ampliassem as informações sobre egressos entre os indicadores observados na avaliação institucional.

Para esses autores, além da consistência das avaliações formativas para a gestão e planejamento voltados para a qualidade do ensino, o marketing institucional e o retorno do egresso se fazem vertentes estratégicas que podem contribuir nos processos de gestão das IES. A ideia é compartilhada por Michelan et al. (2009) ao defenderem que o perfil profissiográfico do egresso reflete sua capacidade de gerir o conhecimento adquirido e de aplicá-lo com competência, sendo que para as IES, enquanto formadoras, essa visão resulta de estudos junto ao mercado de trabalho, sendo seus ex-alunos uma profícua e significativa fonte de informação.

Nessa perspectiva, as instituições são avaliadas sobre os mecanismos que utilizam para: conhecer a opinião de seus egressos no tocante à formação curricular e ética recebida; identificar o índice de ocupação entre eles; estabelecer relação entre ocupação e formação profissional e, em visão mais ampla, para verificar a opinião de seus empregadores, no intuito de subsidiar possível revisão de planos e programas acadêmicos (BRASIL, 2009).

Ao dar enfoque ao estado da arte sobre estudos de egresso, Paul (2015) destaca que o tema recebe pouca atenção das IES, sendo, na maioria das vezes, tratado como um procedimento meramente administrativo, em detrimento de uma tomada de consciência das instituições sobre a importante contribuição das informações oriundas desse público no tocante às estratégias direcionadas para o processo de formação superior.

Esse mesmo autor relata que os portais criados pelas instituições na internet constituem-se de um simples cadastramento de dados ou até mesmo são utilizados como mecanismo de propaganda e oferta de cursos, sendo que poucas IES disponibilizam informações derivadas de análises estatísticas e, ainda assim, apresentam indicadores medíocres.

Embora as instituições tenham empenhado esforços para atender as políticas e os critérios preconizados pelo INEP, ocorre que nem todas fazem a gestão de seus egressos, ocasionando questionamentos por parte das comissões técnicas que

realizam os procedimentos de acompanhamento e avaliação, bem como dos próprios coordenadores de curso que mediam as visitas *in loco* dessas comissões.

Esse cenário aproxima-se da realidade observada na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), tendo em vista que ela ainda não dispõe de uma ferramenta para acompanhamento de seus egressos. Com base nisso, verifica-se a necessidade de implementar procedimentos que contribuam para promover a relação universidade e ex-alunos, de modo a atender não apenas aos critérios de avaliação do INEP, mas também de aprimorar as metodologias de ensino e aprendizagem.

Trata-se, portanto, de uma importante lacuna a ser preenchida pelas IES, uma vez que isso requer inovação nos processos de trabalho voltados para a busca de conhecimento acerca das percepções, dos caminhos e das experiências construídas pelos seus egressos no decorrer das práticas profissionais.

Esta pesquisa tem como campo de estudo a Universidade Federal do Triângulo Mineiro, localizada em Uberaba-MG, uma cidade situada estrategicamente a aproximadamente 500 quilômetros de distância de importantes polos financeiros, políticos e administrativos do País (São Paulo, Belo Horizonte, Brasília e Goiânia). A UFTM, anteriormente denominada Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro (FMTM), foi transformada em universidade no ano de 2005, por meio da Lei nº 11.152, de 29/07/2005, publicada no DOU de 01/08/2005.

Atualmente, a UFTM oferta 28 cursos de graduação, incluindo um *campus* em Iturama-MG, além de programas de pós-graduação e cursos de educação profissionalizantes. Tradicionalmente reconhecida pelo ensino de ponta na área da saúde, a primeira graduação da Instituição foi o curso de Medicina, implantado em 1954, cuja turma pioneira de formandos se deu em 1959. Com mais de 65 anos de atuação, a UFTM possui, hoje, um significativo quadro de egresso, que supera a marca de 9.400 ex-alunos, sendo, só no curso de Medicina, 4.304 graduados até o ano de 2019.

É, pois, nessa vertente de investigação que a pesquisa pretende responder, entre outros, aos seguintes questionamentos: como o egresso avalia a formação que ele recebeu na universidade? Quantos prosseguiram os estudos em programas de pós-graduação? Quantos atuam em pesquisa produzindo novos conhecimentos para a ciência? Qual a porcentagem de ex-alunos que trabalha em ocupações

relacionadas à sua formação? Qual a média de remuneração que eles recebem no mercado de trabalho? Quantos deles atuam fora do país?

A escolha pelo tema de pesquisa encontra amparo na formação acadêmica combinada com as atribuições profissionais da pesquisadora, que possui especialização em docência na educação superior e atua na área de registro e controle acadêmico da UFTM. Sobre isso, Richardson (2012) defende que a escolha do local e a familiaridade do pesquisador com o objeto de estudo constituem-se de aspectos fundamentais para o desenvolvimento de uma pesquisa, uma vez que estabelecem maior proximidade do pesquisador com o fenômeno estudado.

Sendo assim, esta pesquisa constitui-se de uma proposta inovadora para as políticas de atendimento ao estudante e tem como objetivo principal propor um instrumento de gestão para acompanhamento dos egressos na UFTM, de modo que seja uma ferramenta efetiva no processo de investigação sobre as repercussões dos cursos oferecidos pela Instituição na vida de seus ex-alunos.

Para alcançar esse propósito, foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- a) identificar as informações sobre egressos que são mais relevantes para compor o banco de dados da Instituição;
- b) construir um instrumento de pesquisa para coletar dados junto aos egressos da Universidade;
- c) gerar informações que atendam os critérios de avaliação do INEP e contribuam para melhoria das políticas internas de atendimento aos discentes;
- d) subsidiar o processo de comunicação entre egressos e universidade acerca das exigências do mercado de trabalho e das propostas formativas da academia.

Ademais, a proposta deste estudo firma-se na possibilidade de inovar o processo de comunicação da universidade com seus egressos e de contribuir com a qualidade do ensino superior, por meio de indicadores que versem sobre a efetividade da missão institucional na sua relação com a sociedade.

A pesquisa foi estruturada em cinco seções que, alinhadas ao rigor científico, detalham as etapas da construção do instrumento proposto. Posteriormente a esta parte introdutória, tem-se o referencial teórico, no qual é apresentada uma linha histórica da educação brasileira e alguns importantes dispositivos legais que regem

o ensino superior no país. Na sequência, os aspectos metodológicos de pesquisa, onde são descritos os procedimentos utilizados para desenvolvimento de uma ferramenta que dará sustentação ao processo de gestão dos egressos na instituição. Os resultados compõem a próxima seção e subsidiam as discussões sobre o potencial da ferramenta proposta. Por fim, são tecidas as considerações finais, que reúnem as principais percepções e recomendações para aplicação do instrumento proposto no cenário real da universidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 PERSPECTIVAS E CONTRIBUIÇÕES DA GESTÃO DE EGRESSO NAS IES

No cenário internacional as pesquisas sobre egressos surgiram nos anos 1960, quando os Estados Unidos deram início a amplas pesquisas longitudinais. A França, a partir de 1970, deu início a implementação de pesquisas com vistas ao monitoramento do sistema de formação acadêmica no país, vinculando-as a um sistema de planejamento com indicadores, que mais tarde determinou por lei que as universidades divulgassem estatísticas de aprovação nos exames parciais e ao final dos ciclos, qualidade e quantidade de estágios realizados pelos estudantes e demais indicadores sobre a continuação dos estudos e a inserção profissional no mercado de trabalho (PAUL, 2015).

Nos últimos trinta anos, a estrutura do ensino superior evoluiu de forma significativa no contexto de transformação quantitativa e organizacional, aumentando o interesse pelo futuro profissional dos egressos de graduação. Sobre isso, Paul (2015) destaca que na França 42% dos jovens estão saindo do sistema educativo com um diploma do ensino superior, contra 15% em 1985 e 32% em 1995; já na América Latina, os números de matrículas foram multiplicados por onze e, no Brasil, por quinze.

Para acompanhar o desenvolvimento institucional da educação brasileira e atender às expectativas políticas e econômicas da atualidade, as instituições públicas e privadas do ensino superior vêm assumindo estratégias que incorporam o desafio de oferecer educação de qualidade à sociedade. Os métodos de avaliação para aferir informações sobre o desempenho das IES e suas implicações nas esferas docente, discente e administrativa, tornam-se fundamentais para atendimento às políticas pedagógicas (LIMA; ANDRIOLA, 2018).

Alguns estudos com abordagem sobre os critérios de avaliação da educação superior têm demonstrado o esforço das instituições nessa direção, sendo o acompanhamento de egressos um instrumento importante no processo que avalia o desempenho das IES. Silva e Bezerra (2015), por exemplo, ao analisar as funcionalidades de um sistema de acompanhamento de egressos concluíram que o instrumento contribui para aprimoramento dos serviços em educação e no

comprometimento da comunidade universitária, além de intensificar as relações com a sociedade e o fortalecimento da missão institucional.

Silva et al. (2017), ao avaliarem a inserção profissional e o impacto das experiências acadêmicas de egressos, apontam o contato com o mundo profissional e a questão do empreendedorismo como lacunas a serem trabalhadas. Segundo eles, em momentos de crise e desemprego, se faz coerente com a responsabilidade social das IES abordar, em seus conteúdos, a formação de habilidades empreendedoras contribuindo para a redução de fracassos indesejáveis de seus egressos. O estudo desses autores evidenciou como dimensão mais frágil na inserção profissional o saber buscar emprego.

Sobre isso, Andriola (2014) enfatiza o acompanhamento de egressos como relevante estratégia institucional para obtenção de informações acerca da qualidade da formação discente e de sua adequação às novas exigências da sociedade e mercado de trabalho.

Nesse contexto, partindo da premissa que a educação se constitui de um patrimônio social, Coelho e Oliveira (2012) asseveram que a universidade deve prestar contas de suas ações à sociedade e esse mecanismo pode garantir sua respeitabilidade ao revelar sua importância e sua sustentabilidade no propósito de dar continuidade a seus projetos e perspectivas. Dessa forma, eles destacam também que a avaliação institucional deve ser construída com a participação de todos os sujeitos que dela queiram participar.

Para Lima e Andriola (2018), o acompanhamento da trajetória profissional dos graduados figura-se como aspecto fundamental para avaliar, e rever, a eficácia das IES, fomentando a implementação de novas estratégias e políticas para a melhoria da qualidade do ensino. As informações sobre egressos auxiliam os gestores nas ações de formação, nas adequações dos currículos e na promoção de coerência entre o ensino e as necessidades do mercado de trabalho. Ademais, enfatizam esses autores, a base de informações que se obtém a partir do contato com egressos representa uma riqueza que vai além de dados quantitativos, pois oportuniza um viés afetivo, estimulando o sentimento de pertença, a gratidão e a identificação com a instituição, o que torna mais provável o seu retorno à IES.

2.2 POLÍTICAS E DIRETRIZES DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

As políticas públicas da educação superior são direcionadas pelos princípios constitucionais que versam sobre pluralismo de ideias, gestão democrática e, entre outros, garantia de padrão de qualidade, previstos no art. 206 da Constituição Federal de 1988. Para alcançar esse patamar político na prestação dos serviços educacionais oferecidos à população torna-se necessária a utilização de instrumentos capazes de avaliar os processos educativos, os quais abrangem desde a concepção das instituições de ensino até os resultados que são entregues à sociedade.

Responsável por esses instrumentos de avaliação, o INEP atua nos procedimentos que subsidiam o Ministério da Educação para deferimento de atos autorizativos e demais decisões regulatórias em educação. Nos dispositivos procedimentais do Instituto tem-se que o egresso do ensino superior, além de ser o principal produto de todo o processo educativo, consiste no elemento que possibilita verificar a qualidade do ensino oferecido, os índices de sucesso e insucesso profissional após período universitário e, sobretudo, oportuniza obter devolutivas para aprimorar os serviços oferecidos pelas IES.

Entretanto, Paul (2015) afirma que os egressos, peça chave na melhoria da educação superior, não têm recebido a atenção necessária das instituições de ensino, uma vez que o processo de acompanhamento é tratado mais como um procedimento administrativo do que uma tomada de consciência sobre a importante contribuição que as informações geradas por esse conjunto de ex-alunos pode oferecer para as estratégias de formação dessas instituições.

Um dos fatores que contribui para essa lacuna pode estar associado ao próprio significado atribuído à palavra egresso, que recebe diferentes definições e uso na literatura. De modo geral, egresso traz a ideia de saída, afastamento, retirada, sobretudo fazendo referência ao indivíduo que se ausentou; que se distanciou; que já não faz mais parte de um grupo ou comunidade (HOUAISS; VILLAR, 2009; MICHAELIS, 1998).

Na produção científica, o uso do termo egresso passa por algumas variações, sendo que em alguns estudos é utilizado para indicar exclusivamente os alunos diplomados e, em outros, contempla ex-alunos caracterizados pela desistência do

curso, pela transferência de instituição ou ainda aqueles que tiveram o tempo acadêmico jubilado (PENA, 2010).

Essas distintas interpretações também permeiam a própria legislação educacional. Em documentos que tratam dos critérios de avaliação institucional para credenciamento e transformação de organização acadêmica, o conceito de egresso é entendido como sendo todo discente que tenha frequentado um curso em instituição de ensino superior, tendo ou não concluído seus estudos (BRASIL, 2017).

Por outro lado, alinhado ao pensamento de Michelan et al. (2009), Silva; Bezerra (2015) e Lima; Andriola (2018), verifica-se em publicações mais recentes que a abrangência no levantamento de dados sobre egressos concentra-se somente nos acadêmicos que efetivamente concluíram os estudos e receberam o diploma, sendo esta a interpretação de egresso utilizada neste estudo.

Essas sutilezas envolvendo egressos também podem ser observadas em algumas normas do campo da educação, a exemplo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e do SINAES. Ambos os dispositivos apresentam peculiaridades na forma de expor a importância do egresso da educação, embora tenham em comum a busca por mecanismos que proporcionem maior qualidade do ensino, com vistas a manter ritmo constante no aprimoramento da formação acadêmica em consonância com as inovações tecnológicas, as demandas de mercado e demais transformações sociais que não se estabilizam no tempo.

A LDBEN estabelece que a educação abrange a formação que se desenvolve na convivência familiar, no trabalho, nas manifestações culturais e nas formas de organização da sociedade e em mais recente mudança, passou a vigorar com ênfase ao princípio de garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida (BRASIL, 2018). Entretanto, esse dispositivo legal não faz referência direta a questões relacionadas ao egresso do sistema educacional.

Por outro lado, o SINAES propõe melhorias da educação superior, trazendo foco maior para eficácia das IES, atentando-se à efetividade acadêmica e social e, portanto, dando maior foco aos egressos. Trata-se de um sistema cujas finalidades enfatizam a promoção dos compromissos e responsabilidades sociais, pautados em valores democráticos, na afirmação da autonomia e na identidade da instituição educacional (BRASIL, 2004).

A avaliação institucional é ponto forte na atuação do SINAES, de modo que se constitui de referencial básico dos processos de regulação e supervisão da

educação superior. Para tanto, são utilizados procedimentos e instrumentos diversos, dentre eles a autoavaliação e a avaliação externa *in loco*. O objetivo é identificar o perfil da instituição e o significado de sua atuação na sociedade, considerando suas atividades, cursos e projetos em educação.

Entre as dimensões obrigatórias desse processo avaliativo constam questões relacionadas à responsabilidade e inclusão social, ao desenvolvimento econômico e cultural, além de critérios com foco em infraestrutura física, biblioteca, recursos de informação e comunicação com a sociedade.

No tocante à avaliação externa, os instrumentos de aferição sofreram atualizações em decorrência da necessidade de aperfeiçoamento de procedimentos (BRASIL, 2017b). Os parâmetros de qualidade foram reformulados para aprimorar análises, revisões e adequações da avaliação, tendo como aporte: legislação pertinente, estudos estatísticos, análise de demandas provenientes da sociedade civil organizada e da comunidade acadêmica, metas do Plano Nacional de Educação (PNE), interlocução com os integrantes do Banco Nacional de Avaliadores do Sinaes (BASIS) e permanente diálogo entre o INEP e a Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES).

A partir da nova configuração do instrumento de avaliação foram introduzidos alguns indicadores com elementos e critérios que ajudam no processo de análise e verificação. Maior ênfase das informações sobre egressos é dada em dois eixos: um que trata do desenvolvimento institucional e outro que aborda as políticas acadêmicas. No primeiro, o indicador que avalia o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) verifica se a instituição possui políticas que traduzem as ações voltadas à valorização da diversidade, do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural, além de ações afirmativas de defesa e promoção dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de modo transversal aos cursos ofertados, ampliando as competências dos egressos.

No eixo das políticas acadêmicas, a tratativa sobre egresso firma-se como critério pontual no item que avalia a Política Institucional de acompanhamento dos egressos. O instrumento atribui conceitos em escala de 1 a 5, pontuando em uma perspectiva crescente e cumulativa que parte de critérios de análise que verificam se existe na instituição uma política de acompanhamento de egressos; se tal política institucional garante ou não mecanismos de acompanhamento de egressos; se ocorre atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida

acadêmica ou da inserção profissional; se é realizado estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida, de forma a subsidiar ações de melhoria relacionadas às demandas da sociedade e do mundo do trabalho; e, por fim, se a instituição promove outras ações reconhecidamente exitosas ou inovadoras sobre o tema (BRASIL, 2017a).

Tem-se, portanto, que no âmbito do Ministério da Educação, os dispositivos legais que regem a formação superior e as competências de cada IES, trazem o perfil do egresso como um importante referencial nas discussões sobre aprimoramento curricular. Sobre isso, Michelan et al. (2009) destacam que cada área/curso deve explicitar o perfil desejado de seu egresso, abrangendo desde o desenvolvimento de competências intelectuais do indivíduo até a heterogeneidade das demandas sociais, considerando que o ensino superior deve ser visto como um processo contínuo, autônomo e permanente, constituído por uma sólida formação básica e fundamentado tanto na competência teórica quanto na prática.

2.3 INFLUÊNCIAS DO PERFIL DE EGRESSO NO TRABALHO DE APRIMORAMENTO CURRICULAR NO ENSINO SUPERIOR

A busca pelo ensino superior geralmente parte da premissa de que ter uma graduação é pré-requisito para obter sucesso profissional, dadas as oportunidades e exigências do mercado de trabalho e as diferenças salariais entre profissionais graduados e não graduados. Por outro lado, as IES dedicam esforços na missão de formar profissionais conscientes e comprometidos com o desenvolvimento socioeconômico, cultural e tecnológico (INSTITUTO EDUCANDI, [20--]).

O desafio de formar profissionais reconhecidos e com diferenciais competitivos requer, entre outros aspectos, que as IES tenham infraestrutura adequada e corpo docente qualificado. No entanto, é importante compreender que essas condições dependem de uma série de variáveis mais complexas relacionadas a um macro processo de gestão educacional.

Para que se entenda melhor essas variáveis, pode-se destacar, por exemplo, o envolvimento docente desde a concepção até a consolidação de um curso de graduação. Para que isso aconteça de forma participativa e continuada, o ensino superior conta com instrumentos importantes que contribuem com a atuação

docente, contemplando etapas que vão do planejamento à revisão das atividades pedagógicas dos cursos.

Nesse sentido, a organização acadêmica faz uso de mecanismos que ajudam a manter a qualidade tanto do ensino quanto dos egressos da educação superior. Entre esses mecanismos estão os Núcleos Docente Estruturantes, os Colegiados, os Projetos Pedagógicos de cada curso e a Comissão Própria de Avaliação.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) foi instituído pelo MEC por meio da Portaria Nº 147, de 2 de fevereiro de 2007, e normatizado pela Resolução Nº 01, de 17 de junho de 2010. Esse Núcleo consiste em um grupo de docentes responsável em atuar continuamente nos processos de concepção, acompanhamento e consolidação dos cursos superiores, assim como na atualização do projeto pedagógico de cada graduação da instituição. O NDE deve ser constituído por, no mínimo, 5 professores do corpo docente do curso, dos quais 60% devem possuir titulação acadêmica *stricto sensu* e 20% de seus membros estarem em regime de tempo integral dedicados ao curso (BRASIL, 2017).

De acordo com Instituto Educandi ([20--]) as atribuições do NDE consistem em zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as atividades de ensino do curso, afinar as políticas públicas da área de conhecimento da graduação às exigências do mercado de trabalho, fomentar o desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão oriundas das necessidades do curso, zelando sempre pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), e contribuir com a implementação de ações para consolidar o perfil profissional do egresso.

Já o Colegiado de Curso refere-se a uma instância que lida com os aspectos pedagógicos. Possui caráter deliberativo e administrativo, sendo constituído por professores distintos daqueles que compõem o NDE.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA), prevista na Lei Nº 10.861, que instituiu o SINAES, é composta por representantes das IES (discente, docente e técnico-administrativo) e da sociedade civil. A CPA é elemento obrigatório para todas as IES do País e tem como principal objetivo avaliar a instituição de forma autônoma, possibilitando aperfeiçoamento de seus processos internos no que diz respeito às dimensões preconizadas pelo SINAES.

Assim, a integração da CPA com o NDE de cada curso possibilita a identificação dos pontos de fragilidade dos cursos, por meio da coleta de dados. Neste ponto, ganham destaque as questões relacionadas ao perfil dos egressos,

que ajudam na identificação de aspectos que pedem a adequação curricular com vistas ao desenvolvimento de competências que são exigidas no mundo do trabalho, constituindo-se, portanto, em objeto importante no processo de atualização do Projeto Pedagógico do Curso (PPC).

Embora o NDE não seja considerado como uma exigência ou um requisito legal pode-se apreender que sua concepção pauta-se em um elemento diferenciador na qualidade dos cursos de graduação, haja vista que cumpre uma função integradora entre o corpo docente, egressos e PPC, promovendo avanços e melhoria contínua no processo de gestão acadêmica, principalmente no trabalho de aprimoramento curricular. Destarte, o Núcleo figura-se numa estrutura central reconhecida em vários aspectos, sobressaindo como referência indicativa da qualidade do curso e alcançando protagonismo frente aos instrumentos de avaliação externa nas visitas *in loco* realizadas pelo INEP (INSTITUTO EDUCANDI, [20--]).

Dito isso, é preciso avançar no entendimento da complexidade que envolve os NDEs, que às vezes são implantados apenas pra cumprir uma exigência do INEP. Alguns aspectos importantes devem ser observados na implantação de um NDE, tais como: publicidade e condições de instalação. Sua institucionalização efetiva prevê, por parte da IES, etapas de normatização, implantação, consolidação e gerenciamento. Por meio de comunicados, internos e externos, sua criação deve ser divulgada a toda comunidade acadêmica, assim como todas as suas ações devem ser registradas. Complementarmente, deve haver um espaço físico onde os alunos possam se dirigir e tomar conhecimento de quais professores fazem parte do NDE do seu curso.

Não obstante, entre os atributos do NDE, quanto aos instrumentos de avaliação de cursos de graduação, consta a análise da infraestrutura, por meio dos indicadores 3.6 Bibliografia básica por Unidade Curricular (UC) e 3.7 Bibliografia complementar por Unidade Curricular (UC), conforme o projeto pedagógico de cada curso. É justamente nesse ponto que, de acordo com a proposta de perfil do egresso, cabe ao NDE analisar a adequação do acervo, considerando o contexto educacional em que o curso está inserido, a adequação das políticas de aquisição de livros para o curso com o que consta estabelecido no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), as adequações no tocante à disponibilidade do acervo físico, virtual ou misto, bem como a qualidade de exemplares e assinaturas, conforme o caso (BRASIL, 2017).

Outro ponto de referência para o trabalho dos Núcleos Docentes Estruturantes são as DCNs, que consistem em ações norteadoras que definem os princípios, os fundamentos, as condições e as finalidades estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) na organização, no desenvolvimento e na avaliação dos cursos de graduação no âmbito dos Sistemas de Educação Superior do país (BRASIL, 2019). Uma das atribuições das DCNs refere-se à determinação do perfil e competências esperadas do egresso do ensino superior, o que norteia a composição dos PPCs, mais precisamente, o planejamento de atividades que devem ser desenvolvidas no curso. Um exemplo mais recente dessas diretrizes consta da publicação das novas Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação em Engenharia (Resolução 2, de 24 de abril de 2019), cujo artigo 6º define que todas as atividades planejadas no PPC devem ser norteadas pelo perfil do egresso. Além disso, esse mesmo artigo determina que sejam definidas as ações de acompanhamento dos egressos, com vistas a promover a retroalimentação do curso.

Como se vê, todos esses procedimentos afetam os processos de atos autorizativos do curso, bem como no reconhecimento e na renovação de reconhecimento das graduações, de modo que os relatórios de adequação devem estar baseados em estudos prévios detalhados quanto ao perfil do egresso, à análise da matriz curricular e das políticas institucionais, aos conteúdos previstos em cada UC, entre outros.

Por fim, é possível observar quão tamanha é a influência dos egressos no processo educacional, cuja importância não se faz apenas para a avaliação institucional, mas também assume posição estratégica na qualidade do ensino superior. Tal influência se faz presente também no trabalho de aprimoramento curricular dos cursos de graduação, que perpassa por todas as etapas e mecanismos da gestão educacional das IES, assumindo papel importante na oferta do ensino de qualidade, na atualização de conteúdos que vão contribuir para o desenvolvimento das competências exigidas no mercado de trabalho e, principalmente, na formação humana, técnica e ética de seus egressos.

2.4 O PROCESSO DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA NA GESTÃO EDUCACIONAL

A temática da inovação foi introduzida oficialmente nos documentos sobre Ciência e Tecnologia (C&T), a partir da II Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação, em 2001. Em 2005, a III Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) deu ênfase ao potencial da inovação para o desenvolvimento da indústria nacional, para o desenvolvimento das economias regionais e a superação de situações de desigualdades.

A Lei de Inovação, aprovada em 2004 e regulamentada em 2005 (Lei Nº 10.973 de 2 de dezembro de 2004), tem como objetivo principal estimular universidades e institutos de pesquisa públicos a contribuírem para o processo de inovação (BRASIL, 2004). Com esses propósitos, a lei regula a transferência para empresas privadas de tecnologias geradas por instituições de pesquisa e permite o compartilhamento com as empresas de sua infraestrutura, seus equipamentos e recursos humanos. Além disso, a Lei de Inovação autoriza a participação minoritária do governo federal no capital de empresas privadas que visem ao desenvolvimento de inovações (VIOTTI, 2008).

Pela Lei 10.973, foi instaurada a obrigatoriedade de instalação de Núcleos de Inovação Tecnológica (NITs) em todos os Institutos de Ciência e Tecnologia (ICTs). Os NITs são responsáveis pela gestão de política de inovação, pela avaliação de atividades de pesquisa, assim como pelo acompanhamento do processo de transformação da criação em inovação tecnológica, promovendo e gerenciando parcerias entre universidade e empresas.

No início do século XXI, uma nova agenda temática se coloca para o desenvolvimento científico e tecnológico. Problemas como a garantia de alimentos para a população mundial, a produção de energia e as mudanças climáticas desafiam formas mais tradicionais de resolução, fazendo surgir novos arranjos institucionais (GIBBONS et al., 1994).

Nesse cenário de mudanças constantes, a sociedade tem dado mais importância ao campo da CT&I, como pode ser observado nas áreas da economia, da política e principalmente da educação, que assumem novas formas de promover a inovação. Atualmente, mais de 5 milhões de pessoas trabalham em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). A corrida pelo conhecimento vem se intensificando, bem como a competição por tecnologia e inovação, posto que as novas demandas da sociedade vêm exigindo novos conhecimentos (BMBF, 2010).

Tem-se que o conceito de inovação ganhou uma nova formulação e abrangência. A nova concepção de inovação consiste na transformação de conhecimento em uma aplicação capaz de gerar soluções para problemas concretos, seja na economia, na sociedade ou na política, com perspectiva de ganhos econômicos e nos resultados da prestação de serviços públicos.

De acordo com a Lei 13.243/2016, que alterou a Lei 10.973/2004, dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, inovação é definida como sendo

introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho (inciso IV, art. 2º, Lei nº 13.243).

Tavares (2018, p. 6-8) ao fazer um estudo sobre o conceito de inovação em pesquisas educacionais constatou que o termo é tratado de forma ampla, de modo que os pesquisadores tendem a expressar uma definição própria sobre o tema. Os conceitos elencados pelo autor evidenciam esse dissenso da comunidade científica no tocante ao significado de inovação, a saber:

Quadro 1 - Relação de conceitos de inovação educacional encontrados na literatura

Autor e ano de publicação	Título do artigo	Conceito de inovação
Michel Debeauvais, 1974	The popularity of the idea of innovation: a tentative interpretation of the texts	Uma forma de aumentar a eficiência operacional do sistema educacional
Adelson Fernandes Moreira, 1999	Basta implementar inovações nos sistemas educativos?	Mudança planejada dentro do sistema educacional
Graciela Messina, 2001	Mudança e inovação educacional: notas para reflexão	Inovação como um tipo de mudança intencional, sistemática e autogerada
Ilma Passos Alencastro Veiga, 2003	Inovações e projeto político-pedagógico: uma relação regulatória ou emancipatória?	Uma ação que pode ser regulatória ou emancipatória
Frida Días-Barriga Arceo, 2010	Los profesores ante las innovaciones curriculares	Mudança profunda nos paradigmas e práticas sociais em uma comunidade concreta
Elie George Guimarães Ghanem Júnior, jun.2013	Inovação em escolas públicas de nível básico: o caso Redes da Maré (Rio de Janeiro, RJ)	Práticas educacionais que se distinguem de outras que são costumeiras em determinado grupo social
Nathalie Carrier, 2017	How educational ideas catch on: the promotion of popular education innovations and the role of evidence	Ideias, práticas, produtos e serviços que mudam o sistema em que são introduzidos

Fonte: Tavares, 2018, p. 6-8, adaptado

A evolução do conceito de inovação pode ser referida às diferentes versões do Manual de Oslo, que consiste em uma proposta de diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação tecnológica. De acordo com esse Manual, uma inovação pode ser nova para um setor ou mercado, ou nova para um agente. A inovação também ocorre quando uma empresa introduz um produto ou processo ou quando outras empresas imitam a empresa pioneira.

Inovações não estão restritas somente às empresas, podendo originar-se a partir de diferentes agentes da sociedade: indústria, serviços governamentais, setor público, academia, cooperativa e na sociedade em geral. Em relação ao setor público, pouco se sabe quando a inovação provém de setores não orientados ao mercado, o que requer uma investigação que colete dados e seja capaz de estudar com maior profundidade as possibilidades de inovação na gestão pública. (OCDE, 2005).

Em função de a inovação ser uma informação inserida no processo de reprodução dos sistemas sociais, é comum a expectativa de que seus resultados sejam educativos, tecnológicos e científicos, e que possam ser transformados em inovações para a sociedade e para o mercado.

No âmbito da sociedade, como resultado de pesquisa científica e tecnológica, agregando valores sociais tais como: melhoria do sistema escolar (políticas educacionais), melhorias do sistema de trânsito (políticas de trânsito), melhorias no atendimento à saúde, entre outros. Uma inovação é social na medida em que é transmitida e aceita pela sociedade, ou em certos sistemas dela, sem o interesse do lucro (HOWALDT; SCHWARZ, 2010).

As pesquisas em inovação que são voltadas para o equacionamento de problemas sociais dependem de um diálogo entre os atores envolvidos (escolas, universidades, institutos e centros de pesquisa) e a realidade concreta. Trata-se de um cenário que lida com as controvérsias sociais sobre novas tecnologias e, para tanto, é necessário um diálogo coletivo, no qual se deve levar em conta a perspectiva dos diversos atores impactados com as transformações pretendidas.

No processo de avaliação das instituições de ensino brasileiras, o conceito de

uma ação inovadora relaciona-se com a adoção de práticas e procedimentos que oportunizem a criação ou o desenvolvimento de novos produtos ou ideias e permitam a melhoria de processos, apontando para ganhos de eficiência e para a adaptação inédita a situações que se apresentem (BRASIL, 2017, p. 33).

Já a inovação para o mercado, derivada de pesquisa científica, tem por finalidade a transformação do conhecimento em valor econômico. Nela, é fundamental que ocorra maior interação entre as universidades, as instituições de pesquisa e as empresas, através de pesquisas e transferência de conhecimento e de tecnologia. Nesse campo, surgem novas redes de cooperação, assim como novos dispositivos legais, parcerias entre setores público e privado.

Posto isso, reconhece-se a complexidade que envolve o conceito de inovação. Alguns fatores influenciam o maior ou menor sucesso nesse campo, entre eles: os ambientes favoráveis à educação, o domínio de conhecimentos em escala socialmente ampliada e características do trabalho em rede. Contudo, Etzkowitz e Leydesdorff (2000) afirmam que poderão lograr mais sucesso em inovação, as políticas e programas que forem capazes de conformar os fatores anteriormente apontados nos ambientes de inovação.

Nesse contexto, e diante do exposto, a implantação de uma ferramenta para acompanhamento de egressos na UFTM, proposta nesta pesquisa, representa um potencial no desdobramento das inovações na gestão educacional, ao criar e utilizá-la junto aos NDEs e CPA. Ademais, o instrumento contribui para fortalecer e consolidar as políticas acadêmicas internas, uma vez que traz, a partir da opinião dos egressos, valiosos subsídios para o processo de aprimoramento do ensino, pesquisa e extensão oferecido pela UFTM.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo descritivo com abordagem quantitativa, uma vez que se pretende analisar como é e como se manifestam um fenômeno e seus componentes (SAMPIERI et al., 2006). Fez uso de métodos sistemáticos para construção de um instrumento de gestão, os quais Coluci et al. (2015) definem como uma estratégia estruturada por etapas que envolvem recursos e critérios constituídos de: base conceitual sustentada na literatura, objetivos pretendidos, população envolvida, construção de itens e escalas de resposta, procedimentos de validação de conteúdo, pré-teste e coleta de dados em amostra populacional.

A base conceitual da pesquisa consiste no próprio referencial teórico desta dissertação, contextualizado nas diretrizes do processo de avaliação do ensino superior brasileiro e nos pressupostos de inovação tecnológica voltados para a gestão educacional.

A construção do instrumento de pesquisa visa atender às necessidades administrativas da Universidade e de seus institutos acadêmicos, abrangendo as especificidades das coordenações e departamentos de cada curso. As expectativas que norteiam o uso desta ferramenta de gestão de egressos firmam-se também no propósito de estender sua aplicabilidade aos cursos profissionalizantes e de pós-graduação que integram, respectivamente, a escola vinculada da instituição (Centro de Educação Profissional - CEFORES) e os diversos programas de pós-graduação *stricto sensu* existentes.

3.1 ESCOLHA DA POPULAÇÃO AMOSTRAL PARA DESENVOLVIMENTO DA PROPOSTA

Tendo em vista que este estudo propõe a implantação de uma ferramenta de gestão de egressos na UFTM, optou-se por iniciar o trabalho em uma amostra da população de egressos da Universidade. Neste trabalho, definimos egressos como aqueles que efetivamente concluíram os estudos e receberam o diploma. Para tanto, a escolha se deu pela graduação com maior número de egressos, resultando na população de concluintes do curso de Medicina que, como pode ser observado na tabela 1, o quantitativo de egressos figura-se como o maior entre as 28 graduações

da instituição, com 4.304 concluintes desde a primeira turma, em 1959, até o ano de 2019.

Tabela 1 - Quantitativo de formandos da UFTM: de 1959 a 2019 (Campus Uberaba-MG)

INSTITUTOS/CURSOS	QUANTIDADE DE TURMAS	NÚMERO DE FORMANDOS
ICS - INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE		
Biomedicina	34	367
Educação Física	15	196
Enfermagem	41	839
Fisioterapia	18	391
Medicina	78	4.304
Nutrição	20	389
Terapia Ocupacional	20	296
Total ICS	226	6.782
IELACHS - INSTITUTO DE EDUCAÇÃO, LETRAS, ARTES, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS		
Geografia (licenciatura)	15	144
História (licenciatura)	15	193
Letras - Português e Espanhol (licenciatura)	20	99
Letras - Português e Inglês (licenciatura)	20	146
Psicologia	14	351
Serviço Social	15	265
Total IELACHS	99	1.198
ICENE - INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS, NATURAIS E EDUCAÇÃO		
Ciências Biológicas (licenciatura)	15	197
Física (licenciatura)	14	49
Licenciatura em Educação do Campo (Área: Ciências da Natureza)	04	25
Licenciatura em Educação do Campo (Área: Matemática)	04	14
Matemática (licenciatura)	15	67
Química (licenciatura)	15	91
Total ICENE	67	443
ICTE - INSTITUTO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS E EXATAS		
Engenharia Ambiental	10	119
Engenharia Civil	11	202
Engenharia de Alimentos	11	67
Engenharia de Produção	10	189
Engenharia Elétrica	11	92
Engenharia Mecânica	11	137
Engenharia Química	11	169
Total ICTE	75	975
TOTAL GERAL		9.398

Fonte: DRCA/UFTM

A abrangência deste estudo compreende o período de 1980 a 2018, apresentando um quadro de egressos de Medicina composto tanto por profissionais

com carreiras consolidadas quanto por recém-formados ingressantes no mercado de trabalho, cujo universo corresponde a 3.016 sujeitos.

Para localizar esses egressos foram consultados o Sistema Acadêmico e o banco de dados com documentação digitalizada dos alunos da Instituição. Em algumas turmas buscamos um informante-chave (um egresso que pode ajudar a encontrar outros egressos de sua turma) para auxiliar no recrutamento dos demais egressos, bem como foram utilizadas as redes sociais e contatos feitos por meio dos e-mails institucionais.

Vale destacar que a UFTM originou-se da antiga FMTM, proporcionando profundas mudanças na gestão da instituição. Historicamente, o curso de Medicina, iniciado em 1954, era estruturado de forma seriada (1ª à 6ª série - 6 anos), sendo que, a partir de 1992, a matriz curricular do curso passou a ser estruturada em períodos (12 semestres letivos), condição que prevalece até os dias atuais. Isso ajuda a compreender melhor a abordagem amostral, que se deu em razão do curso de Medicina ser a primeira graduação da Instituição, cuja atuação estende-se por mais de seis décadas.

Para formação da amostra fez-se utilização do método não-probabilístico com uso da técnica de amostragem por conveniência, que permite ao pesquisador selecionar as pessoas mais acessíveis e disponíveis para participar da pesquisa, considerando a importância de obter representatividade da população-alvo. Sobre essa técnica, Oliveira (2001) explica que se trata de uma estratégia adequada para pesquisas que buscam ideias, sendo muito utilizada na fase exploratória de uma investigação.

Todavia, a escolha do método ampara-se em aspectos importantes: o fato de que nem todos os ex-alunos dispõem de cadastro atualizado junto à instituição, o que dificultaria a seleção de uma amostra probabilística; a possibilidade que a amostragem por conveniência proporciona ao permitir que sejam abordados todos os respondentes com contatos disponíveis na base de dados, favorecendo a condição de obter um retorno mais representativo da população.

3.2 CONSTRUÇÃO DE ITENS E ESCALAS DE RESPOSTA

Na forma de questionário, o instrumento foi estruturado em três partes: a primeira para caracterizar o respondente, a segunda voltada para atender o

processo de avaliação institucional e a terceira parte constituída de itens indicados pelos gestores dos cursos de graduação da instituição. Vale ressaltar que a segunda e terceira partes do questionário recebem atenção especial quanto às prerrogativas do SINAES e aos interesses e especificidades de cada curso, o que torna o instrumento mais flexível e democrático.

A primeira versão do questionário foi elaborada por meio de etapas exploratória e descritiva. Na fase exploratória foram realizadas entrevistas envolvendo Comissão Própria de Avaliação (CPA), setor de planejamento institucional, Pró-Reitorias de Ensino, de Pesquisa e Pós-Graduação e Coordenação do curso de Medicina. Na fase descritiva os itens do questionário foram definidos a partir dos dados coletados durante as entrevistas, compondo-se de questões fechadas e abertas correlacionadas às perspectivas e especificidades indicadas pelos entrevistados.

Conforme alertam Siqueira et al. (1989), no processo de criação de instrumentos para mensurar um determinado fenômeno o grande desafio para os pesquisadores consiste em fazer uso de escalas que permitam observar e medir os elementos investigados, de modo que seja possível transformar fatos qualitativos em dados quantitativos ou variáveis, facilitando o processo de análise estatística.

Nesse pensamento, o questionário foi composto por questões abertas e fechadas com uso da escala de Likert apresentando cinco opções de resposta pontuadas de 1 a 5, com variação graduando da menos favorável (1) para a mais favorável (5).

3.3 VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO DE PESQUISA

Quanto aos procedimentos para validar estrutura e conteúdo do instrumento (itens e escalas), foi utilizada a técnica de validação por juízes, apontada por Moura et al. (2008) como uma etapa que reúne pessoas experientes na área a ser avaliada, cuja missão consiste em analisar se o conteúdo do instrumento está correto e adequado ao que se propõe.

Para tanto, formou-se uma comissão de juízes, composta de 5 especialistas do campo educacional, sendo que esse número de avaliadores é suficiente para esta etapa (PASQUALI, 2010; COLUCI et al., 2015). Os juízes convidados distinguem-se daqueles que participaram da entrevista na fase anterior e

contemplam as áreas de gestão acadêmica, ética, assistência estudantil, pesquisa científica e medicina. Todos são docentes integrantes da carreira do magistério superior da UFTM, com titulação de doutorado e egressos de instituições como: Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e da própria Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

Após preencherem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Anexo D), os avaliadores receberam um formulário, adaptado de Almeida (2019), contendo as orientações para avaliação de todos os itens e alternativas do questionário (Apêndice A). O roteiro de procedimentos guiou-se pelos critérios de organização, objetividade, clareza, facilidade de leitura e compreensão do conteúdo, os quais formaram os indicadores para validação do instrumento.

Após apreciação e julgamento pelos avaliadores, os dados foram tabulados em planilha eletrônica e analisados quantitativamente, utilizando-se a análise de frequência das respostas para calcular a porcentagem de concordância entre os juízes. O instrumento é considerado validado se atingir uma taxa de concordância mínima de 80% (GRANT; DAVIS, 1997) ou, preferencialmente, superior a 90% (POLIT; BECK, 2006), conforme citado por Alexandre; Coluci (2011). As sugestões, críticas e comentários enviados pelos juízes foram analisados e, quando oportuno, incluídos no questionário.

3.4 PRÉ-TESTE

Concluída a validação pelos juízes, o instrumento foi submetido a uma etapa de pré-teste, quando é feita aplicação do questionário em uma pequena amostra de pessoas, buscando verificar o nível de compreensão sobre as questões elaboradas.

Definiu-se que o público para este pré-teste seria composto por docentes, graduandos e egressos de outros cursos, que não de Medicina, que tenham relação direta com as áreas de educação, saúde e linguística. Essa escolha justifica-se pela familiaridade desse público com as temáticas abordadas no questionário, assim como na possibilidade de diversificar o nível de maturidade dos respondentes para interpretação dos enunciados e itens, uma vez que o principal intuito dessa etapa é verificar a semântica linguística do instrumento de pesquisa.

Os procedimentos de pré-teste podem resultar em modificações no questionário, de modo que isso contribua para melhorar o entendimento das questões pelos respondentes e evitar dúvidas ou dificuldades durante a coleta de dados.

3.5 COLETA DE DADOS

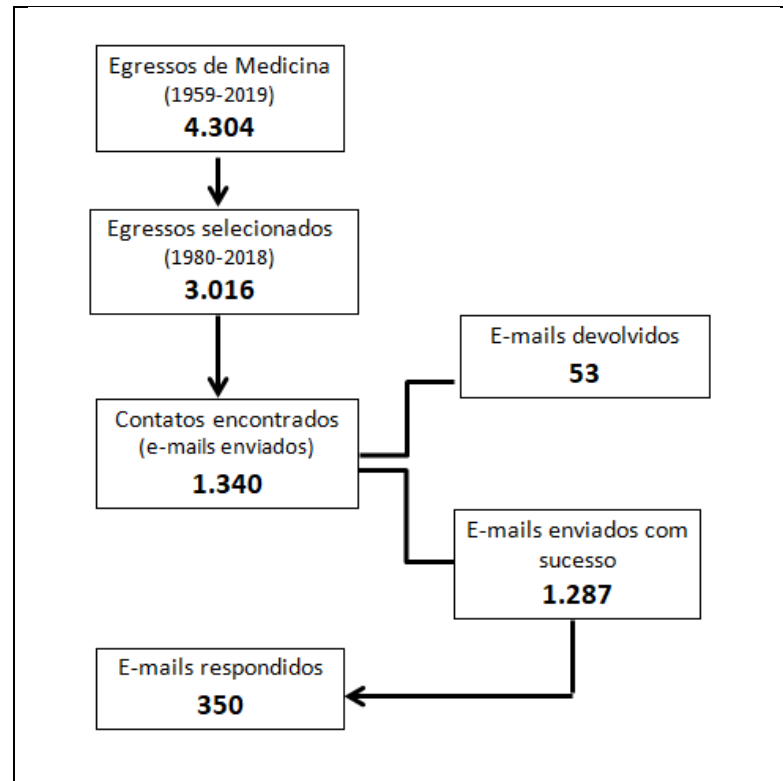
Na sequência, deu-se início à etapa de coleta de dados junto aos egressos do curso de Medicina da UFTM (1980-2018), conforme método de amostragem já definido. Os contatos foram feitos por e-mail, telefone, redes sociais e o preenchimento do questionário via internet, por meio de formulário eletrônico da plataforma Google (aplicativo *Google Forms*). O projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFTM, cuja aprovação ocorreu em 24 de fevereiro de 2020 (CAAE 28690720.6.0000.5154 - Anexo C).

Conforme preceitos éticos, a pesquisadora obteve autorização da Universidade para ter acesso à relação de formandos do período de abrangência da amostra (Anexo A), por meio do Sistema Eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão (e-SIC), que consiste em um controle de acesso às informações produzidas pelo poder público, amparado pela Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). Complementarmente, foi autorizada pela Pró-Reitoria de Ensino da UFTM a acessar os dados cadastrais dos egressos (Anexo B), cuja finalidade limitou-se a realizar contato com os respondentes.

Ademais, durante a coleta de dados (*on-line*) foi dado ao respondente o direito de demonstrar interesse em participar ou não da pesquisa, sendo reservado espaço próprio no formulário eletrônico para registro da concordância (Anexo F).

Em consonância com a técnica de amostragem por conveniência, a população amostral foi composta de 3.016 egressos referente ao período de 1980 a 2018. A partir do processo de abordagem, foram encontrados 1.340 egressos, para os quais foi encaminhado e-mail com o questionário. Desse total, 53 e-mails foram devolvidos automaticamente, em razão de não localização ou inexistência de endereço na rede. Portanto, 1.287 egressos receberam o questionário resultando, ao final do prazo estabelecido, em 350 respondentes (Figura 1).

Figura 1 - Fluxo da composição à definição da amostra de respondentes



Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Após a devolutiva do questionário, os dados foram analisados pela distribuição de frequência absoluta e percentual. Em seguida, para ilustrar como esta ferramenta de levantamento dos egressos pode fornecer mais subsídios que contribuam para a melhoria da gestão dos cursos e da instituição como um todo, foram realizadas inferências estatísticas com os dados do questionário visando responder ao seguinte questionamento: os egressos da FMTM e UFTM possuem diferentes percepções em relação às questões de avaliação institucional? Para isso, fez-se a categorização dos respondentes, separando-os em três grupos distintos: 1) egressos FMTM (1980-2005/1), referente ao período em que a universidade ainda figurava-se como Faculdade de Medicina do Triângulo Mineiro; 2) egressos da transição (2005/2-2010/2), abrangendo o período de transformação da Faculdade de Medicina em Universidade; 3) egressos UFTM (2011/1-2018/2), envolvendo o período pós-transformação da instituição em Universidade.

Essa categorização de variáveis torna-se importante, pois permite que seja feita uma comparação das respostas dos egressos, a partir das percepções nos diferentes momentos de expansão que a universidade percorreu ao longo dos anos.

Nessa direção, enfatizando que a avaliação institucional tende a firmar-se como parte comum na aplicação do instrumento por outros cursos da instituição, aplicou-se o Teste qui-quadrado de Pearson, para analisar a associação entre a classificação das categorias e as respostas dos egressos, e a Análise de Variância (Anova), para comparar as médias de cada categoria, obtidas com a quantificação das respostas dos egressos.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da metodologia adotada para construção do instrumento, foram realizadas as etapas de avaliação por juízes, de pré-teste e de coleta de dados junto aos egressos do curso de Medicina da UFTM. Os resultados de cada uma dessas fases encontram-se descritos nas subseções que seguem.

4.1 VALIDAÇÃO DO INSTRUMENTO PELO COMITÊ DE JUÍZES

A avaliação da primeira versão do questionário foi realizada por um Comitê de especialistas composto por cinco juízes. Os avaliadores receberam um formulário próprio (Apêndice A), para fazerem indicação dicotômica (SIM/NÃO) em cada critério pré-estabelecido para os 31 itens do questionário. A eles também foi dada a oportunidade de tecer comentários, críticas e sugestões para dar maior qualidade ao instrumento. Esse processo teve a duração de 15 dias, estabelecido em comum acordo entre a pesquisadora e os avaliadores.

O formulário retornou com todos os itens analisados, tornando possível a tabulação de dados em planilha eletrônica para análise quantitativa, assim como a análise descritiva das sugestões. A 1ª parte do questionário, destinada à caracterização do respondente, recebeu dos juízes algumas indicações de melhoria da redação, argumentando a importância de deixar claro ao respondente o objetivo da pesquisa e a finalidade da coleta de dados. As sugestões foram acatadas, resultando em algumas alterações no enunciado de apresentação e alguns itens do questionário.

Em relação às demais partes do instrumento de pesquisa, correlacionadas ao processo de avaliação institucional e às especificidades do curso, os resultados da avaliação por juízes incidiram sobre cada critério estabelecido, conforme pode ser observado nas tabelas de 2 a 6.

O primeiro critério avaliado refere-se ao tema **organização**, que consiste em verificar a maneira como as palavras estão colocadas nos itens do questionário.

Tabela 2 - Distribuição das respostas dos juízes na avaliação do critério de organização

Respostas	Juiz nº 1		Juiz nº 2		Juiz nº 3		Juiz nº 4		Juiz nº 5		TOTAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Sim	17	98,2	18	100	18	100	18	100	18	100	89	98,9
Não	1	1,8	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1,1
Total	18	100	18	100	18	100	18	100	18	100	90	100

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

A organização dos itens foi bem avaliada pelos juízes, apresentando índice de 98,9% de aprovação. Um dos juízes sugeriu que na parte específica do questionário o item que verifica se o egresso cursa ou cursou pós-graduação fosse reorganizado, de modo a verificar separadamente os níveis de mestrado e doutorado.

O segundo critério avaliado refere-se à **objetividade**, que consiste em verificar a apresentação da ideia central na questão.

Tabela 3 - Distribuição das respostas dos juízes na avaliação do critério de objetividade

Respostas	Juiz nº 1		Juiz nº 2		Juiz nº 3		Juiz nº 4		Juiz nº 5		TOTAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Sim	10	55,6	12	66,7	18	100	18	100	18	100	76	84,4
Não	8	44,4	6	33,3	0	0	0	0	0	0	14	15,6
Total	18	100	18	100	18	100	18	100	18	100	90	100

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Esse critério apresentou índice de aprovação superior a 80% dos juízes. Entretanto, algumas questões receberam sugestões de melhoria para deixar mais explícito ao respondente o objetivo da pergunta e o enfoque de avaliação dos itens. Dentre as recomendações, os juízes apontaram a necessidade de especificar de forma mais objetiva a avaliação sobre aspectos que envolvem teoria e prática entre os conhecimentos adquiridos e as demandas de mercado.

O terceiro critério avalia a **clareza** dos itens, que consiste em verificar se o enunciado da questão não gera dúvida ao respondente. 80% foi o índice de aprovação dos avaliadores, sendo que a temática mais destacada para possíveis modificações referiu-se à Residência Médica, cujos apontamentos pediram melhor colocação do termo “área básica”, uma vez que alguns programas de residência médica demandam, como pré-requisito, que determinada área básica seja cursada antes de seu ingresso, enquanto outros programas podem ser cursados de forma direta, logo após a graduação.

Tabela 4 - Distribuição das respostas dos juízes na avaliação do critério de clareza

Respostas	Juiz nº 1		Juiz nº 2		Juiz nº 3		Juiz nº 4		Juiz nº 5		TOTAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Sim	9	50,0	12	66,7	16	88,9	18	100	17	98,2	72	80,0
Não	9	50,0	6	33,3	2	11,1	0	0	1	1,8	18	20,0
Total	18	100	18	100	18	100	18	100	18	100	90	100

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

O quarto critério avaliado refere-se à **facilidade de leitura**, que consiste em verificar se a linguagem usada é simples e acessível a diferentes públicos. A avaliação entre os juízes resultou no índice de 95,6% de facilidade de leitura dos itens do questionário, sendo que apenas um dos juízes demonstrou alguma dificuldade para entender a linguagem apresentada em quatro itens da área específica de medicina.

Aqui, vale ressaltar que o comitê de avaliadores foi composto por pedagogos, pesquisadores, gestores e docentes, de modo que nem todos possuem conhecimento sobre o universo da medicina, o que certamente levou a questionamentos sobre alguns termos utilizados nos enunciados e alternativas do instrumento.

Tabela 5 - Distribuição das respostas dos juízes na avaliação do critério de facilidade de leitura

Respostas	Juiz nº 1		Juiz nº 2		Juiz nº 3		Juiz nº 4		Juiz nº 5		TOTAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Sim	14	77,8	18	100	18	100	18	100	18	100	86	95,6
Não	4	32,2	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4,4
Total	18	100	18	100	18	100	18	100	18	100	90	100

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

O quinto, e último critério avaliado, refere-se à **compreensão do conteúdo**, que consiste em verificar se há facilidade em associar a questão ao tema proposto.

Conforme mencionado anteriormente, a mesclagem de conhecimento entre as áreas de formação dos avaliadores foi intencional, no intuito de alargar o campo crítico e as possibilidades de se obter o maior número de questionamentos e sugestões durante o processo de avaliação do instrumento.

Nesse sentido, observou-se que tal intento destacou, sobremaneira, na avaliação desse critério, tendo em vista que grande parte dos apontamentos recaiu sobre os mesmos itens indicados na avaliação do critério de clareza, assim como nas questões da parte específica do questionário relacionadas a temas da residência médica. Contudo, a compreensão do conteúdo foi bem avaliada,

resultando em um índice de 84,4% de aprovação e 15,6% com sugestões de melhoria.

Tabela 6 - Distribuição das respostas dos juízes na avaliação do critério de compreensão do conteúdo

Respostas	Juiz nº 1		Juiz nº 2		Juiz nº 3		Juiz nº 4		Juiz nº 5		TOTAL	
	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%	Quant.	%
Sim	10	55,6	12	66,7	18	100	18	100	18	100	76	84,4
Não	8	44,4	6	33,3	0	0	0	0	0	0	14	15,6
Total	18	100	18	100	18	100	18	100	18	100	90	100

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Finalizada a análise pelos juízes, o instrumento foi considerado validado ao atender o critério apontado na literatura, que é de uma taxa mínima de concordância de 80%, uma vez que foi alcançado o índice de 89% de concordância entre os avaliadores, conforme descrito na tabela 7.

Tabela 7 - Avaliação do instrumento de pesquisa realizada pelos juízes (em porcentagem)

Avaliadores	Organização	Objetividade	Clareza	Facilidade de leitura	Compreensão do conteúdo	Taxa de concordância
Juiz 1	98,2	55,6	50	77,8	55,6	67,4
Juiz 2	100	66,7	66,7	100	66,7	80,0
Juiz 3	100	100	88,9	100	100	97,8
Juiz 5	100	100	100	100	100	100
Juiz 5	100	100	98,2	100	100	99,6
Médias	99,6	84,5	80,8	95,6	84,5	89

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Observadas as sugestões dos avaliadores e feitos os ajustes pertinentes, o questionário ficou constituído de 33 questões (Apêndice B). Os resultados desta etapa favoreceram a compreensão de que a proposta de implantação de um instrumento de gestão em uma instituição de ensino superior requer alguns cuidados importantes, a julgar que a inovação almejada ampara-se na possibilidade de agregar conhecimentos e experiências da própria academia, além de demandas de processos de supervisão e avaliação institucional.

Nesse sentido, o ato de ouvir os profissionais da educação, que entendem a importância de uma avaliação institucional e dedicam-se à missão do ensino superior, contribuiu para constatar que o método de avaliação por juízes atendeu o propósito da pesquisa, uma vez que os avaliadores contribuíram para que a comunicação com os egressos ocorresse a partir de uma abordagem técnica, mas ao mesmo tempo fazendo uso de uma linguagem simples.

A comissão de juízes, ao participar da construção do instrumento, teve a oportunidade de melhorar alguns aspectos específicos da área de medicina. Isso mostra a importância da construção coletiva e o quanto essa etapa foi válida para este estudo.

4.2 REALIZAÇÃO DO PRÉ-TESTE

O pré-teste foi aplicado em uma amostra de 11 pessoas, sendo que 8 participantes efetivaram os procedimentos de análise. Os convidados receberam informações sobre os objetivos da pesquisa, assim como orientações em relação aos procedimentos para análise e avaliação do instrumento. A partir dos esclarecimentos sobre o pré-teste os participantes manifestaram sua concordância em contribuir com a pesquisa por meio das análises solicitadas.

O questionário foi enviado por e-mail, seguido da recomendação de não se preocuparem em responder as questões, tendo em vista que o principal objetivo do teste consistia em tecer uma análise semântica do instrumento.

O prazo estipulado para conclusão do pré-teste foi de uma semana. Após esse período apenas os formulários devolvidos foram considerados como material válido para a etapa de avaliação em curso.

Foram apresentadas sugestões para melhoria de itens do questionário, dentre as quais receberam destaque a inclusão da etnia indígena na caracterização (Parte I), a substituição do termo grade curricular por matriz curricular no item que avalia a qualidade do ensino oferecido pela instituição (Parte II) e a reformulação da questão que avalia a frequência de contato entre os egressos, averiguando também o contato com os professores do curso (Parte III).

Após verificação de todos os apontamentos resultantes do pré-teste, foram incorporadas as melhorias pertinentes e, com isso, encerrada a etapa que precede a aplicação do questionário na amostra principal.

Um ponto de destaque observado durante a aplicação do pré-teste, refere-se à recomendação que foi dada aos participantes para que não se preocupassem em responder as questões, mas de compreendê-las, uma vez que o foco era fazer uma análise semântica do questionário. Da mesma forma, percebe-se que o pré-teste fica mais consistente ao envolver pessoas de diferentes segmentos, faixa etária e formação. Trata-se, portanto, de fatores relevantes que devem ser considerados nas

práticas futuras de preparação do instrumento, especialmente em relação à parte III do questionário, que abordará especificidades de cada curso da universidade.

4.3 APLICAÇÃO DO QUESTIONÁRIO EM POPULAÇÃO AMOSTRAL

A partir dos contatos encontrados, foi possível localizar 1.340 egressos. De posse dessas informações, o questionário foi encaminhado para o e-mail dos respondentes, via formulário eletrônico do aplicativo *Google Forms*. A orientação dada aos egressos, previamente ao acesso e preenchimento do questionário, consistiu em uma carta de apresentação redigida pela coordenação do curso de Medicina (Anexo E), na qual foram expressos saudação aos ex-alunos, esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa e procedimentos éticos (aceite de participação e registro de consentimento – Anexo F).

A coleta de dados teve duração de três meses (abril a junho de 2020), obtendo-se resposta de 350 egressos, o equivalente a 26,1% da amostra. Por inexistência de endereço na rede, foram devolvidos automaticamente pelo aplicativo 53 e-mails (4%). Os demais encaminhamentos (937 ou 69,9%) não apresentaram confirmação de recebimento, assim como não houve retorno do egresso em relação ao convite, fatos que levam a algumas interpretações: a possibilidade de que os endereços eletrônicos tenham sofrido alteração, e-mail em desuso ou opção do egresso em não participar da pesquisa.

Todavia, os resultados indicaram o quanto foi assertivo o uso da técnica de amostragem por conveniência, a considerar que o público-alvo faz parte do primeiro curso da instituição, abrangendo egressos de até quatro décadas atrás. Ademais, parte desse período refere-se a uma época em que as organizações públicas dispunham de pouca tecnologia e não havia ainda recursos como internet e correio eletrônico para auxiliar no registro de dados cadastrais dos alunos.

Esta é uma realidade que pode acometer também os cursos de Enfermagem e Biomedicina, criados em 1989 e 1999, respectivamente. Da mesma forma, pode acontecer com algumas pós-graduações, caso as amostras de egressos venham abranger todo o período de existência desses cursos e programas. As demais graduações da UFTM, por terem sido criadas a partir de 2006, já usufruem de um cenário com mais recursos tecnológicos.

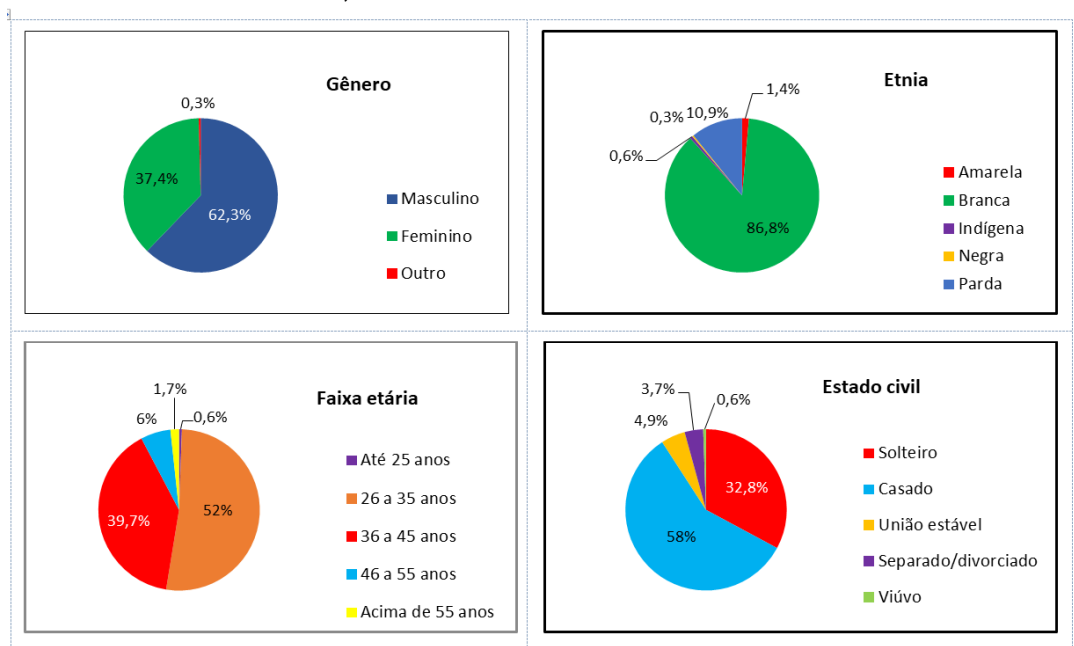
Após retorno do questionário, os dados foram analisados para se ter uma visão geral dos resultados, de modo a caracterizar os respondentes e identificar as principais percepções dos egressos do curso de Medicina. Além disso, foram feitas comparações entre os grupos de egressos (FMTM, Transição e UFTM), referente aos dados da parte II do questionário, que trata da avaliação institucional.

Sendo assim, optou-se por apresentar os resultados da aplicação do instrumento em duas etapas. Na primeira, tem-se a descrição estatística dos resultados de todo o questionário. Na segunda, a inferência estatística do Teste qui-quadrado de Pearson e da Análise de Variância (ANOVA), cujo objetivo é mostrar como o instrumento proposto pode fornecer informações na investigação de outras questões de gestão.

4.3.1 Análise descritiva do questionário

A parte I do questionário incumbiu-se de caracterizar os participantes da pesquisa. Assim, com base nos dados coletados (Gráficos 1 a 4), pode-se dizer que a persona que representa os respondentes da pesquisa e egressos do curso de Medicina caracteriza-se como uma persona masculina (62,3%, 218), de cor branca (86,8%, 304), na faixa de 30 anos de idade (52%, 182) e casada (58%, 203).

Gráficos 1 a 4 - Caracterização dos egressos de acordo com gênero, etnia, faixa etária e estado civil



Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

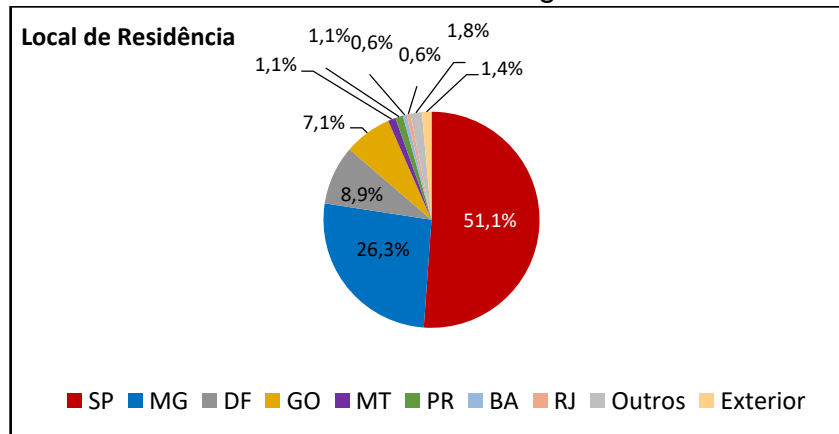
Essa tendência do perfil do egresso, quando comparada aos dados dos atuais alunos do curso de Medicina, ou seja, comparando-se os dados dos egressos com os dados do atual grupo de alunos do curso (2014 a 2020), mostra um aumento no ingresso de mulheres (48,9%) e de autodeclarados negros (4,1%) e pardos (13,4%) no curso de Medicina da UFTM nos últimos anos. Além disso, verifica-se maior frequência de acadêmicos já em sua segunda graduação, conseqüentemente, com faixa etária mais alta.

Nessa perspectiva, verifica-se que a implementação da Lei 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas instituições federais de ensino superior, contribuiu para essa mudança de perfil dos ingressantes na UFTM, tendo em vista que o dispositivo de lei busca fazer uma distribuição de vagas mais equitativa entre os estudantes, com reservas para aqueles alunos que cursaram o ensino médio em escola pública, que tenham baixa renda familiar e os autodeclarados pretos, pardos, indígenas e portadores de necessidades especiais.

Como se vê, o instrumento de gestão de egressos, ora proposto, firma-se como uma ferramenta capaz de contribuir para obtenção de indicadores que podem subsidiar debates sobre diversidade étnico-racial e outras discussões que envolvem políticas públicas das áreas social, econômica e educacional, sobretudo, contribuindo para o processo de revisão dos programas de acesso ao ensino superior.

Em relação ao local de residência, a maior parte dos egressos residem no Brasil, sendo apenas 5 (1,4%) egressos morando no exterior: 2 em Boston, 2 na Inglaterra e 1 na Suíça. 179 (51,1%) residem no estado de São Paulo, 92 (26,3%) em Minas Gerais, 31 (8,9%) no Distrito Federal, 25 (7,1%) residem em Goiás, 4 (1,1%) no Mato Grosso, 4 (1,1%) no Paraná, 2 (0,6%) na Bahia, 2 (0,6%) no Rio de Janeiro e 1 (0,3%) egresso em cada estado: Amazonas, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina e Tocantins.

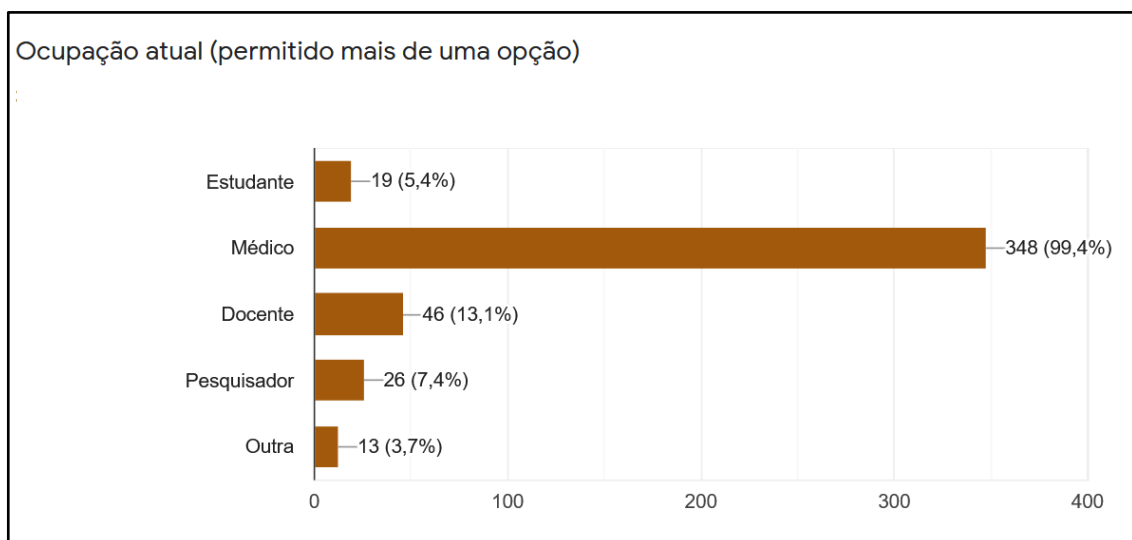
Gráfico 5 - Local de residência dos egressos de Medicina



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

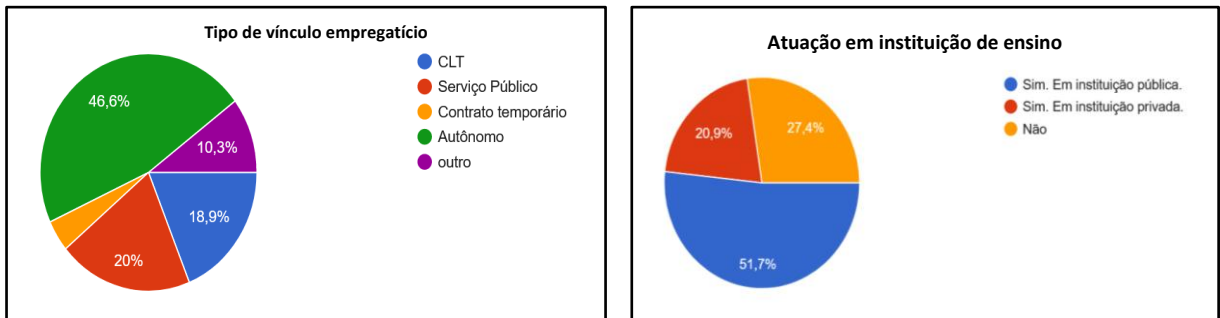
No item que tratou sobre a atuação profissional, foi permitido que os respondentes indicassem mais de uma ocupação, caso desenvolvessem mais de uma atividade profissional. Assim, verificou-se que 99,4% (348) dos egressos têm a medicina como principal ocupação, 13,1% (46) exercem a docência, 7,4% (26) dedicam-se à pesquisa, 5,4% (19) ainda estão estudando e 3,7% (13) atuam em outras atividades (Gráfico 6). No exercício da medicina, 46,6% (163) dos egressos são profissionais autônomos, 20% (70) atuam no setor público e 4,3% (15) estão contratados temporariamente. Dentre aqueles que atuam na área da educação, 51,7% (181) declararam trabalhar ou já ter trabalhado em instituição pública e 20,9% (73) em instituição privada (Gráficos 7 e 8).

Gráfico 6 - Ocupação profissional dos egressos de Medicina



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

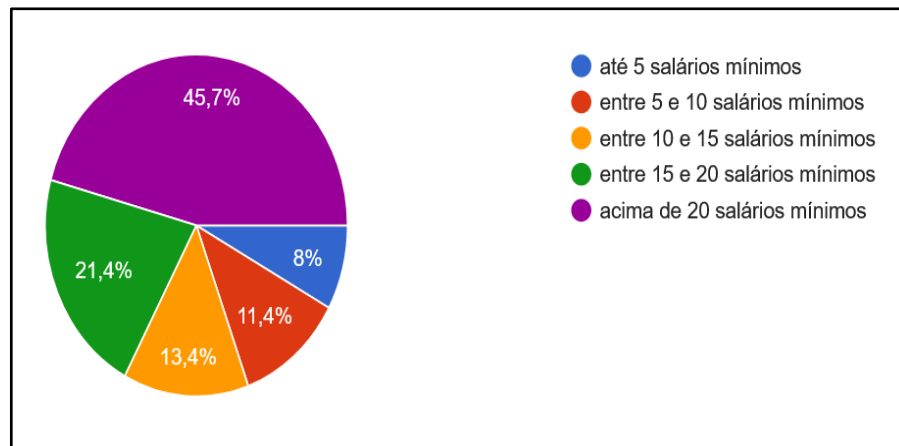
Gráficos 7 e 8 - Vínculo empregatício dos egressos e atuação profissional em instituição de ensino



Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

A renda média mensal, calculada em salários mínimos, ficou acima de 20 salários para 160 (45,7%) respondentes, seguida de 75 (21,4%) que ganham entre 15 e 20 salários, 47 (13,4%) com renda entre 10 e 15 salários mínimos, 40 (11,4%) entre 5 e 10 salários e 28 (8%) possuem uma renda mensal máxima de 5 salários mínimos.

Gráfico 9 - Renda média mensal dos egressos de Medicina



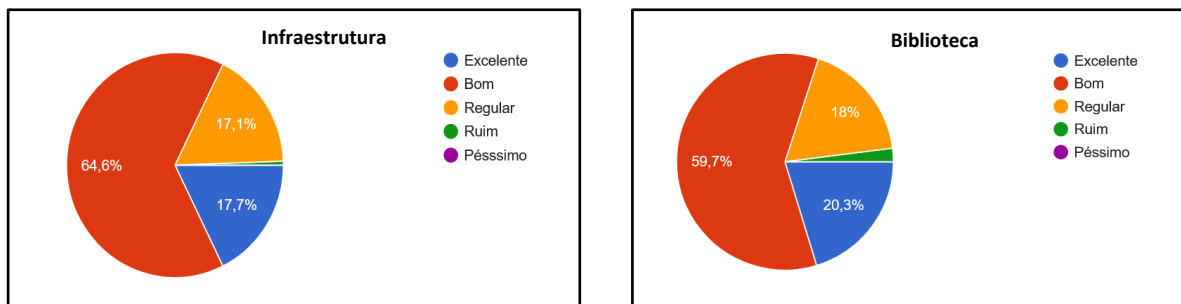
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Esses resultados mostram que a ocupação profissional dos egressos é campo fértil para discussões sobre o exercício profissional da área médica. De acordo com os dados da pesquisa, é quase unânime (99,4%) que os egressos do curso de Medicina atuam na mesma área de sua formação, ou seja, têm a Medicina como principal ocupação. A profissão também confere bom nível de remuneração, a julgar que mais de 45% dos respondentes afirmaram ter renda mensal acima de 20 salários mínimos e 46,6% são autônomos.

Na Parte II do questionário, que trata da avaliação institucional, foram avaliados aspectos de infraestrutura, corpo docente, matriz curricular, atividades de pesquisa e extensão, entre outros.

Em relação à infraestrutura (salas de aula, laboratórios, edificações, recursos instrucionais etc.), a percepção da maioria dos egressos foi classificada como boa 64,6% (226), seguida de excelente 17,7% (62), regular 17,1% (60) e ruim 0,6% (2). Da mesma forma, o acervo e organização da biblioteca receberam os conceitos: bom 59,7% (209), excelente 20,3% (71), regular 18% (63) e ruim 2% (7).

Gráficos 10 e 11 - Avaliação dos egressos em relação à infraestrutura e à biblioteca

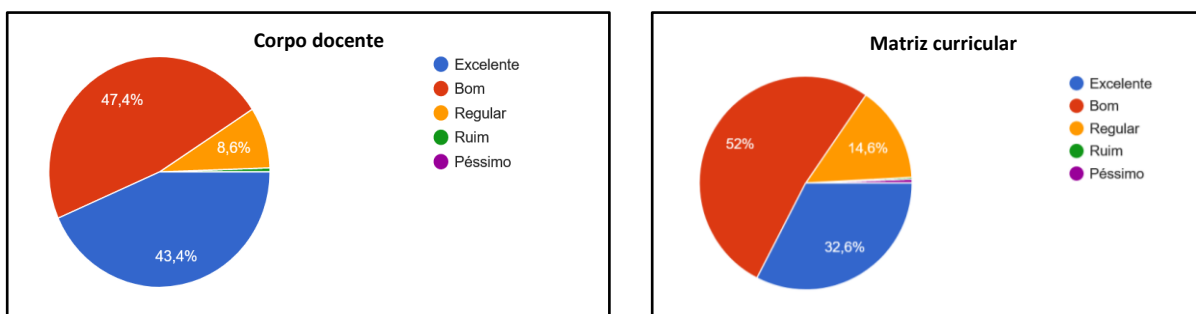


Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

Quanto ao corpo docente, ao avaliar critérios como: domínio do conhecimento na área, uso de materiais/recursos didáticos, disponibilidade de atendimento aos discentes, pontualidade nas aulas e na entrega de notas, os egressos indicaram: bom 47,4% (166), excelente 43,4% (152), regular 8,6% (30) e ruim 0,6% (2).

No quesito matriz curricular, foram avaliadas as disciplinas ministradas e a ordem em que elas foram ofertadas. Os resultados indicaram: bom 52% (182), excelente 32,6% (114), regular 14,6% (51), ruim 0,3% (1) e péssimo 0,6% (2).

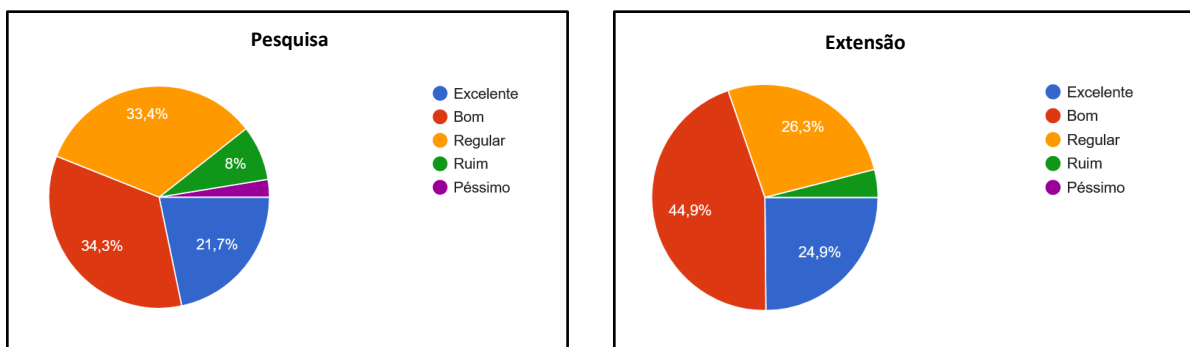
Gráficos 12 e 13 - Avaliação dos egressos em relação ao corpo docente e matriz curricular



Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

As atividades de pesquisa e extensão, com foco na oferta e oportunidade de participação dos alunos, receberam avaliação em uma escala de bom, regular e excelente, sendo as atividades de pesquisa avaliadas em 34,3% (120) com conceito bom, 33,4% (117) regular, 21,7% (76) excelente, ruim 8% (28) e péssimo 2,6% (9) e as atividades de extensão receberam 44,9% (157) com conceito bom, 26,3% (92) regular, 24,9% (87) excelente e ruim 4% (14).

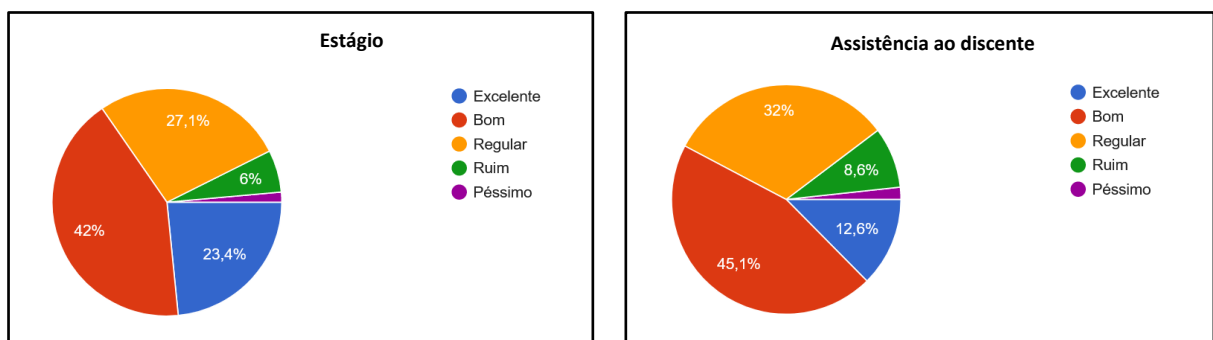
Gráficos 14 e 15 - Avaliação dos egressos sobre as atividades de pesquisa e extensão



Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

Na avaliação sobre estágio, foram considerados os aspectos de apoio institucional, oferta de campo, acompanhamento e orientação recebida pelos alunos. Os resultados incidiram em: bom 42% (147), regular 27,1% (95), excelente 23,4% (82), ruim 6% (21) e péssimo 1,4% (5). Já em relação à assistência ao discente, abrangendo políticas, programas, serviços e ações de apoio ao estudante, os egressos conceituaram como: bom 45,1% (158), regular 32% (112), excelente 12,6% (44), ruim 8,6% (30) e péssimo 1,7% (6).

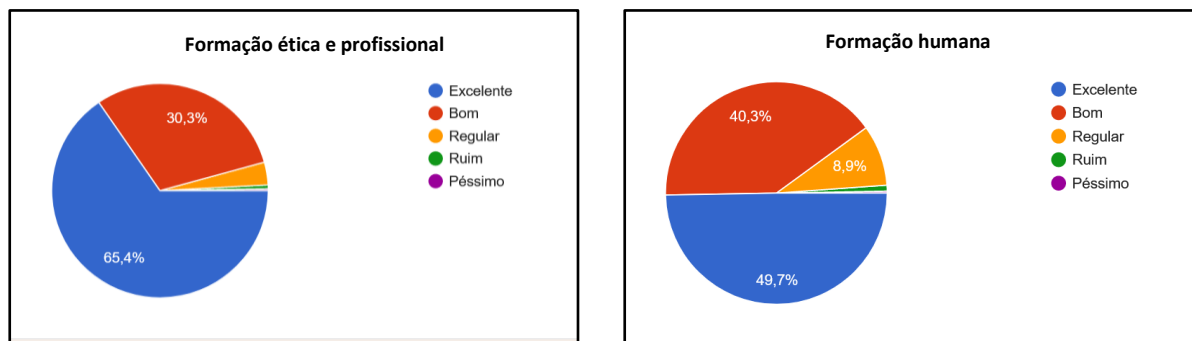
Gráficos 16 e 17 - Avaliação dos egressos em relação ao estágio e à assistência discente



Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

Referente à formação ética e profissional recebida na Instituição, os egressos apresentaram a seguinte avaliação: excelente 65,4% (229), bom 30,3% (106), regular 3,4% (12), ruim 0,6% (2) e péssimo 0,3% (1). Quanto à formação humana recebida durante o curso, os respondentes indicaram: excelente 49,7% (174), bom 40,3% (141), regular 8,9% (31), ruim 0,9% (3) e péssimo 0,3% (1).

Gráficos 18 e 19 - Avaliação dos egressos em relação à formação ética e profissional e à formação humana



Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

Esses itens que abordaram as questões de formação receberam a melhor avaliação dos egressos, índices de excelência. Isso mostra que o curso de Medicina da UFTM tende a transmitir de forma bastante assertiva os valores que a área médica requer para lidar com o ser humano e a pesquisa científica em saúde.

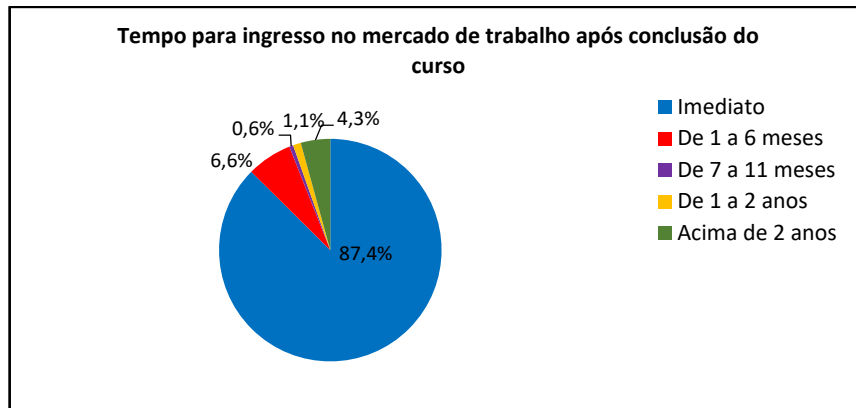
Vale destacar que esses fatores da formação médica são enfatizados no novo texto do Código de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina, o qual apresenta abordagens contemporâneas e destaca as inovações tecnológicas e as relações em sociedade como princípios deontológicos da medicina, sendo o respeito ao ser humano o mais importante deles (CFM, 2019).

Na sequência do questionário, com vistas a avaliar os aspectos técnicos do curso de Medicina e as relações sociais pós-academia, na Parte III foram abordadas questões como o tempo de ingresso no mercado de trabalho, os pontos fortes e fracos do curso e outras experiências pelas quais os egressos tiveram contato depois de concluir a graduação.

No item que avaliou a inserção dos egressos no mercado de trabalho, quase 90% (306) dos respondentes afirmaram que sua entrada no mercado foi imediata, 6,6% (23) necessitaram de até 6 meses para ingresso, 0,6% (2) levaram até 11

meses, 1,1% (4) até dois anos e 4,3% (15) ingressaram após dois anos de formados.

Gráfico 20 - Avaliação dos egressos sobre o tempo de inserção no mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Esse panorama de rápida colocação no mercado de trabalho é destacado neste ponto da pesquisa e ratifica o fato de o curso estar na lista dos mais concorridos pelos estudantes. O cenário promissor que a área médica apresenta já foi objeto de estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que avaliou 48 carreiras para orientar os vestibulandos em relação às perspectivas profissionais. O estudo afirmou que no Brasil a graduação de Medicina lidera dois rankings importantes: o dos maiores salários e o das carreiras com maior taxa de empregabilidade, o que reforça as expectativas de jovens estudantes a respeito da profissão médica e contribui para elevar a procura pelo curso.

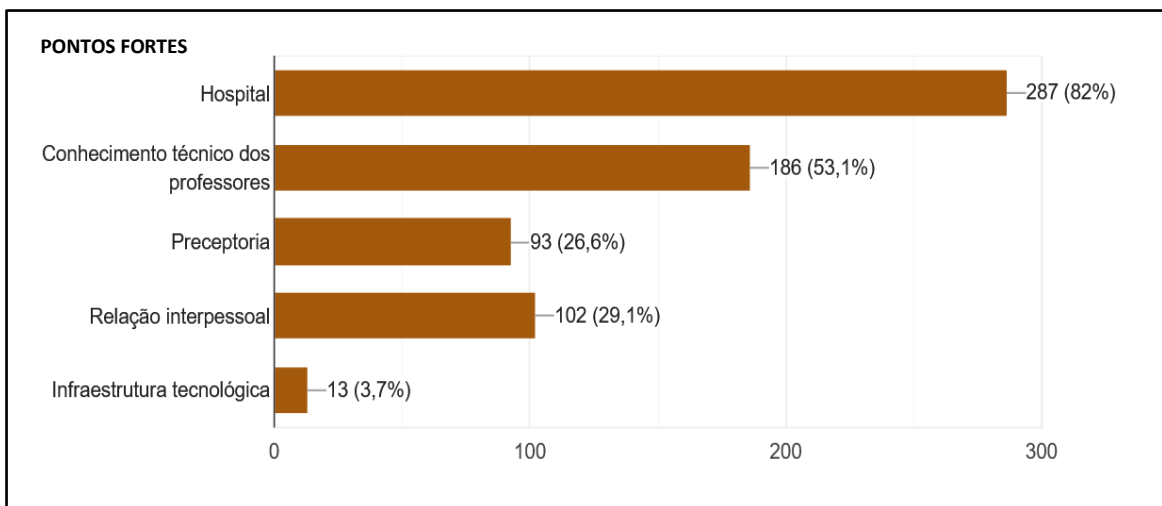
Na visão de Scheffer (2016), o campo profissional da medicina é caracterizado como algo dinâmico e tensionado pelos rumos do sistema de saúde e da regulamentação estatal, bem como por aspectos de interesses econômicos relacionados às escolhas individuais e profissionais. De acordo com esse autor, o Brasil contava com 271 escolas médicas em 2016, 60 delas foram instaladas após a Lei Mais Médicos¹, e apresenta uma projeção na evolução do número de médicos no país calculada em 400 mil médicos em 2010, 426 mil em 2016 e 600 mil até 2026.

¹ O Programa Mais Médicos foi criado em 2013 pela Lei nº 12.871, de 22 de outubro. Fundamentado pelas diretrizes pedagógicas da Educação Permanente, tendo como objetivo atender a população brasileira nos serviços de Atenção Básica do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir de modalidades formativas de ensino, pesquisa e extensão. Tem como principais aspectos a reordenação da oferta de cursos de medicina e de vagas para residência médica, priorizando regiões de saúde com menor relação de vagas e médicos por habitantes; o estabelecimento de novos parâmetros para a formação médica no país; e a promoção, nas regiões prioritárias do SUS, de aperfeiçoamento de médicos na área de Atenção Básica em saúde, mediante integração ensino-serviço, inclusive por meio de intercâmbio internacional (MEC, 2018).

Sobre os pontos fortes e fracos do curso de Medicina, o estudo mostra que os egressos têm o Hospital-Escola (atualmente Hospital de Clínicas da UFTM) como ponto forte e indicaram a infraestrutura tecnológica oferecida durante o curso como ponto fraco (Gráficos 21 e 22).

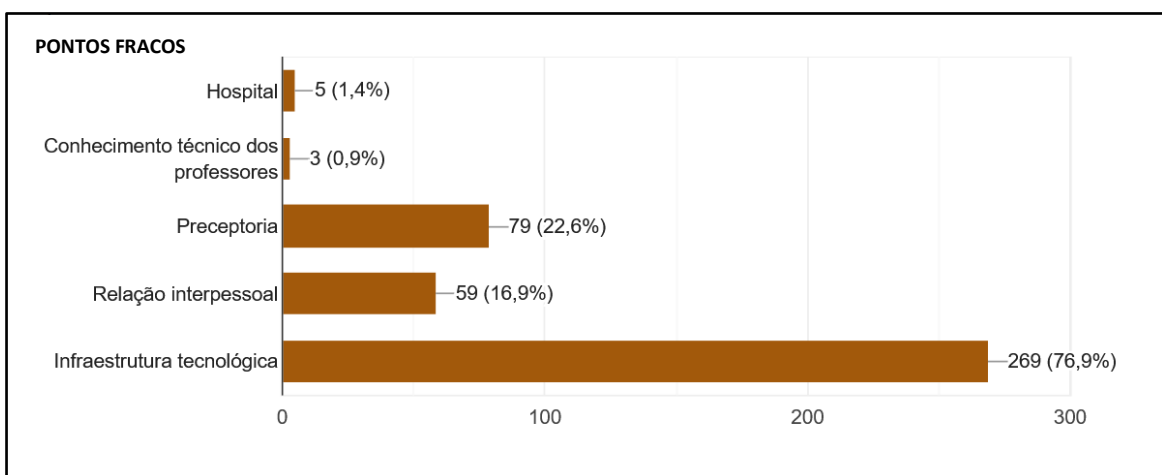
A percepção positiva em relação ao curso fez referência também ao nível de conhecimento técnico dos professores, o que vai ao encontro da história da própria Instituição, que iniciou suas atividades na área da saúde. O fato de ter um corpo docente atuante desde 1954 e um hospital-escola originado da Santa Casa de Misericórdia de Uberaba (Decreto 60.837/1967), e depois com instalações inauguradas em 1982, recebe na pesquisa o reconhecimento dos ex-alunos do curso de Medicina.

Gráfico 21 - Avaliação dos pontos fortes do curso de Medicina



Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Gráfico 22 - Avaliação dos pontos fracos do curso de Medicina



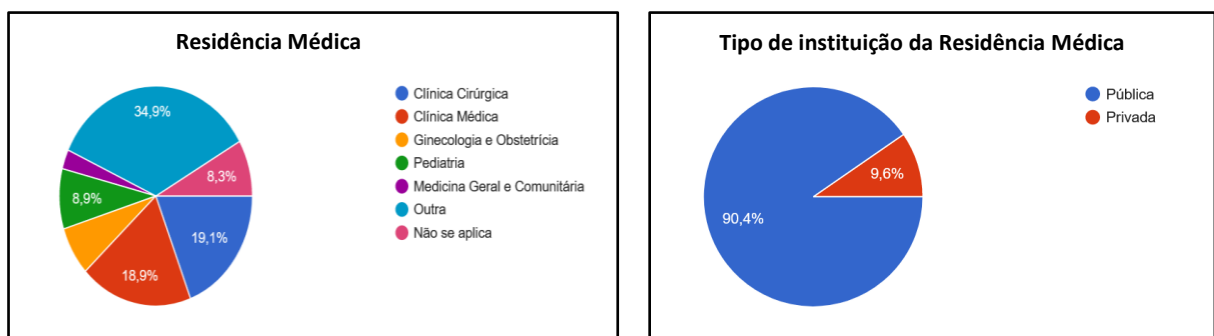
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Como prática tradicional da área da saúde, a formação em residência médica é cursada na sequência da graduação e consiste em um programa de pós-graduação *lato sensu*, especialização na área médica, caracterizado como treinamento em serviço (BRASIL, 2010). Essa formação é composta por especialidades distintas e algumas delas são pré-requisitos para cursar outras, as quais são conhecidas como áreas básicas, a exemplo das áreas de Clínica Médica e Cirurgia Geral.

O item da pesquisa que tratou dessa temática revelou que a grande concentração de residência médica dos egressos do curso de Medicina da UFTM, deu-se em programas de acesso direto: 34,9 % (122), ou seja, que não dependem de cursar uma área básica que preceda outras especialidades, seguidas das áreas de Clínica Cirúrgica 19,1% (67), Clínica Médica 18,9% (66), Pediatria 8,9% (31), Ginecologia e Obstetrícia 7,1% (25), Medicina Geral e Comunitária 2,9% (10), sendo que 8,3% (29) dos respondentes não cursaram residência médica.

A duração média dessa formação foi de 3,5 anos, sendo a maioria cursada no estado de São Paulo, seguido por Minas Gerais, Distrito Federal, Goiás, Rio de Janeiro e Maranhão. Apenas 2 respondentes declararam ter cursado no exterior, sendo 1 na Inglaterra e 1 nos EUA. Ademais, 90,4% (292) dos egressos afirmaram ter cursado a residência médica em instituição pública, conforme demonstrado nos gráficos 23 e 24.

Gráficos 23 e 24 - Tipo de instituição de ensino e especialidades de residência médica cursadas pelos egressos

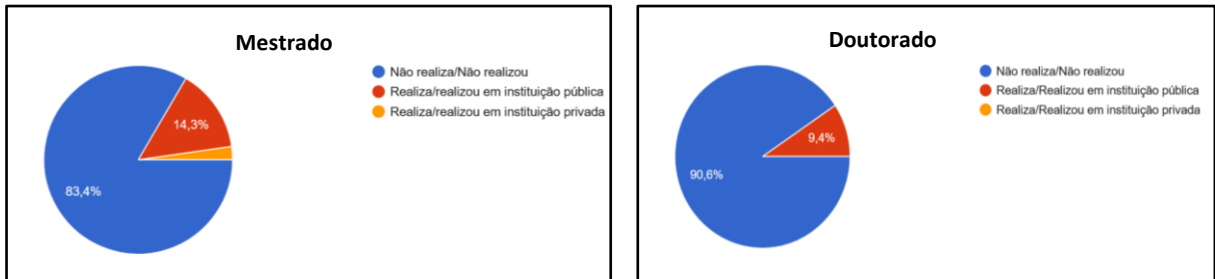


Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

Com referência à pós-graduação *stricto sensu*, a maioria dos respondentes afirmaram não ter cursado mestrado 83,4%, (292) ou doutorado 90,6%, (317). Entre os que fizeram mestrado, 14,3% (50) realizaram em instituição pública e 2,3% (8) em

instituição privada. Aqueles que cursaram doutorado 9,4% (33), o fizeram em instituições públicas, conforme demonstrado nos gráficos 25 e 26.

Gráficos 25 e 26 - Porcentagem de mestres e doutores entre os egressos



Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

Traçando um paralelo entre o campo de atuação dos egressos (Gráfico 8) e a continuidade de sua formação, verifica-se um importante vínculo com a área da educação, onde 13,1% dedicam-se à docência e 7,4% a atividades de pesquisa. Por outro lado, o estudo revelou baixos índices de formação em nível de pós-graduação, em que apenas 14,3% possuem mestrado e 9,4% doutorado, mostrando uma tendência de que os egressos do curso de Medicina ainda investem pouco em pós-graduação *stricto sensu*.

Sobre isso, pode-se dizer que o instrumento aponta para uma necessidade de desenvolver investigações mais aprofundadas para compreender o que motiva os egressos de medicina a não darem continuidade na sua formação acadêmica em nível *stricto sensu*. Essa é uma preocupação que já se faz presente entre os egressos, a exemplo de um dos relatos coletados na amostra:

O Curso de Medicina não discute ou aborda gestão da saúde que instrumentalize médicos generalistas nas práticas diárias. Nem mesmo orienta processos básicos de ensino-aprendizado. Cada vez mais compreende-se que para ensinar em um curso de medicina basta ser médico, por mais que se tenha avançado em discussões sobre educação médica no mundo (trecho extraído da coleta de dados, 2020).

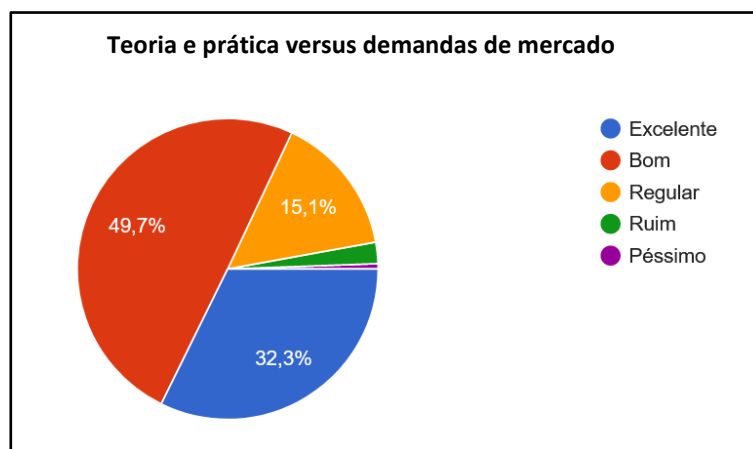
Trata-se, portanto, de um tema importante quando se busca qualificar o ensino na educação superior, uma vez que a preparação para o exercício do magistério superior far-se-á em nível de pós-graduação, prioritariamente em programas de mestrado e doutorado, conforme orienta a LDBEN (1996).

O questionário também buscou analisar a conexão existente entre os aspectos de teoria e prática da graduação em medicina com as demandas do

mercado de trabalho, um tema que está inserido no processo de avaliação do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE).

Os resultados da pesquisa mostram que 32,3% (113) dos respondentes avaliaram essa conexão como excelente, quase metade 49,7% (174) avaliou como boa, 15,1% (53) como regular, 2,3% (8) como ruim e 0,6% (2) avaliou como péssima, conforme pode ser observado no gráfico 27.

Gráfico 27 - Avaliação sobre aspectos de teoria, prática e demandas de mercado



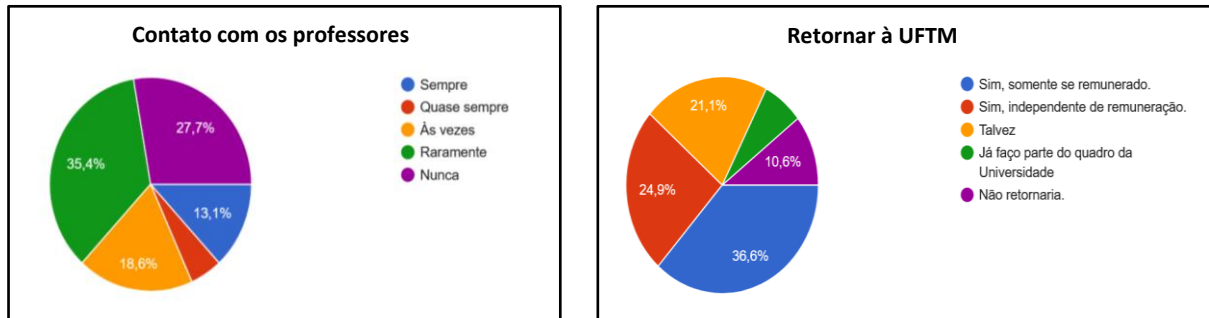
Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Já nas relações egressos/professores e egressos/instituição, a pesquisa buscou evidenciar o nível de contato que os ex-alunos do curso de Medicina mantêm com seus ex-professores, bem como investigou o grau do sentimento de pertença que esses egressos construíram ao longo do tempo com a instituição (Gráficos 28 e 29). Assim, foi possível identificar que 35,4% (124) raramente mantêm contato com os docentes, 27,7% (97) dos respondentes nunca fizeram contato com seus professores após o término do curso, 18,6% (65) às vezes fazem contato, 5,1% (18) afirmaram que quase sempre fazem contato com os professores e apenas 13,1% (46) permanecem em contato com os professores.

Quanto à relação que construíram com a instituição, os egressos foram indagados se retornariam à UFTM, caso houvesse oportunidade, para atuar na área da saúde. O nível de resposta à pergunta incidiu sobre os seguintes indicadores: 36,6% (128) disseram que retornariam somente mediante remuneração, 24,9% (87) afirmaram que retornariam independentemente de remuneração, 21,1% (74)

declararam que talvez retornariam, 10,6% (37) enfatizaram que não retornariam e 6,9% (24) revelaram que já fazem parte do quadro de pessoal da instituição.

Gráficos 28 e 29 - Manifestação dos egressos do curso de Medicina sobre o contato com ex-professores e a possibilidade de retorno à universidade.



Fonte: Elaborados pela autora, 2020.

De forma bastante expressiva, o sentimento de pertença dos egressos é manifestado na pesquisa por meio de indicadores relacionados ao vínculo afetivo construído ao longo do tempo entre professores/ex-alunos de Medicina e a Instituição. É possível notar que, embora pouco mais de 36% dos respondentes afirmaram que atuariam na Universidade somente mediante remuneração, mais de 50% manifestaram-se favoráveis à possibilidade de retornar à UFTM para atuar na sua área de formação ou declararam que já fazem parte do quadro de pessoal.

Trata-se de uma informação relevante diretamente relacionada aos aspectos de formação humana e ética trabalhados durante o curso, os quais foram os únicos itens que receberam dos egressos a maior pontuação, no conceito excelente: 49,7% e 65,4%, respectivamente. Ao contextualizar essa mesma informação no cenário de pandemia da Covid-19, decretado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) no início de 2020, tem-se que esses temas são de suma importância no exercício de todas as profissões, especialmente aquelas da área da saúde e das humanidades.

Por fim, no intuito de contribuir para a melhoria da qualidade no ensino de Medicina na UFTM, foi dada aos respondentes a oportunidade de expressarem sobre a experiência adquirida na graduação e sua vivência profissional, por meio de sugestões e críticas. Dos 350 respondentes da pesquisa, 59,1% (207) manifestaram sobre conteúdos que poderiam complementar o ensino durante a graduação (Apêndice C). Entre os principais temas foi enfatizada a carência de orientações sobre economia básica e natureza jurídica, a importância de abordagem às políticas

que regem os planos de saúde e os tipos de vínculos empregatícios na profissão médica.

4.3.2 Teste qui-quadrado e Análise de Variância (ANOVA)

Conforme metodologia adotada, a proposta desta seção é mostrar o potencial do instrumento de pesquisa para investigar outras questões de gestão. Neste caso, o objetivo consiste em verificar como os processos de expansão das universidades e, mais especificamente, de transformação da Faculdade de Medicina em Universidade impactaram na percepção do egresso. Dito de outra forma, o que se propõe investigar é: os egressos da FMTM possuem diferente percepção, comparados aos egressos da UFTM, em relação às questões de avaliação institucional?

Para tanto, os egressos foram divididos em três grupos (FMTM, Transição e UFTM), foram utilizadas as técnicas estatísticas: i) Teste qui-quadrado, para analisar a associação entre a classificação das categorias e as respostas na avaliação institucional e; ii) Análise de variância (ANOVA), para comparar as médias de cada categoria, obtidas com a quantificação das respostas nas questões de avaliação institucional. Ambas as técnicas (Teste qui-quadrado e ANOVA) foram feitas com uso do software Minitab 17.

Considerando que a duração da graduação em medicina equivale a 6 anos e que nem todos os alunos concluem o curso dentro desse intervalo de tempo, foi possível traçar um panorama dos respondentes por período de ingresso e de conclusão da graduação, conforme detalhado no quadro 2.

Quadro 2 - Quantitativo e percentual de respondentes por grupos categóricos

Grupos	Período/ Nº Ingressantes	Percentual de respondentes	Período/ Nº concluintes	Percentual de respondentes
	FMTM		1975 - 1999/2 71	
TRANSIÇÃO	2000/1 - 2005/1 83	23,7%	2005/2 - 2010/2 88	25,1%
UFTM	2005/2 - 2013/1 196	56%	2011/1 - 2018/2 192	54,9%

Fonte: Elaborado pela autora, 2020.

Desta forma, foi possível verificar as diferentes percepções de cada grupo de egressos em relação às questões que avaliaram infraestrutura, corpo docente, matriz curricular, atividades de pesquisa e extensão, entre outras dimensões.

No Teste qui-quadrado, para estudo da associação/independência entre a categoria e as respostas, foram testadas para cada uma das questões as seguintes hipóteses: H_0 = as variáveis são independentes (as diferentes categorias não têm associação para as respostas sobre a avaliação institucional) e H_1 = as variáveis não são independentes, ou seja, apresentam algum grau de associação entre si (as diferentes categorias têm associação com as respostas sobre a avaliação institucional).

Para garantir uma efetividade dos testes qui-quadrado, as escalas de respostas identificadas como regular, ruim e péssimo foram agrupadas para proporcionar frequências de resposta maiores ou iguais a 5, conforme pode ser observado na Tabela 8, que apresenta a avaliação dos egressos em números absolutos.

A última coluna da Tabela 8 mostra o valor-P calculado para as questões 13 a 22. Considerando um nível de significância $\alpha = 0,05$, nas análises das questões 13 a 17, 21 e 22, é possível verificar que os valores-P foram menores que α , sugerindo rejeitar H_0 . Desta forma, conclui-se que existe uma associação entre as diferentes categorias e as respostas para essas questões de avaliação institucional.

Tabela 8 - Avaliação por categoria dos egressos sobre os itens 13 a 22 do questionário (números absolutos e Teste qui-quadrado de Pearson)

Itens/conceitos		Categorias			Total Geral	Teste qui-quadrado	GL	Valor-P
		FMTM	Transição	UFTM				
13	Excelente	17	12	33	62	10,999	4	0,027
	Bom	48	60	118	226			
	Regular/Ruim/Péssimo	6	11	45	62			
	Totais categoria	71	83	196	350			
14	Excelente	13	9	49	71	15,000	4	0,005
	Bom	45	47	117	209			
	Regular/Ruim/Péssimo	13	27	30	70			
	Totais categoria	71	83	196	350			
15	Excelente	26	59	67	152	41,746	4	0,000
	Bom	43	21	102	166			
	Regular/Ruim/Péssimo	2	3	27	32			
	Totais categoria	71	83	196	350			

continua

Tabela 8 - Avaliação por categoria dos egressos sobre os itens 13 a 22 do questionário (números absolutos e Teste qui-quadrado de Pearson) conclusão

16	Excelente	28	37	49	114	38,295	4	0,000
	Bom	40	45	97	182			
	Regular/Ruim/Péssimo	3	1	50	54			
	Totais categoria	71	83	196	350			
17	Excelente	19	23	34	76	14,213	4	0,007
	Bom	24	36	60	120			
	Regular/Ruim/Péssimo	28	24	102	154			
	Totais categoria	71	83	196	350			
18	Excelente	13	25	49	87	2,904	4	0,574
	Bom	34	35	88	157			
	Regular/Ruim/Péssimo	24	23	59	106			
	Totais categoria	71	83	196	350			
19	Excelente	18	24	40	82	6,941	4	0,139
	Bom	30	39	78	147			
	Regular/Ruim/Péssimo	23	20	78	121			
	Totais categoria	71	83	196	350			
20	Excelente	7	13	24	44	6,622	4	0,157
	Bom	36	43	79	158			
	Regular/Ruim/Péssimo	28	27	93	148			
	Totais categoria	71	83	196	350			
21	Excelente	52	66	110	229	16,872	2	0,000
	Bom/Reg/Ruim/Péssimo	19	17	86	122			
	Totais categoria	71	83	196	350			
22	Excelente	45	49	80	174	14,397	2	0,001
	Bom/Reg/Ruim/Péssimo	26	34	116	176			
	Totais categoria	71	83	196	350			

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Por outro lado, para as questões 18, 19 e 20, o valor-P foi maior que α , sugerindo não se rejeitar H_0 , ou seja, não há associação entre as diferentes categorias para as respostas sobre atividades de extensão, estágio e assistência discente, conforme demonstrado na Tabela 9.

Tabela 9 - Valor-P e Associação entre as categorias a partir do Teste qui-quadrado para as questões 13 a 22 do questionário aplicado

Questão	Valor-P	Associação de variáveis
13. Infraestrutura	0,027	Sim
14. Biblioteca	0,005	Sim
15. Corpo docente	0,000	Sim
16. Matriz curricular	0,000	Sim
17. Pesquisa	0,007	Sim
18. Extensão	0,574	Não
19. Estágio	0,139	Não
20. Assistência discente	0,157	Não
21. Formação ética	0,000	Sim
22. Formação humana	0,001	Sim

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Já na Análise de Variância (ANOVA) para comparação das médias de cada categoria nas respostas relativas à avaliação institucional (parte II do questionário), os conceitos de avaliação foram transformados em valores para possibilitar o cálculo de médias e variância: péssimo = 1; ruim = 2; regular = 3; bom = 4; excelente = 5. Foram testadas para cada uma das questões as seguintes hipóteses: H_0 = as médias das respostas das 3 categorias são todas iguais e H_1 = as médias das respostas das 3 categorias não são todas iguais.

Considerando um nível de significância $\alpha = 0,05$, como pode ser visto na Tabela 9, apenas nas análises das questões 18 e 20 os valores-P foram maiores que α sugerindo não rejeitar H_0 . Em outras palavras, o resultado mostra que para todas as outras questões (13 a 17, 19, 21 e 22) as médias das respostas das 3 categorias não são iguais.

Tabela 10 - Análise de variância (ANOVA) por categoria dos egressos sobre os itens 13 a 22 do questionário (Valor-P e Média)

Questão	Valor-P	Categoria	Média
13. Infraestrutura	0,026	FMTM	4,1549
		Transição	4,0120
		UFTM	3,9286
14. Biblioteca	0,001	FMTM	4,0816
		Transição	3,7590
		UFTM	3,9718
15. Corpo docente	0,000	FMTM	4,3380
		Transição	4,6747
		UFTM	4,1939
16. Matriz curricular	0,000	FMTM	4,3521
		Transição	4,4337
		UFTM	3,9694
17. Pesquisa	0,007	FMTM	3,8310
		Transição	3,9398
		UFTM	3,4541
18. Extensão	0,238	FMTM	3,7887
		Transição	4,0120
		UFTM	3,9031
19. Estágio	0,017	FMTM	3,8730
		Transição	4,0120
		UFTM	3,6837
20. Assistência discente	0,064	FMTM	3,6479
		Transição	3,7470
		UFTM	3,4898
21. Formação ética	0,000	FMTM	4,7183
		Transição	4,7952
		UFTM	4,4745
22. Formação humana	0,000	FMTM	4,5915
		Transição	4,5422
		UFTM	4,2398

Fonte: Elaborada pela autora, 2020.

Nas questões em que a H_0 (igualdade da média das três categorias) foi rejeitada, as médias da categoria UFTM foram as menores, com exceção da questão 14 (Biblioteca). Portanto, de maneira geral, podemos afirmar que os egressos da FMTM possuem diferente percepção dos egressos da UFTM, em relação às questões de avaliação institucional, sendo essa última categoria mais crítica. A única exceção deu-se na avaliação da Biblioteca, onde os egressos do período de Transição foram os mais críticos.

Os resultados da ANOVA corroboram com as conclusões dos testes qui-quadrado. Apenas para a questão 19 as categorias não tiveram associação com as respostas no teste qui-quadrado, mas no teste ANOVA identificou-se diferença entre as médias.

Considerando que essa parte do instrumento (parte II) tem como finalidade subsidiar o processo de avaliação institucional realizada pelo INEP, é possível notar que merecem atenção os temas referentes a apoio institucional, acompanhamento e orientação dos estágios oferecidos durante o curso de Medicina, assim como as políticas, programas e ações de assistência ao discente, haja vista que ambos os itens ficaram no patamar regular, ruim ou péssimo na avaliação dos respondentes, com incidência maior no grupo UFTM.

Vale ressaltar que, historicamente, as políticas públicas relacionadas aos itens avaliados foram implementadas entre os anos de 2007 e 2012, incidindo sobre o período de tempo estabelecido para o grupo de egressos UFTM. O processo de expansão da educação superior, que contou com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) foi instituído pelo Decreto nº 6.096/2007, a lei que regulamentou o estágio de estudantes foi sancionada em 2008 (Lei 11.788) e a política de acesso às IFES foi regulamentada pela Lei 12.711/2012. Isso implica dizer que os egressos UFTM tiveram melhores condições para avaliar os itens de estágio e assistência ao discente em detrimento dos demais grupos (FMTM e Transição).

Contudo, alguns depoimentos feitos pelos egressos discutem as temáticas de suporte institucional aos discentes e trazem uma visão com base na experiência vivida durante a graduação, conforme relacionados no quadro 3.

Quadro 3 - Trechos de depoimentos dos respondentes relacionados aos temas de estágio e apoio institucional aos discentes

<i>"[...] necessidade de monitorar sofrimento psicológico dos estudantes [...]."</i>
<i>"Sugiro que as disciplinas de relação interpessoal, psicologia médica, estatística e conhecimentos do SUS sejam mais bem elaboradas, ministradas e mais rigorosas quanto às avaliações [...]."</i>
<i>"[...] o internato precisa ser reestruturado, é a parte mais importante do curso, precisa melhorar [...]."</i>
<i>"mudar a visão sobre o interno e valorizá-lo como aprendiz, não como mão de obra."</i>
<i>"[...] Acredito que os docentes e contratados poderiam estar mais próximos dos alunos e dos residentes, que muitas vezes também ficavam sem supervisão, especialmente nos plantões no pronto-socorro [...]."</i>
<i>"[...] Senti muita falta de espaços em que os alunos pudessem dialogar com os professores. Quando eu tentava, seja como discente, como coordenadora do DAGV, como coordenadora de Ligas, os professores da maioria dos departamentos me tratavam mal, não me davam ouvidos. Sei que é uma questão cultural, mas sei também que isso pode ser mudado, desde que a coordenação apoie os discentes. [...]."</i>
<i>"Fazer pesquisas obrigatória de satisfação de estágio de internato, tornar obrigatório repasse delas em reuniões semestrais ou anuais com representante todas as grandes áreas do internato e coordenador de curso para discutir resultados e onde melhorar em relação a aspectos técnicos e interpessoais. [...]."</i>
<i>"Humanizar alguns professores que tentam ensinar na base do medo e, [...] Alguns professores precisam entender que querer humilhar, julgar, envergonhar ou se impor na base da falta de educação, prepotência e instauração do medo, pode ser extremamente danoso para o aprendizado do aluno, pois nem todos lidam bem com isso [...]."</i>

Fonte: Coleta de dados da pesquisa, 2020.

Todos os relatos encontram-se, na íntegra, no Apêndice C.

Os depoimentos coletados firmam-se como contribuição importante para as discussões na instituição e no Curso de Medicina, sobretudo, constituindo-se de rico material para subsidiar ações de melhoria que atendam aos critérios de avaliação do INEP e às políticas de atendimento aos discentes.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa pautou-se na possibilidade de inovar o processo de comunicação da UFTM com seus egressos e, a partir disso, avançar no atendimento das políticas educacionais que visam qualificar o ensino superior brasileiro. Por meio do estudo desenvolvido foi possível compreender o quanto é relevante a criação de mecanismos que sejam capazes de dar voz aos ex-alunos da universidade e o quanto isso enriquece o processo de gestão democrática preconizado na educação superior.

Contudo, vale destacar algumas percepções que emergiram durante as etapas da pesquisa, cujo objetivo principal consistiu em propor a implantação de um instrumento para gestão e acompanhamento dos egressos da Instituição. Trata-se, portanto, de aspectos importantes que se conectam à própria vocação da universidade.

As primeiras percepções se deram nos contatos iniciais para definição da pesquisa, quando se fizeram presente certo estado de ansiedade e alguns avanços acerca do tema proposto. De um lado, o anseio do curso por resultados da pesquisa, de outro, o empenho da coordenação para responder as exigências provenientes da última avaliação de credenciamento do curso realizada pelo INEP.

Na etapa de composição dos avaliadores (comissão de juízes), notou-se que alguns convidados ficaram surpresos com o tema abordado, expressando suas dúvidas quanto ao êxito da proposta e ao envolvimento do público participante escolhido. Apesar disso, todos demonstraram espírito colaborativo e não houve recusa para avaliar o instrumento de pesquisa. O mesmo aconteceu com os convidados para a etapa de pré-teste.

Já na fase de aplicação do questionário, as percepções foram diferentes, pois a reação dos respondentes distinguiu-se das expectativas dos avaliadores, conforme descrito anteriormente. Os respondentes, além de prontificarem-se a preencher o formulário eletrônico, fizeram questão de declarar gratidão ao convite, manifestando seu apoio à iniciativa de realização da pesquisa.

Posto isso, pode-se dizer que a essência da inovação foi se revelando durante o percurso da investigação, pois a cada etapa da pesquisa já era possível perceber reações diversas: de impacto, de surpresa, de resistência e de apoio ao

estudo. Todavia, processos de mudança requerem atenção sobre as perspectivas dos atores envolvidos com as transformações pretendidas.

Nessa direção, pressupõe-se que o instrumento de pesquisa corresponde a uma inovação no processo de comunicação com os egressos da instituição e contribui para responder aos critérios de avaliação institucional pontuados pelo SINAES. No tocante às dimensões que tratam do acompanhamento de egressos, a ferramenta ora proposta firma-se como um mecanismo capaz de manter atualização sistemática de informações a respeito da continuidade na vida acadêmica e/ou da inserção profissional do egresso, assim como viabiliza a realização de estudo comparativo entre a atuação do egresso e a formação recebida na IES.

O instrumento também mostrou potencial para evidenciar as percepções específicas de cada grupo de egressos, as quais derivam das experiências vividas pelos alunos no seu tempo de universidade. No caso do curso de Medicina, por ser o curso mais antigo, foi possível analisar as percepções dos egressos em diferentes momentos históricos da Instituição. Entretanto, as perspectivas e experiências dos egressos de cada curso podem ser evidenciadas quando se tem a possibilidade de investigar as histórias de cada turma de graduação ao longo do tempo.

Assim, estudos futuros associados à implementação deste instrumento para gestão dos egressos podem contribuir para estreitar as relações desse público com a Universidade, permitindo a criação de outras ações complementares sobre o tema, tais como: adoção de mecanismos de comunicação direcionados exclusivamente para os egressos, a exemplo do Portal do Egresso; desenvolvimento de estudos para conhecer as contribuições sociais desempenhadas pelos egressos e as opiniões dos empregadores do seu campo profissional; a participação de egressos em órgãos colegiados da instituição, contribuindo de forma generalista e diversa e; promoção da continuidade da vida acadêmica dos ex-alunos, por meio da ampliação da oferta de pós-graduação na respectiva área de conhecimento.

Ademais, conclui-se que a proposta apresentada neste estudo firma-se como possibilidade de acampar os demais cursos de graduação e de pós-graduação da UFTM, de maneira que as especificidades de cada instituto ou programa possam ser contempladas no instrumento de pesquisa, dada a flexibilidade de adaptação que a ferramenta dispõe. Essa flexibilidade é um ponto importante da proposta e se estabelece principalmente na parte III do questionário, onde cada curso pode inserir itens que atendam sua necessidade de investigação. Por outro lado, sugere-se que

as partes I e II do questionário sejam comuns para todos os cursos e programas da instituição, visando à padronização dos dados de caracterização dos egressos e ao atendimento dos critérios de avaliação institucional pontuados pelo INEP.

Por fim, a inovação apresentada por esta pesquisa se insere na implantação do instrumento de gestão de egressos e na oportunidade de realização de um trabalho coletivo na UFTM, em que haja espaço para outras ideias e sugestões que fortaleçam e reúnam possibilidades de dar resposta tanto aos processos avaliativos da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) quanto aos interesses da própria universidade, envolvendo a participação dos núcleos docentes estruturantes, das coordenações de curso, dos institutos acadêmicos, das Pró-Reitorias, do corpo docente, da representação discente e da própria sociedade.

REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, N. M. C.; COLUCI, M. Z. O. Validade de conteúdo nos processos de construção e adaptação de instrumentos de medidas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3061-3068, jul. 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232011000800006>.

ALMEIDA, R. **Mobilização de atores sociais em rede**: uma análise sobre a capacidade de organização da sociedade para enfrentamentos socioambientais. 2019. 209f. Tese (Doutorado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Universidade Federal de São Carlos, 2019.

ANDRIOLA, W. B. Estudo de egressos de cursos de graduação: subsídios para a autoavaliação e o planejamento institucionais. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 54, p. 203-219, 2014.

BELLO, J. L. P. **Educação no Brasil**. Portal São Francisco. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/historia-do-brasil/educacao-no-brasil>. Acesso em: 05 ago. 2019.

BMBF. BUNDESMINISTERIUM FÜR BILDUNG UND FORSCHUNG. **Bundesbericht forschung und innovation 2010**. (S.I.): Bonn, 2010.

BRASIL. Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007 (republicação). Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, edição 249, p. 23-31, 29 dez. 2010.

BRASIL. Resolução nº 2, de 24 de abril de 2019. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Engenharia. **Diário Oficial da União**, seção 1, Brasília, DF, edição 80, p. 43, 26 abr. 2019.

BRASIL. **Ministério da Educação**. Programa Mais Médicos. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/publicacoes-para-professores/30000-uncategorised/59441-programa-mais-medicos>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. **SINAES**: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: da concepção à regulamentação. 5. ed., revisada e ampliada. Brasília: INEP, 2009, 328 p.

BRASIL. **SINAES**: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: instrumento de avaliação de cursos de graduação presencial e a distância. Brasília: INEP, 2017a. 32-34 p.

BRASIL. **SINAES**: Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior: instrumento de avaliação institucional externa presencial e a distância. Brasília, 2017b.

BRASIL. Lei 10.973 de 2 de dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 3 de dezembro de 2004, retificado em 16 de maio de 2005. Brasília, 2004.

BRASIL. Lei 13.243 de 11 de janeiro de 2016. Dispõe sobre estímulos ao desenvolvimento científico, à pesquisa, à capacitação científica e tecnológica e à inovação e altera a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, edição 7, p. 1, 12 jan. 2016.

BRASIL. **Lei 13.632 de 6 de março de 2018**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre educação e aprendizagem ao longo da vida. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13632.htm#art1. Acesso em: 26 fev. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM). **Código de Ética Médica**: Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019. Brasília-DF, 2019. 108 p.

COELHO, M. S. C.; OLIVEIRA, N. C. M. Os egressos no processo de avaliação. **Revista e-Curriculum**, v. 8, n. 2, p. 1-19, 2012.

COLUCI, M. Z. O.; ALEXANDRE, N. M. C.; MILANI, D. Construção de instrumentos de medida na área da saúde. **Ciência e Saúde Coletiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 925-936, 2015.

ETZKOWITZ, H.; LEYDESDORFF, L. The dynamics of innovation: from national Systems and 'mode 2' to a triple helix of university-industry-government relations. **Reserch Policy**, New York, n. 29, p.109-123, 2000.

GIBBONS, M.; LIMOGES, C.; NOWOTNY, H.; SCHWARTZMAN, S.; SCOTT, P.; TROW, M. **The new production of knowledge**: the dynamics of science and research in contemporary societies. London: Sage, 1994.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa**: com a nova ortografia da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. 1986p.

HOWALDT, J.; SCHWARZ, M. **Social innovation**: concepts, research fields and international trends. Dortmund, 2010. IMO-International Monitoring. Disponível em: www.internationalmonitoring.com. Acesso em: 03 set. 2019.

INSTITUTO EDUCANDI (iEduc). **Núcleo docente estruturante**: legislação, desafios e cenários: curso online. Brasília, DF: iEduc, [20--]. (Material disponível apenas para os alunos matriculados no curso online).

LIMA, L. A.; ANDRIOLA, W. B. Acompanhamento de egressos: subsídios para a avaliação de Instituições de Ensino Superior (IES). **Revista Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 23, n.1, p. 104-125, mar. 2018.

MICHAELIS. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 1998. 2259 p.

MICHELAN, L. S.; HARGER, C. A.; EHRHARDT, G.; MORÉ, R. P. O. Gestão de egressos em Instituições de Ensino Superior: possibilidades e potencialidades. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA LATINA, 9., 2009, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/36720/Gest%C3%A3o%20de%20egressos%20em%20institui%C3%A7%C3%B5es%20de%20ensino%20superior%20Possibilidades%20e%20potencialidades.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 nov. 2019.

MOURA, E. R. F., BEZERRA, C. G.; OLIVEIRA, M. S.; DAMASCENO, M. M. C. Validação de jogo educativo destinado à orientação dietética de portadores de diabetes mellitus. **Revista de Atenção Primária à Saúde**, v. 11, n. 4, p. 435-443, 2008.

OCDE; FINEP. **Manual de Oslo**: diretrizes para coleta e interpretação de dados sobre inovação. 3. ed. Brasília: Finep, 2005. Disponível em <https://www.finep.gov.br/images/apoio-e-financiamento/manualoslo.pdf>. Acesso em: 07 set. 2019.

OLIVEIRA, T. M. V. Amostragem não probabilística: adequação de situações para uso e limitações de amostras por conveniência, julgamento e cotas. **Revista Administração on Line: Prática, Pesquisa e Ensino**, v. 2, n. 3, jul./set. 2001.

PASQUALI, L. **Instrumentação psicológica**: Fundamentos e práticas. Porto Alegre, Brasil: Artmed, 2010.

PAUL, Jean-Jacques. Acompanhamento de egressos do ensino superior: experiência brasileira e internacional. **Caderno CRH**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 309-326, ago. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792015000200309&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 fev. 2020.

PENA, M. D. C. Acompanhamento de egressos: uma análise conceitual e sua aplicação no âmbito educacional brasileiro. **Educação & Tecnologia**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, dez. 2010. Disponível em: <https://periodicos.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/6>. Acesso em: 21 fev. 2020.

RICHARDSON, J. A pesquisa qualitativa crítica e válida. In: RICHARDSON, R. J. *et al.* (org.) **Pesquisa Social**. 3. ed. rev. e amp. São Paulo: Atlas, 2012. p. 90-103.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SCHEFFER, M. **Mercado de trabalho em Medicina**: situação atual e perspectivas, 2016. Disponível em:

https://eventos.cfm.org.br/images/PDFs/apresenta_mario_scheffer.pdf. Acesso em: 17 dez. 2020

SILVA, L. C.; BASTOS, A. V. B.; RIBEIRO, J. L. L. S.; PEIXOTO, A. L. A. Acompanhamento de egressos como ferramenta para a gestão universitária: um estudo com graduados da UFBA. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL [online]**, v. 10, n. 4, p. 293-313, 2017.

SILVA, J. M.; BEZERRA, R. O. Sistema de acompanhamento dos egressos aplicado na Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL**, v. 8, n. 3, p. 1-15, 2015.

SIMON, L. W.; ARNONI, T. H.; PACHECO, A. S. V. Avaliação de Egressos: perfil, perspectivas e interesses dos alunos diplomados em duas instituições de ensino superior catarinenses. *In*: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA, 17., 2017, Mar del Plata. **Anais [...]**. Mar del Plata, 2017.

SIQUEIRA, M. M. M.; FREIRE, S. A.; MARQUES, T. M.; MIRANDA, T. Y. T. Escala de atitude frente à pré-escola: elaboração e validação da EAPE. **Educação e Filosofia**, Uberlândia, v. 4, n. 7, p. 27-43, jul./dez. 1989.

SOARES, J. F.; SIQUEIRA, A. L. **Introdução à estatística médica**. 2. ed. Belo Horizonte: COOPMED, 2002.

SOUZA, J. C. S. Educação e História da Educação no Brasil. **Revista Educação Pública**, nov. 2018. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/18/23/educacao-e-historia-da-educacao-no-brasil>. Acesso em: 28 set. 2020.

TAVARES, F.G.O. **O conceito de inovação em educação**: uma revisão necessária. **Educação (UFSM)**, n. 44, p. 1-17, jan. 2019. Disponível em: [doi:https://doi.org/10.5902/1984644432311](https://doi.org/10.5902/1984644432311). Acesso em: 28 set. 2020.

VIOTTI, E. B. Brasil: de política de C&T para política de inovação? Evolução e desafios das políticas brasileiras de ciência, tecnologia e inovação. *In*: AVALIAÇÃO de políticas de ciência, tecnologia e inovação: diálogo entre experiências internacionais e brasileiras. Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2008. p. 137 -174.

APÊNDICE A - Formulário para avaliação dos juízes

Este formulário é parte integrante de uma pesquisa de Mestrado em Inovação Tecnológica/UFTM, intitulada: **“Acompanhamento de egressos como instrumento de gestão: uma proposta de inovação nas políticas acadêmicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro”**, e apresenta um roteiro com orientações sobre procedimentos de avaliação de um questionário que está sendo criado para subsidiar a gestão de egressos da UFTM.

Conforme previsto pelo estudo, a primeira aplicação ocorrerá junto aos egressos do curso de Medicina (população amostral). Para tanto, o instrumento foi estruturado em três partes, sendo a primeira destinada à **caracterização** do respondente, a segunda formada por questões relacionadas à **avaliação institucional** realizada pelo INEP e a última parte composta por **itens indicados pela coordenação do curso**. Ao todo são 31 questões, sendo que parte delas faz uso da escala de Likert.

Tendo em vista que a aplicação ocorrerá via internet, o formato aqui apresentado não é o mesmo do formulário eletrônico que será encaminhado aos respondentes. Trata-se, portanto, de uma formatação específica para esta etapa de avaliação por juízes.

Você, que aceitou o convite para integrar a comissão de juízes, deve avaliar os itens do questionário seguindo as orientações descritas abaixo. Caso persistam dúvidas, entre em contato com a pesquisadora via e-mail, whatsapp ou telefone.

PROCEDIMENTOS DOS AVALIADORES:

Avaliação dos juízes:

1ª Parte

Nesta etapa o avaliador deve observar o enunciado da apresentação do questionário e os itens que se referem à caracterização dos respondentes. O juiz poderá tecer comentários, fazer críticas e/ou dar sugestões de alteração, retirada ou inclusão de texto, itens e alternativas.

Parte I - itens de 1 a 12

Este questionário é parte de uma pesquisa de mestrado do Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica – PMPIT/UFTM e tem por finalidade conhecer a percepção dos egressos do curso de Medicina da UFTM. Você foi selecionado para participar desse estudo e sua colaboração é muito importante, pois representa a opinião dos ex-alunos da UFTM. Responda as questões de acordo com a experiência que você teve enquanto aluno da Instituição, que seja de forma sincera e pessoal, sem se preocupar em ser amigável ou agradável. Não é necessário identificar-se.

1. **Ano de ingresso no curso de Medicina/UFTM:** _____
2. **Ano de conclusão do curso:** _____
3. **Sexo:** Feminino Masculino
4. **Cor autodeclarada:**
 Amarela Branca Parda Preta
5. **Nascimento:** ____/____/____.
6. **Estado civil:**
 solteiro casado união estável separado/divorciado viúvo
7. **Cidade/Estado que reside atualmente:** _____
8. **Ocupação atual:**
 Estudante Médico Docente Pesquisador Outra
9. **Situação de trabalho:** Ativo Aposentado
10. **Tipo de vínculo empregatício**
 CLT Serviço Público Contrato temporário Autônomo Outro

11. Possui vínculo com alguma instituição de ensino?

- Sim. Em instituição pública
- Sim. Em instituição privada
- Não

12. Renda média mensal

- Até 5 salários mínimos
- Entre 5 e 10 salários mínimos
- Entre 10 e 15 salários mínimos
- Entre 15 e 20 salários mínimos
- Acima de 20 salários mínimos

Espaço reservado para críticas, comentários ou sugestões dos juízes, referentes a primeira parte do questionário:

Avaliação dos juízes:

2ª Parte

Esta etapa apresenta questões correlacionadas com o processo de AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL realizado pelo INEP, com foco na infraestrutura oferecida e nas atividades educacionais. As alternativas de resposta das questões fechadas são dispostas em escala de pontuação Likert, em que cada alternativa recebe pontuação de 1 a 5, constituindo-se de variáveis para análise estatística posterior.

Os juízes deverão avaliar cada questão (coluna 1), observando os critérios pré-estabelecidos (coluna 2), e **assinalar com um X no campo correspondente a SIM ou NÃO (coluna 3)**.

Critérios utilizados para avaliação:

Organização: maneira como as palavras estão colocadas na frase.

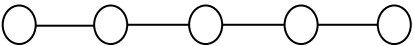
Objetividade: apresentação da ideia central na questão.

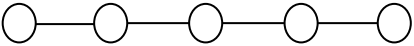
Clareza: quando o enunciado da questão não gera dúvida ao respondente.

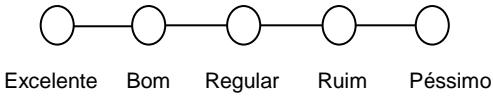
Facilidade de leitura: uso de linguagem simples e acessível a diferentes públicos.

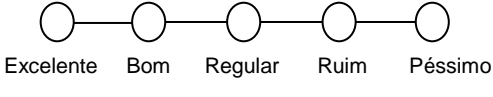
Compreensão do conteúdo: fácil associação da questão ao tema proposto.

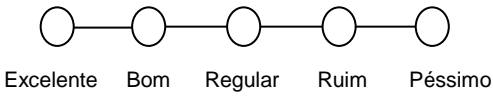
Parte II – itens de 13 a 21

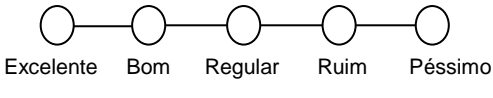
ITENS	CRITÉRIOS	AVALIAÇÃO	
		Sim	Não
13. Infraestrutura (salas de aula, laboratórios, edificações, recursos instrucionais, etc.)  Excelente Bom Regular Ruim Pésimo	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

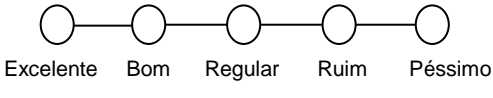
14. Biblioteca  Excelente Bom Regular Ruim Pésimo	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

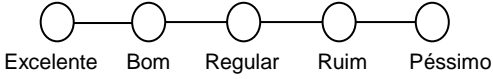
<p>15. Corpo docente</p>  <p>Excelente Bom Regular Ruim Pésimo</p>	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

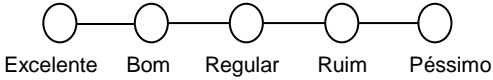
<p>16. Grade curricular (disciplinas oferecidas durante o curso)</p>  <p>Excelente Bom Regular Ruim Pésimo</p>	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

<p>17. Atividades de pesquisa</p>  <p>Excelente Bom Regular Ruim Pésimo</p>	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

<p>18. Atividades de extensão</p>  <p>Excelente Bom Regular Ruim Pésimo</p>	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

<p>19. Estágio obrigatório</p>  <p>Excelente Bom Regular Ruim Pésimo</p>	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

<p>20. Assistência ao discente (políticas, programas e ações de apoio ao acadêmico).</p>  <p>Excelente Bom Regular Ruim Péssimo</p>	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

<p>21. De modo geral, avalie a formação recebida na instituição (profissional, ética e humana).</p>  <p>Excelente Bom Regular Ruim Péssimo</p>	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

Espaço reservado para críticas, comentários ou sugestões dos juízes, referente a segunda parte do questionário:

--

Avaliação dos juízes:

3ª Parte

Nesta parte do questionário constam questões indicadas pela coordenação do curso de Medicina e tem como objetivo avaliar as PERCEPÇÕES TÉCNICAS E PROFISSIONAIS do egresso. Compõe-se de questões abertas e fechadas, com uso da escala de Likert.

Os juízes deverão avaliar cada questão, **assinalando SIM ou NÃO para cada critério pré-estabelecido**, conforme orientado anteriormente.

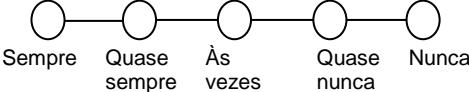
Parte III – itens de 22 a 31

ITENS	CRITÉRIOS	AVALIAÇÃO	
		Sim	Não
22. Dentre as alternativas assinale aquela(s) que você avalia como PONTO FORTE do Curso de Medicina. <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Conhecimento técnico dos professores <input type="checkbox"/> Preceptoria <input type="checkbox"/> Relação interpessoal <input type="checkbox"/> Infraestrutura tecnológica	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		
23. Dentre as alternativas assinale aquela(s) que você avalia como PONTO FRACO do Curso de Medicina. <input type="checkbox"/> Hospital <input type="checkbox"/> Conhecimento técnico dos professores <input type="checkbox"/> Preceptoria <input type="checkbox"/> Relação interpessoal <input type="checkbox"/> Infraestrutura tecnológica	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		
24. Formação em Residência Médica <input type="checkbox"/> Clínica Cirúrgica <input type="checkbox"/> Clínica Médica <input type="checkbox"/> Ginecologia e Obstetrícia <input type="checkbox"/> Pediatria <input type="checkbox"/> Medicina Geral e Comunitária <input type="checkbox"/> Outra <input type="checkbox"/> Não cursou Residência Médica	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

25. Caso tenha cursado ou esteja cursando Residência Médica, informe: Subespecialidade: _____ Duração (anos): _____ País/Estado: _____ Instituição: <input type="checkbox"/> Pública <input type="checkbox"/> Privada Ano de conclusão: _____	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

26. Pós-graduação <i>stricto-sensu</i> (Mestrado/Doutorado) <input type="checkbox"/> Não realiza/realizou <input type="checkbox"/> Realiza/realizou em instituição pública <input type="checkbox"/> Realiza/realizou em instituição privada	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

27. Área de concentração da pós-graduação (Mestrado/Doutorado): <hr/>	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

28. Indique com que frequência faz contato com pessoas da sua turma de graduação 	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

29. Tempo para ingresso no mercado de trabalho após conclusão do curso: <input type="checkbox"/> Imediato <input type="checkbox"/> de 1 a 6 meses <input type="checkbox"/> de 7 a 11 meses <input type="checkbox"/> de 1 a 2 anos <input type="checkbox"/> acima de 2 anos	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

30. Se houvesse oportunidade, você retornaria à UFTM para atuar na sua área de formação? <input type="checkbox"/> Sim, se remunerado. <input type="checkbox"/> Sim, independente de remuneração. <input type="checkbox"/> Talvez. <input type="checkbox"/> Já faço parte do quadro da Universidade. <input type="checkbox"/> Não retornaria.	Organização		
	Objetividade		
	Clareza		
	Facilidade de leitura		
	Compreensão do conteúdo		

31 – Considerando a experiência adquirida na graduação e sua vivência profissional, que sugestões ou críticas você faria para melhorar a qualidade do ensino de Medicina na UFTM?

Espaço reservado para críticas, comentários ou sugestões dos juízes, referente a terceira parte do questionário:

Agradecidos pela sua colaboração.

APÊNDICE B - Instrumento de pesquisa validado pelo comitê de juízes

Este questionário é parte de uma pesquisa de mestrado vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica da UFTM (PMPIT) e tem por finalidade conhecer a percepção dos egressos sobre a formação recebida na graduação/UFTM. O principal objetivo do estudo é propor a criação de um instrumento de gestão para acompanhamento de egressos de todos os cursos da Universidade. Você foi selecionado para participar dessa pesquisa e sua colaboração é muito importante. Portanto, responda as questões que se seguem, de forma sincera e pessoal, sem se preocupar em ser amigável ou agradável. Não é necessário se identificar.

Parte I – Caracterização do respondente: itens de 1 a 12

1. Ano de ingresso no curso de graduação/UFTM: _____

2. Ano de conclusão do curso: _____

3. Gênero: Feminino Masculino Outro

4. Etnia autodeclarada:

Amarela Branca Negra Parda Indígena

5. Data de nascimento: ____/____/____.

6. Estado civil:

solteiro casado união estável separado/divorciado viúvo

7. Cidade/Estado em que reside atualmente: _____

8. Ocupação atual:

Estudante Profissional área graduação Docente Pesquisador
 Outra

9. Situação de trabalho: Ativo Aposentado

10. Tipo de vínculo empregatício

CLT Serviço Público Contrato temporário Autônomo Outro

11. Atua/atuou em alguma instituição de ensino após a conclusão do curso na UFTM?

Sim. Em instituição pública
 Sim. Em instituição privada
 Não

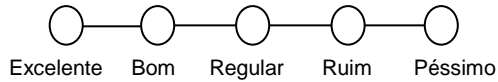
12. Renda média mensal

Até 5 salários mínimos
 Entre 5 e 10 salários mínimos
 Entre 10 e 15 salários mínimos
 Entre 15 e 20 salários mínimos
 Acima de 20 salários mínimos

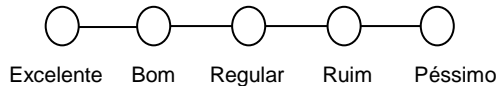
Parte II – Avaliação institucional: itens de 13 a 22

ITENS

13. Infraestrutura (salas de aula, laboratórios, biblioteca, edificações, recursos instrucionais, etc.)



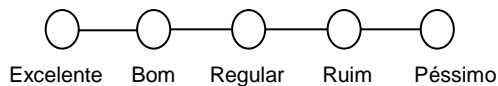
14. Biblioteca (acervo e organização)



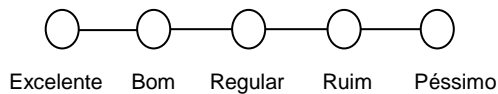
15. Corpo docente (domínio do conhecimento na área, uso de materiais/recursos didáticos, disponibilidade de atendimento aos discentes, pontualidade nas aulas e na entrega de notas)



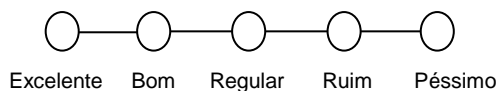
16. Matriz curricular (disciplinas e a ordem em que foram ofertadas)



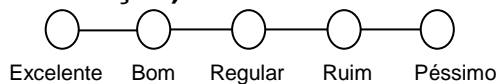
17. Atividades de pesquisa (oferta e oportunidade de participação)



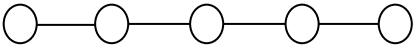
18. Atividades de extensão (oferta e oportunidade de participação)



19. Estágio (apoio institucional, oferta de campo, acompanhamento e orientação)

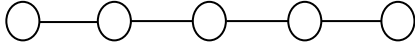


20. Assistência ao discente (políticas, programas, serviços e ações de apoio ao estudante).



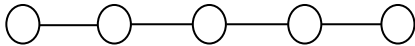
Excelente Bom Regular Ruim Péssimo

21. Avalie a formação ética e profissional recebida na Instituição.



Excelente Bom Regular Ruim Péssimo

22. Avalie a formação humana recebida durante o curso.



Excelente Bom Regular Ruim Péssimo

Parte III – Percepções técnicas e profissionais: itens de 23 a 33

23. Tempo para ingresso no mercado de trabalho após conclusão do curso:

- Imediato
- de 1 a 6 meses
- de 7 a 11 meses
- de 1 a 2 anos
- acima de 2 anos

24. Dentre as alternativas assinale aquela(s) que você avalia como PONTO FORTE do Curso de Medicina.

- Hospital
- Conhecimento técnico dos professores
- Preceptoria
- Relação interpessoal
- Infraestrutura tecnológica

25. Dentre as alternativas assinale aquela(s) que você avalia como PONTO FRACO do Curso de Medicina.

- Hospital
- Conhecimento técnico dos professores
- Preceptoria
- Relação interpessoal
- Infraestrutura tecnológica

26. Possui formação em Residência Médica? Indique a área básica:

- Clínica Cirúrgica
 Clínica Médica
 Ginecologia e Obstetrícia
 Pediatria
 Medicina Geral e Comunitária
 Outra
 Não se aplica

27. Caso tenha cursado ou esteja cursando Residência Médica, informe:

Subespecialidade: _____

Duração (anos): _____

País/Estado: _____

Instituição: Pública Privada

Ano de conclusão: _____

28. Pós-graduação *stricto-sensu* Mestrado

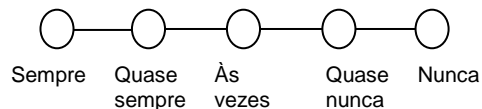
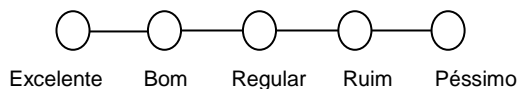
- Não realiza/Não realizou
 Realiza/realizou em instituição pública
 Realiza/realizou em instituição privada

Área de concentração: _____

29. Pós-graduação *stricto-sensu* Doutorado

- Não realiza/Não realizou
 Realiza/realizou em instituição pública
 Realiza/realizou em instituição privada

Área de concentração: _____

30. Indique com que frequência mantém contato com professores da UFTM**31. Como você avalia a conexão entre os aspectos de teoria e prática da graduação com as demandas de mercado?**

32. Se houvesse oportunidade você retornaria à UFTM para atuar na sua área de formação?

- Sim, se remunerado.
- Sim, independente de remuneração.
- Talvez.
- Já faço parte do quadro da Universidade.
- Não retornaria.

33. Considerando a experiência adquirida na graduação e a sua vivência profissional, que sugestões ou críticas você faria para melhorar a qualidade do ensino de Medicina na UFTM?

Obrigada por sua colaboração!

APÊNDICE C - Resposta à questão 33

Considerando a experiência adquirida na graduação e a sua vivência profissional, que sugestões ou críticas você faria para melhorar a qualidade do ensino de Medicina na UFTM?

EGRESSOS FMTM (1980 - 2005/1)	
1.	Com formação desde 1980 (40 anos) já aconteceram varias modificações do curso de graduação para melhor. Na minha graduação a farmacologia era ministrado no segundo ano medico, que mostrava uma separação com a pratica no atendimento ao paciente.
2.	Crítica : Falta de integração das disciplinas Sugestões : Integração compulsória dos docentes/ Instituição de Tutoria / Definição de conteúdos e competências por colegiado próprio/ Instituir avaliação terminal
3.	Melhor interação entre a Assistencia em Saúde Básica e Hospitalar
4.	Agilidade administrativa do curso Inclusão de tema referente a gestão da saúde
5.	Melhorar a estrutura física
6.	Como houve grandes mudanças de estrutura e de grade curricular desde a formação finalizada em 1992, fica muito difícil sugerir algo para momento presente ou tecer críticas construtivas. O importante é que haja busca ativa por professores de qualidade, com pós-graduação strictu sensu e investimento nos três vértices que norteiam o avanço na universidade: ensino, pesquisa e extensão. E que alunos sejam parte integrante deste processo com professores e direção.
7.	SENTI FALTA DE UM PRECEPTOR E ORIENTADOR DOS RESIDENTES , EM GERAL, NÃO APENAS DA MINHA ÁREA
8.	A preceptorial deve ser mais atuante. Na minha época era "Terra de Ninguém" como dizia um professor. Mas eu soube aproveitar a liberdade para crescer. Como seria se tivéssemos tido preceptores atuantes, durante o curso e durante a residência ? No geral amo a FMTM, hoje UFTM. Escola de verdade, como poucas que tenho notícia.
9.	Humanização da Medicina
10.	Difícil sugerir algo mais: entramos meninos e saímos homens, bem formados, com responsabilidades, respeito e amor ao próximo.
11.	Mais oportunidades de pesquisa científica
12.	INVESTIR PESADO NA ETICA E HUMANIDADE
13.	Investimento em tecnologias.
14.	Não pode haver médico sem residência, isto é fundamental em qualquer instituição!

Na minha área Radiologia é fundamental R1 de clínica médica!
15. Incentivo à APS.
16. Na época a relação interpessoal era complicada entre alunos e professores, onde os alunos ficavam muitas vezes a mercê dos caprichos de alguns professores, comprometendo a real avaliação do aluno... acredito q mais de 20 anos depois esse erro já deva ter sido sanado
17. Minha graduação foi excelente
18. Aumentar a capacidade do hospital escola e volume dos procedimentos práticos
19. São peculiaridades pertinentes a cada época. Nem sempre o que foi bom para minha geração pode ser bom agora, exceto a ética que deve permanecer a mesma!
20. Melhorar a parte tecnológica, apesar que segundo informações de colegas já avançou bastante.
21. Melhorias em tecnologia
22. Melhoria nos recursos em tecnologia
23. Possui ótima formação técnica e acadêmica (científica) e na minha época deixava a desejar um pouco na formação prática da medicina.
24. Maior investimento tecnológico
25. Uma maior integração entre os cursos da área básica e das áreas específicas.
26. Eu me graduei em 1999 e desde então a UFTM passou por uma grande transformação e hoje é uma universidade. Naquela época eu acreditava que faltavam recursos tecnológicos que proporcionassem melhores ferramentas de aprendizado. Acredito que em parte isso hoje deve ter sido solucionado.
27. MELHORAR O ACESSO À PESQUISA E ESTÁGIOS SUPERVISIONADO EM OUTRAS INSTITUIÇÕES
28. Melhorias em tecnologia
29. Mais contato com docentes do que com os médicos contratados
30. MELHOR ACESSO À PESQUISA E BOLSAS
31. É fundamental em qualquer instituição que na área de Radiologia tenha R1 de clínica médica
32. Sugiro que os estudantes recebam orientações de economia básica, sobre como funciona o mercado de trabalho, relações com planos de saúde, vínculos empregatícios, regras de empresas. A fim de não perderem tempo valioso de vida por causa de desinformação nessa área técnica. Além disso, orientação jurídica também é fundamental.
33. melhoria na interacao midias
34. Melhor relação docente/aluno
35. Em relação á minha época, melhoria de infraestrutura e número de preceptores
36. Melhor infraestrutura

37. muito boa
38. NAO ESTAVA PREPARADA PARA ATUACAO NO CENARIO PRATICO DO PRONTO SOCORRO. CONSEGUI ME INSERIR GRACAS A RESIDENCIA MEDICA QUE ENTREI LOGO APOS, ONDE APRENDI MUITO A PRATICA. A TERRIA É IMPORTANTE, MAS ACHO QUE O CURSO NA UFTM FOCAVA EM PROVAS TEORICAS (MILHOES) E QUASE NADA DE PRATICO. A MAIORIA DOS PROFESSORES (PRECEPTORES) NAO SE IMPORTAVAM SE SABÍAMOS OU NAO CONCEITOS PRIMORDIAIS. ISSO PORQUE NUNCA COLEI. SEI QUE NAO DEIXEI DE SABER NENHUM CONTEUDO COBRADO EM PROVAS. MAS A PRATICA SIM É A VERDADEIRA MEDICINA. E ISSO NAO FOI O PONTO ALTO DO NOSSO INTERNATO. FICAVAMOS LARGADOS. CORRIDAS DE LEITO SUPERFICIAIS. UM HOSPITAL MUITO RICO DE PACIENTES, MAS SEM PRECEPTORIA. NOSSOS OLHOS ENXERGAVAM MESMO SÓ O QUE TINHAMOS MATURIDADE PARA ENXERGAR. NAO JULGO QUE FOI SUFICIENTE.
39. Promover relações interpessoais mais saudáveis de forma ativa, recorrente e unificada; valorizar a medicina baseada em evidências em todas as etapas do treinamento prático e teórico; promover a presença do preceptor/staff nos sítios de aprendizado como parte fundamental do treinamento prático do interno e do residente;
40. Somente agradeço pelo conhecimento!
41. a principal seria aumentar o número de aulas práticas (simulação) e teóricas para atendimento de urgência e emergência de adultos e crianças, outra mudança seria reduzir ou eliminar a carga horária voltada a áreas especializadas e aumentar as áreas básicas
42. A criação de uma equipe multidisciplinar permanente transparente e de fácil acesso da população geral para a avaliação e controle de qualidade da preceptoria médica.
43. Sugeriria um currículo mais integrado e melhor distribuído. Passamos anos estudando as áreas básica e pouco tempo dedicado ao que mais vemos no dia a dia. É necessário ainda um fortalecimento da nossa formação em relação a atenção primária e contato mais precoce com a parte prática do curso.
44. Melhorias em tecnologia
45. Havia um gargalo em relação à medicina de urgência e emergência no período de ciclo básico que deveria ser revisto. Éramos colocados pra fazer atendimentos no PS sem um preparo prévio e ficávamos à mercê da boa vontade de alguns residentes para nos ajudar as vezes em dúvidas básicas que deveriam ter sido sanadas durante a formação acadêmica em sala de aula.
46. Considero que a UFTM tem infraestrutura mais do que suficiente para a formação médica. Os staffs e preceptores em geral são focados em ensinar sobre suas subespecialidades e poucos consideram o que um médico precisa saber sobre o assunto antes de se formar. O ciclo básico funciona com a mesma lógica, a maioria dos professores focam em ensinar por seu próprio ponto de vista, parecendo não saber o que é relevante para a formação de um médico.

47. A faculdade é ótima pela formação para mercado de trabalho. A prática é muito presente, porém a parte teórica fica um pouco a desejar, principalmente no internato. Algumas áreas médicas, citando especificamente a GO, tendem a realizar assédio moral aos internos diariamente, inclusive da parte dos professores e staffs. Tenho muito carinho pela faculdade, considero a UTFM a minha casa, mas essas ressalvas são necessárias. Abraço!
48. Maior integração com a prática profissional do recém formado (mais clinica e pediatria em UPA do hospital terciário e maior contato com medicina de família)
49. Todas as disciplinas do internato teriam que ter tutores presentes e ensino desvinculado dos residentes, principalmente no PS. O ensino é focado na formação dos residentes, a faculdade e nós, estudantes, perdemos muito com isso!!
50. Incentivar a APS.
51. Melhorar foco em pesquisa e extensão

EGRESSOS TRANSIÇÃO (2005/2 - 2010/2)
52. Melhorar a correlação com a prática. Melhorar a didática das aulas. Melhorar os recursos audiovisuais. Melhorar a correlação da anatomia com a radiologia. Diminuir o enfoque em áreas muito específicas e subespecialidades e aumentar o conhecimento generalista. Acabar o preconceito com o Medcurso e aprender com eles.
53. Sugeriria manter a forte interação médico paciente que recebi em minha formação, fazendo com que o aluno desenvolva raciocínio clínico e sendo capaz de entender a fisiopatologia da doença.
54. Ampliação do hospital
55. Iniciação científica
56. MAIS AULAS PRATICAS
57. modernização das aulas básicas
58. todo aluno deveria apresentar, fazer parte de um estudo, projeto. Ensinar a critica a estudos relevante..plataformas de busca
59. Ampliação do hospital
60. Incentivar os professores com maior dificuldade em cumprir a carga horária a se disponibilizar para os alunos de outra forma. Estimular os professores com problemas didáticos a buscar novas tecnologias pra ensino. Aumentar a disponibilidade de professores para acompanhar os alunos nos estágios.
61. Mais investimentos em tecnologia e em docentes de dedicação exclusiva
62. As disciplinas do departanento de Medicina Social eram muitas e, apesar dos diferentes nomes, os temas debatidos eram muito repetidos. Acredito que estas

<p>disciplinas possam ser integradas e condensadas. Mais atividades básicas e práticas para conhecimento da realidade e funcionamento do SUS poderiam ser realizadas desde o início do curso. As disciplinas das especialidades que ficam bastante acumuladas no quarto ano, poderiam ser melhor distribuídas. Hoje me relaciono com colegas formados nas mais diversas faculdades do país, muitos oriundos daquelas que são consideradas as melhores, e posso afirmar que a nossa formação não deixa nem um pouco a desejar. Acredito que me formei com um conhecimento adequado para um médico generalista e, apesar de hoje atuar em área cirúrgica, posso afirmar que o conhecimento adquirido, durante a graduação, das demais especialidades contribuiu em muito para o meu posterior desenvolvimento profissional. Acredito que todo esse sucesso se deve ao excelente corpo docente que participou da minha formação durante o curso. Por isso, uma valorização dos docentes é essencial para manutenção de um curso forte e que possa continuar fornecendo médicos bem preparados para o país.</p>
<p>63. Difícil apontar falhas, pois sempre haverá algo a ser melhorado, em tudo. Nada me vem à cabeça, mas tenho muito orgulho por ter me formado na UFTM, inclusive do médico humano e capacitado que me tornei, sendo muito disto oriundo desta universidade. Grande abraço dr Mario Leon.</p>
<p>64. NDN</p>
<p>65. Continuar focando no atendimento ao paciente . No cuidado!</p>
<p>66. Muitas vezes as atividades do ciclo clínico e do internato eram supervisionadas por residentes, que eram responsáveis pelas atividades de assistência e, apesar da imensa boa vontade da maioria, não eram preparados para atuarem como supervisores de alunos da graduação. Acredito que os docentes e contratados poderiam estar mais próximos dos alunos e dos residentes, que muitas vezes também ficavam sem supervisão, especialmente nos plantões no pronto-socorro. Passei pelo mesmo problema na residência. Acredito que é importante aprender com o colega de residência dos anos à frente, mas a falta de supervisão de docentes e contratados, apesar de nos tornar mais independentes e confiantes, nos faz incorrer em erros e aprender muita coisa “na orelhada” (como se diz popularmente). Apesar disso, a UFTM é uma escola médica excepcional. Tive a oportunidade de fazer residência e trabalhar com colegas das mais renomadas universidades do país (USP, Unifesp, Unicamp, Unesp) e nunca senti que minha formação deixou a desejar em nada.</p>
<p>67. Considero que o ensino proporcionado nos prepara muito bem para vivência profissional</p>
<p>68. Uma busca por parte dos docentes em concatenar teoria e prática, junto aos alunos.</p>
<p>69. disponibilizar mais material a ser estudado; preceptoria; ter mais incentivo para estágio em outras instituições durante o internato (estágio optativo ou mesmo durante as férias)</p>
<p>70. Fiz minha residência de clínica médica no HC-UFMG. Acho que em relação à prática eu estava muito à frente dos demais residentes, mas em relação a teoria estava um pouco atrás. No internato aprendi muito com residentes, acho</p>

que faltou um pouco de teoria pelos professores.
71. Capacitar/reciclar/ atualizar os médicos para o exercício da preceptoría.
72. mais investimentos governamentais
73. Ter preceptoría (na época não tinha), continuar com turmas pequenas
74. Considero que tive uma excelente formação pelo conjunto da faculdade.
75. Faz tanto tempo rs! Lembro que quando formei não sabia tratar coisas básicas, embora soubesse tratar uma pneumonia nosocomial.
76. Investimento em infraestrutura tecnológica. Quanto a escola para formação de alunos de medicina, não tenho nenhuma crítica. Tenho orgulho da minha formação. Após o contato com outros médicos e até alunos de renomadas instituições(USP, UNICAMP) percebo que a minha formação foi muito superior a que eles tiveram. Orgulho de ter feito UFTM!!!!
77. Ofertar práticas mais cedo, não apenas no internato. Melhorar a disciplina de Clínica Médica, afinal é a mais importante e os professores ficavam discutindo casos complicados, quando o grosso da clínica são casos simples. Falta uma disciplina de Geriatria. O que aprendi não supre a demanda que tenho hoje. E aprendi tanto em Pediatria e hoje nem vejo criança. Se a Pediatria tem um peso tão importante assim, por que não a Geriatria também? A maioria da população será idosa em poucos anos. Aumentaria o tempo passado em internato nos cenários APS e UPA, afinal é o que a maioria vai fazer assim que sai do curso e eu achei insuficiente frente à realidade que encontrei quando saí. No final do meu internato entraram preceptores novos, que realmente ficavam presentes nos plantões, mas a maioria dos antigos não ficavam, deixando nossa orientação para os residentes que já estavam sobrecarregados com o trabalho e, por isso, não havia tempo/espço para refletir sobre o trabalho, apenas para executá-lo. Senti muita falta de espaços em que os alunos pudessem dialogar com os professores. Quando eu tentava, seja como discente, como coordenadora do DAGV, como coordenadora de Ligas, os professores da maioria dos departamentos me tratavam mal, não me davam ouvidos. Sei que é uma questão cultural, mas sei também que isso pode ser mudado, desde que a coordenação apoie os discentes. Particpei das reuniões para discutir o novo currículo e da mesma maneira poucos queriam se envolver. O mundo mudou, muito precisa ser mudado no curso para nos preparar para essas mudanças, mas até o momento da minha saída, não vi essa disposição por parte dos docentes. Tive vários mestres excelentes, mas o número não suplantou os que não foram. Aprendi a aprender sozinha e a não parar de estudar e sou grata por isso.
78. Mais prática, tornar a pesquisa obrigatória para formação, mudar a forma de avaliação deixando os alunos menos sujeitos à tentação da cola
79. Sugiro inserir o aluno no atendimento aos pacientes, bem mais cedo, ainda nos 3 primeiros anos, quando a parte teórica ainda é intensa e se torna cansativa. Isso aliviaria muito a carga teórica e traria mais conhecimento para o aluno quando chegar lá na frente.
80. Inserir o aluno mais cedo no atendimento aos pacientes. Mais prática nos primeiros 3 anos de curso, que ficam cansativos por tanta teoria.

81. Disciplinas mais bem distribuídas nos períodos, mais disciplinas voltadas a atenção primária, fortalecer a formação "humana", diálogo mais aberto com alguns professores mais "tradicionais", mais formas de autoavaliação ou feedback ao longo do curso (não apenas provas de "decoreba", mas por exemplo discussões que abrangem várias disciplinas, tutoria, etc), mais integração das disciplinas básicas com a clínica.
82. Fazer pesquisas obrigatória de satisfação de estágio de internato, tornar obrigatório repasse delas em reuniões semestrais ou anuais com representante todas as grandes áreas do internato e coordenador de curso para discutir resultados e onde melhorar em relação a aspectos técnicos e interpessoais. Inserir em algum estágio do décimo segundo período um cronograma regular de aulas sobre aspectos éticos e legais do exercício da profissão no dia-a-dia de plantão, consultório, vínculos empregatícios, educação financeira, publicidade médica, dúvidas jurídicas comuns no mercado de trabalho, problemas éticos e de relações pessoais frequentes em plantões médicos, atestado médico, e vivências de dúvidas comuns do recém-formado no mercado de trabalho, com convidados que tenham formação técnica, mas principalmente com aqueles que vivenciaram essa rotina recentemente.
83. Tornar o ensino básico mais direcionado para prática clínica Introduzir aula de gestão profissional, ética, marketing e educação financeira e tributária no último período com alguém que realmente tenha experiência no assunto Aumentar participação prática em atenção básica com médico de família especialista e em unidades de pronto atendimento (onde a imensa maioria vai trabalhar quando se forma, antes de se especializar)
84. Tornar o ensino básico mais direcionado para prática clínica
85. Ênfase no setor de pesquisas e participação mais ativa em eventos científicos e congresso
86. Deveria existir alguma forma de afastar alguns docentes que não tem empenho em ensinar os alunos.
87. Manter a inserção do aluno na prática clínica, atendendo muitos casos e realizando procedimentos. Acredito ser um diferencial da nossa escola.
88. Sugiro maior conexão da graduação de medicina com a rotina de um médico generalista no mercado de trabalho. Sugiro maior conexão tecnológica dos professores com os alunos. Sugiro treinamento dos graduandos em técnicas de como estudar, o que estudar, onde estudar, quando estudar.... muitas vezes ocorre frustração do aluno diante do imenso conteúdo dos semestres. Acredito que quanto maior o treinamento do estudante com relação a essas técnicas, maior será o aproveitamento do acadêmico. Sugiro horizontalização dos principais conteúdos/pilares da medicina durante o curso, ao invés de verticalização do conteúdo em semestres isolados. Sugiro administração das aulas com base em situações problemas que devem ser desenvolvidas pelos acadêmicos.
89. Recursos tecnológicos
90. Em tópicos:

- * Avaliar a infra estrutura de laboratórios.
- * Reorientar contratação de docentes de acordo com o preconizado pela DCN, ou seja, não faz sentido alocar mais docentes de cirurgia ou clínica para ministrar mais aulas de subespecialidades que não se correlacionam com a prática de um médico generalista. É importante que sejam contratados docentes médicos de família e comunidade, docentes com enfoque em urgência e emergência
- * Correlacionar a graduação com a demandas sociais de saúde. Os estudantes se formam para atender a demanda de 1% da população e quando entram no mercado de trabalho se defrontam com todas as outras demandas que existem (White et al, 1968 - Ecology of Medical Care).
- * Formular um curso que se utiliza de Medicina Baseado em Evidências o que não ocorre na maioria da graduação.
- * Correlacionar a atuação prática inserida no HC com a rede de saúde. Formamo-nos acreditando que o mundo funciona como o Hospital. É importante que se compreenda e se aplique níveis de atenção em saúde, que os estudantes saibam que pré natal, puericultura, diabetes, HAS, entre infinitas outras patologias comuns são atendidas e resolvidas no âmbito da APS (90% para ser mais preciso) e se utilizar de recursos e infra estrutura e RH para fazer isso dentro do ambiente ambulatorial hospitalar é dispendioso, contra produtor e distorce todos os princípios dos SUS. Exemplo: toda consulta de gastrite no ambulatório da gastro ocupa a vaga de um paciente com reais demandas de alta complexidade que não consegue acessar o sistema. Os ambulatórios quase não tinham vagas para novos pacientes quando eu era estudante.
- * É urgente ensinar registro orientado por problemas. A anamnese que aprendemos na Semiologia e perpetuada no curso é jurássica e iatrogênica. O registro é fundamental para aprendermos a desenvolver raciocínio clínico, pensar em hipóteses comuns, orientarmos nosso exame físico e centrarmos nosso cuidado nas pessoas que atendemos.
- * Método clínico centrado na pessoa é algo inexistente na graduação.
- * Os estudantes não são formados pautados em princípios éticos. Isso é evidente quase diariamente em todos os cenários de prática em que pacientes e estudantes sofrem todos os tipos de violência por meio do machismo, racismo, lgbtfofia, classismo. Essas práticas são estruturais e permeiam o currículo oculto ministrado no curso. Acontece que se os estudantes não aprendem o que é ético, eles não sabem o que está errado e reproduzem quando formados.
- * O Curso de Medicina não insere seus estudantes na pesquisa tradicionalmente. Na atual conjuntura é até compreensível.
- * O Curso de Medicina tem imensas dificuldades em desenvolver projetos de extensão emancipadores das populações assistidas, que construam conhecimento coletivo, que integre conhecimento científico e popular. É quase sempre em lógica assistencialista ou colonizadora.
- * O Curso de Medicina não discute ou aborda gestão da saúde que instrumentalize médicos generalistas nas práticas diárias. Nem mesmo orienta processos básicos de ensino-aprendizado. Cada vez mais compreende-se que para ensinar em um curso de medicina basta ser médico, por mais que se tenha avançado em discussões sobre educação médica no mundo. Existem outros pontos, mas por enquanto esses bastam.

91. Valorizar o interno como aprendiz, não como mão-de-obra e tornar o ensino básico mais direcionado para prática clínica, aumentando a participação do aprendiz em UPAs com médico especialista de família
92. Humanizar alguns professores que tentam ensinar na base do medo e, muitas vezes, humilhando o aluno. Principalmente, um dos professores da Cardiologia, alguns da DIP, alguns da Urologia e alguns da Cirurgia do Aparelho Digestivo. Felizmente, não são todos, pois a maioria apresenta comportamento humanizado perante os alunos. Alguns professores precisam entender que querer humilhar, julgar, envergonhar ou se impor na base da falta de educação, prepotência e instauração do medo, pode ser extremamente danoso para o aprendizado do aluno, pois nem todos lidam bem com isso. O ambiente acadêmico deve ser sempre acolhedor, pois o aluno merece respeito, assim como o educador em seu trabalho. E essa opinião é compartilhada por muitos. Sugiro melhorar a qualidade prática da disciplina de Psiquiatria.
93. Oferecer aulas, que seja como optativa, de gestão financeira, tributária e profissional
94. Melhorar a preceptoria, enxergar o aluno de medicina como um aluno, não como um funcionário a quem os residentes, que não deveriam ter essa função, devem ensinar. Esta opinião não é sobre todas as áreas, mas é bem prevalente. Eu amo a minha escola, mas a convivência em outros cenários me fez ver como as coisas poderiam ter sido melhores.
95. Melhorar a preceptoria por preceptores, não delegar tal função à boa vontade dos residentes.
96. As bases teóricas no ciclo básico do curso foram muito boas, entretanto, vejo que algumas disciplinas falharam em relacionar o conhecimento básico com sua aplicação na prática médica e na integração com outras disciplinas. No ciclo básico, as disciplinas são muito individualizadas e isso prejudica na consolidação do que é aprendido. No ciclo clínico, a integralização de teoria e prática foi boa, entretanto, a instituição falhou no que diz respeito à saúde mental dos estudantes de medicina. Fomos inseridos de sobressalto na prática médica, tivemos que lidar com aspectos profundos da existência humana, tudo isso sem o devido apoio de médicos mais experientes. No internato, em algumas áreas, principalmente as cirúrgicas, fomos expostos a constrangimentos, que hoje enxergo como abusivos e desnecessários e que nada acrescentaram em minha formação. Também no internato, em muitas disciplinas faltou a presença do preceptor. Em muitos estágios aprendermos mais com o residente do que com o próprio preceptor, que estava ausente, principalmente em plantões. Aprender com o residente não é ruim, todo aprendizado é digno, entretanto, para adequando formação de acadêmicos e médicos residentes, a presença do preceptor é fundamental. Em geral, esses são pontos em que acho importante ressaltar. Toda Universidade tem seus pontos fortes e fracos, e para nós é fundamental a busca pelo melhor. Preciso também ressaltar que a UFTM tem mestres excepcionais e que sou muito grata por ter convivido com tais profissionais que são uma inspiração para mim. Essa é a minha percepção, baseado nas minhas experiências como acadêmica, principalmente na escolha da minha especialidade, a Patologia. Tenho muito orgulho da casa que me formei e espero que a UFTM continue sendo uma

instituição que inspira respeito e admiração.
97. Maior contato com o pronto socorro do HC
98. Mais parte prática - ambulatórios , PS e cirurgias
99. Recursos tecnológicos
100. Um elogio que eu faço é que a formação recebida salta aos olhos. Pelo menos os Formandos da minha época saem da faculdade Muito melhores do que a média dos médicos formados em outras Escolas. Uma formação geral, que prepara para atender pacientes e viver realmente o Mercado de Trabalho.
101. Melhor capacitação tecnológica e melhor capacitação de alguns docentes

EGRESSOS UFTM (2011/1 - 2018/2)
102. Investimento tecnológico no ensino e prática
103. Investimento tecnológico, principalmente em novos procedimentos, materiais, hoje, distantes do SUS mas imprescindíveis aos novos médicos(as)
104. ACREDITO QUE OS ALUNOS SAEM BEM PREPARADOS PARA O MERCADO DE TRABALHO. NA MINHA ÉPOCA DE GRADUAÇÃO, A RELAÇÃO INTERPESSOAL ERA MUITO BOA E OS PROFESSORES BEM ATENCIOSOS. O POLO TECNOLÓGICO NÃO ERA EXCELENTE, MAS TINHA UMA BOA COBERTURA, NA MEDIDA DO POSSÍVEL.
105. Implantar e intensificar as bases teóricas e práticas da medicina do trabalho e perícia médica.
106. Melhoraria parte prática, teórica muito boa
107. É preciso capital para investir em tecnologia hospitalar.
108. Acrescentar temas relacionados à saúde suplementar.
109. Acho que há a necessidade de monitorar sofrimento psicológico dos estudantes. Vi colegas que sofreram muito psicologicamente, mas a Instituição nem tomou conhecimento disso.
110. Investimento em novas tecnologias e preceptoría
111. Uma maior utilização de artigos atuais e clubes de revista na graduação
112. Vi muitos colegas passar por apertos, como moradia por exemplo; seria o mínimo para ajudar os alunos de origem mais carente
113. Retirar todos os professores e médicos sem compromisso.
114. Sinceramente, como já faz 14 anos que saí da instituição não sei dizer como está o ensino no momento
115. ADEQUAR DISCIPLINAS PARA MAIOR RELAÇÃO ENTRE O CURSO BÁSICO E O PROFISSIONALIZANTE, PARA QUE O INCENTIVO AO ESTUDO SEJA MAIS CLARO A QUEM ESTÁ INICIANDO O CURSO. PBL SERIA UMA BOA OPÇÃO.

116. Acrescentar temas voltados para a saúde suplementar.
117. aumentar o número de leitos do Hospital e melhorar a qualidade dos leitos
118. Maiores investimentos em tecnologia
119. Ter uma disciplina dedicada à prática da medicina (dificuldades mais comuns: gestão consultório, ética médica na prática: dilemas mais comuns no dia-a-dia)
120. Abertura e preparo para o mercado de trabalho em atendimentos particulares e rede de convênios, diferente do que ocorre em Uberaba que é obsoleto e os médicos são muito mal remunerados.
121. A Universidade e o hospital já disponibilizam o material para estudo sejam os docentes ou os pacientes. Cabe ao discente aproveitar as oportunidades oferecidas e se aprofundar em sua formação. Sou muito grato por tudo que vivi nesta escola, pelo aprendizado, conquistas e amizades feitas.
122. Maior dedicação/comprometimento de alguns profissionais (médicos) no hospital. Muitos não cumpriam carga horária, não participavam ativamente dos plantões e atividades.
123. Infra-estrutura e Tecnologia.
124. Não mudaria nada. O mundo aqui fora é muito mais cruel do que alguns anos de aperto na UFTM
125. Maior investimento público federal
126. Aumentar a oferta de temas relacionados com a saúde suplementar.
127. Apenas investimento em infraestrutura e tecnologias
128. Melhorar o internato quanto as especialidades de clínica médica (cirurgia, infectologia, Go e pediatria bem dado)...
129. Pra mim foi completa e me orgulho eternamente da minha formação
130. Incorporação de tecnologias que facilitem o dia a dia - prontuário eletrônico, sistema para checar exames, acesso a uptodate. Talvez já estejam disponíveis nesse momento...
131. Considero que tive uma boa graduação na UFTM. Terminei o curso e, mesmo sem residência, inicialmente, pude atuar como médico sentindo-me seguro na maior parte do tempo no trabalho que realizava. Acho a grade de disciplinas do básico bem completa, porém distante da prática clínica no que diz respeito à associação com os casos clínicos que enfrentamos exercendo a profissão. Entendo que o modelo pedagógico tradicional acaba levando a isso. Talvez um modelo que contextualize a teoria com a prática desde o início do curso seja interessante. O que vimos quando prestamos concursos de residência é que exige-se muito raciocínio clínico do médico e isto começa a ser praticado de maneira pouco intensa e bem tardiamente no curso. O estágio profissionalizante (quarto ano) tem um acúmulo grande de disciplinas num currículo cuja média mínima de nota exigida é 7,0. Por vezes no sétimo período nos deparamos com acúmulo de conteúdo e provas numa mesma semana, diminuindo o aproveitamento dos conteúdos. O internato achei bem dividido e

<p>bem completo. Pontos a serem melhorados: melhor correlação de disciplinas básicas com a prática clínica; aproximação do graduando com algumas disciplinas que, a meu ver, acabaram sendo desvalorizadas (anestesiologia, psiquiatria, oftalmologia e otorrinolaringologia); preceptoria em atividades práticas no âmbito do hospital (pronto-socorro e enfermarias - a preceptoria nesses momentos muitas vezes acabou sendo realizada por residentes das áreas); apoio ao graduando para exercer atividades curriculares do internato no que diz respeito a transporte para estágios na área de medicina social; apoio ao graduando que necessite de auxílio para moradia na cidade; estímulo de atividades de extensão; investimento em tecnologia (exames complementares de imagem e laboratoriais, material cirúrgico, entre outros).</p>
132. Mostrar a realidade da classe médica e o enfrentamento na prática
133. Achei excelente minha formação
134. É um dos melhores cursos de Medicina do Brasil!
135. Melhoraria o atendimento de pronto socorro básico (atendimento primário e secundário). O atendimento terciário é excelente, mas o básico em pronto atendimento era fraco na minha época.
136. Mais pesquisas
137. Incentivo aos bons profissionais para desenvolvimento das atividades. Em contra partida reformular e reciclar alguns já desatualizados. Estimular a "Medicina baseada em evidências " com pontos de apoio científico como "UpToDate" , etc. Estimular o curso básico para atividades com melhores modelos de aprendizagem. Reformular o fluxo de atendimento adequando oferta de leitos e vagas hospitalares à população atendida.
138. A parte basica toma muito tempo da graduação. O sétimo e oitavo períodos que tem disciplinas importantes e densas sao dados "a toque de caixa". Gostaria de ter mais teoria juntamente com a prática durante o internato. Teoria dada por professores e nao por residentes.
139. Aumentar quadro de professores com dedicação exclusiva!
140. Incentivo a estudar por artigos.
141. Atualização constante
142. Mais dedicação por todo corpo docente e preceptores para aumentar publicações do corpo docente
143. Maior incentivo à pesquisa básica, maior uso de tecnologias para ensino, melhora da carga teórica durante o internato, especialmente na disciplina de Clínica Médica.
144. Precisa melhorar a área de pesquisa.
145. MENOS QUANTIDADE DE PLANTÃO, ESPECIALMENTE NOTURNO, E MAIOR DISPONIBILIDADE DE TEMPO PARA APRENDIZADO TEÓRICO
146. Acrescentaria avaliação prática do aluno no internato
147. Sugiro um conhecimento básico da parte burocrática da medicina que envolva ter um consultório ou clínica e a respeito de operadoras de saúde

148. Intercâmbio entre universidades
149. Teoria de adaptação ao mercado
150. Melhoria na área de pesquisa; aumento da estrutura hospitalar.
151. Fortalecer a importância dos graduandos na instituição e também o fato de ser uma instituição de ensino (principalmente) e não só prestadora de serviços.
152. Melhorar a estrutura de apoio psicológico e de realidade de mercado ao aluno
153. Pensando na formação do médico generalista, tivemos no internato bom contato com a rotina do hospital terciário, e tivemos estágios em atenção primária/PSF. O que não tivemos foi o contato com um pronto-socorro aberto, ao estilo das UPAS, na linha de frente, e não apenas com casos referenciados. Com o aumento da concorrência pelas vagas de residência, a atuação em UPAS, UBS e PSF, como médico generalista, pode ser uma necessidade para o recém-formado.
154. melhor gestão / organização
155. O mercado de trabalho fora da instituição é agressivo, deveria existir uma orientação sobre normativas de convênios e tudo relacionado a isso.
156. Atualização tecnológica e melhoria na didática de alguns docentes
157. Oferecer moradia para os alunos mais carentes e algum tipo de suporte financeiro
158. Implementar melhora no suporte discente, investir em formação ética docente, atualização docente, aperfeiçoar práticas pedagógicas, investir em infraestrutura e tecnologia EAD complementar
159. Melhorar envolvimento dos alunos da graduação na pesquisa clínica e translacional, melhorar teoria sobre pesquisa clínica em saúde.
160. Maior incentivo para pesquisa e oferecer cursos de formação em algumas outras áreas da medicina que hoje não é oferecido (otorrino, por ex)
161. Algumas disciplinas, principalmente no início do curso, p.ex. Anatomia, praticamente não tínhamos professor e até hoje sinto falta de ter aprendido melhor. Isso repete durante os anos com alguns. Sei que é comum isso a instituições públicas, mas seria um aspecto a melhorar.
162. Vejo que é preciso uma reforma curricular no sentido de diminuir a carga horária do básico e enfatizar a parte clínica. Há uma carga horária imensa no início do curso com matérias que se usa muito pouco ou quase nada, enquanto outras no final do curso, muito importantes, são vistas de modo rápido, superficial e ruim. O internato precisa ser reestruturado, é a parte mais importante do curso, precisa melhorar, não tem cabimento o curso de otorrino para os internos, por exemplo , é fraquíssimo (ou pelo menos era na época em que eu cursei 2011/2012).
163. Mais contato com a prática médica desde o início do ciclo básico, mais contato com unidades básicas e secundárias
164. Sugiro que as disciplinas de relação interpessoal, psicologia médica, estatística

e conhecimentos do SUS sejam mais bem elaboradas, ministradas e mais rigorosas quanto as avaliações, no tempo em que me graduei em medicina na UFTM, as áreas técnicas eram excelentes e nos obrigavam a estudar, entretanto as disciplinas que exigiam o desenvolvimento de empatia e aquelas que exigiam o desenvolvimento de raciocínio gestor de saúde eram subaproveitadas. As avaliações em geral eram repetidas, estavam a disposição nas xerox e todos eram aprovados sem absorver o mínimo de conteúdo. Esse tipo de comportamento forma médicos cada vez menos empáticos, mais gananciosos e que em geral não sabem como gerir bem condutas e decisões quando falamos de uma visão holística do nosso sistema de saúde. Sem contar a fragilidade técnica da avaliação crítica de estudos, trabalhos e fontes científicas. Sugeriria inclusive que talvez algumas dessas disciplinas fossem realocadas dentro da grade curricular para períodos mais a frente dentro do curso, vejo que chegamos muito imaturos na faculdade e não damos o devido valor a elas quando apresentadas no ciclo básico.

165. Oferecer uma melhor estrutura física, e mais estímulo e incentivo à pesquisa.

166. Mais prática em emergências

167. O CURSO DE MEDICINA NECESSITA DAR MAIS ENFASE A ATENÇÃO PRIMÁRIA DE SAÚDE, ACRESCENTAR AULAS DE GESTÃO DE SAÚDE, GESTÃO DE CARREIRA PROFISSIONAL, GESTÃO DE CONSULTÓRIO E CONVÊNIOS. NADA DISSO É APRENDIDO NA GRADUAÇÃO E FAZ FALTA NO INÍCIO DA CARREIRA. O CURSO DEVE MANTER O INTERNATO DE 2 ANOS DE MANEIRA AINDA MAIS RIGOROSA E RESPEITOSA, POIS NOTASE INVERSÃO DE VALORES DENTRE ALUNOS E PROFESSORES. O INCENTIVO A PESQUISA E EXTENSÃO DEVE SER OFERTADOS A TODOS, E NÃO SOMENTE A UM GRUPO SELETO. DEVE SER EXIGIDO TRABALHO DE PESQUISA PARA CONCLUSÃO DE CURSO. E TAMBÉM EXIGIDO DOS PROFESSORES MELHOR ACOMPANHAMENTO DESSES TRABALHOS. A PRECEPTORIA DE TRABALHOS NA UFTM É BOA, MAS O ESTUDANTE FICA AS CEGAS NA PESQUISA SEM ORIENTAÇÃO DEVIDA A DISPOSIÇÃO PARA MELHORIA DA UFTM

168. Acredito que o estímulo às disciplinas de humanas (filosofia, sociologia e antropologia) no começo do curso seria uma forma de reforçar o lado humano e socialmente comprometida do profissional! E a melhor divisão de disciplinas no ciclo comum pode ajudar o aluno no processo de aprendizagem!

169. Maior acompanhamento na parte prática

170. Acredito que a área básica deve ser renovada, na questão curricular.

171. A formação médica dada na UFTM como prática é uma das melhores, pois somos expostos a diversos cenários da assistência. Talvez o que precise melhorar seja a carga teórica de algumas disciplinas. Uma maior exposição dos alunos à pesquisa (eu fiz iniciação científica, mas são poucos professores e muitos alunos, o que não permite que a maioria consiga fazer). Agradeço a oportunidade de contribuir para essa faculdade que me formou. Ao prof. Dr Mário Leon meus sinceros agradecimentos e abraço caloroso.

172. Preparar melhor pra realidade do mercado de trabalho

173. Mais tempo de prática clínica e contato com paciente, menos tempo em

carteiras. O aprendizado prático é muito melhor retido.
174. Incentivar mais pesquisas e aparentar preceptores mais presentes para discussões
175. melhorar plataforma digital / estrutura do hospital
176. Avaliar melhor preceptoría em algumas áreas com renovação de chefes
177. melhorar plataforma digital / estrutura do hospital
178. –
179. Reforma curricular, inserir disciplina sobre Administração/Gestão em saúde, oferecer aos graduandos mais oportunidades de participação em pesquisas
180. Maior número de discussão de casos clínicos multidisciplinares; Atividade de integração com outras instituições de ensino de caráter educacional;
181. A formação na atenção básica é fraca, não dá condições de ação de forma efetiva na prática do dia a dia.
182. Manter o aluno e interno inserido no dia a dia do hospital, evoluindo pacientes, atendendo ambulatorios e realizando procedimentos com alto número e frequência, creio que este é o diferencial da nossa faculdade inclusive em relação a faculdades maiores
183. Melhora da infra-estrutura do laboratório de anatomia; uma estruturação do número de procedimentos (IOT, coleta e líquido, punção venosa profunda, etc) mínimos a se realizar para conclusão do internato, dando ao interno oportunidade de realizar todos os procedimentos com preceptor ao lado, em um número suficiente de vezes para garantir excelência na execução de tais procedimentos - nem nas residências médicas tem isso, logo é bem utópico.
184. Prática mais voltada a realidade do mercado de trabalho. Maior incentivo e direcionamento a pesquisa.
185. Enfoque maior na atenção primária e secundária, já que a vivência no nível terciário é excelente.
186. 1) Ampliação das discussões multidisciplinares aumentando as contribuições / interações com profissionais de outras instituições. 2) Aumentar o apoio às ligas acadêmicas. 3) Abrir espaço para contribuições dos egressos, por exemplo: * Participação em espaços de formação, mesmo que a distância * Abertura para doações de insumos e recursos materiais.
187. Avaliação prática de vivência médica durante a formação médica
188. Substituição de alguns professores que estão mais preocupados com seus status do que com o ensino. Aumento da carga horária em UPA. Melhor ensino de ortopedia, principalmente para atendimentos iniciais.
189. Sugiro aumento do número de atendimentos práticos como plantões em UPA e atendimento na atenção básica, pois é onde a maioria dos formandos irão trabalhar assim que concluem o curso. Saímos da faculdade com dificuldades em atendimentos básicos de baixa complexidade.
190. Maior integração nas áreas básicas desde o primeiro ciclo do curso, mas sem

perder a atuação nas áreas de urgência e emergência ao final do curso.
191. Maior incentivo em pesquisa aos alunos
192. Mudança da grade curricular, mais aulas teórico práticas no internato
193. Suporte socioeconômico ao aluno mais carente, como moradia por exemplo.
194. Aumentaria tempo de estágio em atenção secundária
195. Precisa haver uma aproximação maior não só de professores mas também uma maior aproximação com os ex-alunos para a troca de conhecimentos e vivências, seja pelo Diretório Acadêmico, Associação Atlética ou Bateria.
196. Sou egresso do curso de medicina e da residência na UFTM. Baseado na minha vivência de 8 anos como estudante nessa realidade, vejo que não me faltou base teórica ou prática para ser médico ou cirurgião, mas sempre faltou melhores relações com professores, preceptores e chefes, que raramente apresentavam interesse em pesquisa ou mudanças na instituição (busca de melhorias), sendo considerado "confortável" a realidade em que se encontravam. A falta de materiais, insumos e estrutura (espaço físico e equipamentos) -realidade também encontrada em vários hospitais no país- graças aos residentes e alguns chefes, nunca foram limitantes para a prática da medicina e ensinaram a pensar fora do contexto para chegar a determinada resolução. Porém o que precisa ser melhorado na UFTM é a relação professor/aluno e chefe/residente, os professores precisam sair da zona de conforto e abarcar novas experiências, seguindo o tripé do ensino superior (ensino, pesquisa e extensão). O que vi durante meu tempo, foram: raríssimas oportunidades para pesquisa, desinteresse dos professores nos acadêmicos, ligas acadêmicas abandonadas por coordenadores docentes (fui presidente de 2 ligas acadêmicas), aulas laboratoriais e reprodução de experimentos inexistente, pouco interesse científico e pouca discussão de artigos científicos. A minha sugestão para melhoria é instituir regime semelhante à USP, em que os professores que desejam se manter no quadro devem dar aulas, praticar medicina e pesquisar e serem remunerados conforme as atividades realizadas. O que vemos são médicos com vários empregos e diferentes status (existem exceções), emprego na clínica particular, emprego no hospital ao lado e status de professor. Talvez considerando a possibilidade de trazer paciente particulares, abrir alguns leitos particulares e reativação da clínica civil poderia renovar o animo em ser dedicação exclusiva. Além disso, o "amor" na instituição precisa ser renovado, como os acadêmicos vão "amar" uma instituição em que seus professores não demonstram o mesmo sentimento? Não tenho sugestões específicas para isso, mas tenho como exemplo a UNESP de Jabotical-SP (onde meu pai se formou), onde existe uma comissão de professores e ex-alunos, que promove o reencontro de turmas com seus professores, utilizando a própria estrutura da faculdade, e nesses encontros é celebrado a amizade, a necessidade de manutenção e melhoria do ensino universitário e o "amor" pela instituição. Estando nesses encontros pude ver inúmeras turmas (incluindo a primeira turma graduada na universidade), se encontrando e trocando experiências, sei que a realidade e perfil do médico é um pouco egoísta e egocêntrica, mas poderia ser um início.
197. Oferta de suporte socioeconômico para os alunos mais carentes, como moradia, por exemplo.

<p>198. Diminuição ou enfoque no saber médico de algumas grades curriculares inúteis pra gente como profissional formado, como psicologia e bioestatística, entre outras. O internato em si é ótimo, mas necessitava mais interesse por parte da preceptoria em ensinar. Muito do que aprendi foi sozinha no meu internato, e é recente. As discussões de caso nos estágios práticos eram ótimas, mas os plantões em si pra emergência deixava muito a desejar se não fossem os residentes tentando suprir o papel dos preceptores. No geral, a formação é ótima. Não tive problemas ao assumir plantões ou assumir a residência. Me senti preparada o tempo todo, porém alguns detalhes dentro da grade curricular tornariam o processo menos estressante. Bem como o respeito a carga horária do interno, o que fez muita diferença no meu aprendizado teórico.</p>
<p>199. Maior quantidade de atividade realmente supervisionada em pronto atendimento</p>
<p>200. Manter o grande volume de horas dos internos em atividades intra-hospitalares</p>
<p>201. Melhoria na preceptoria principalmente na presença dos preceptores e assim melhor aproveitamento dos casos de pacientes internados e mais estímulo à pesquisa junto aos professores.</p>
<p>202. Durante o internato em alguns estágios falta uma preceptoria mais próxima ao aluno o que contribuiria melhor para o aprimoramento técnico do mesmo.</p>
<p>203. Melhoria da Infraestrutura com mais recursos tecnológicos.</p>
<p>204. Melhorias na matriz curricular, no incentivo à pesquisa. Incentivo ao esporte e as ações humanitárias.</p>
<p>205. Preceptoria mais ativa no internato</p>
<p>206. Buscar parcerias com outras instituições para enriquecer estágios extracurriculares e optativos em outras instituições</p>
<p>207. Oferecer moradia ao aluno mais carente e algum recurso financeiro para sua manutenção</p>

ANEXO A - Pedido/autorização e-Sic

Dados do Pedido	
Protocolo	23480020928201979
Solicitante	MARIA OLIVIA DUARTE BATISTUTA E ALMEIDA
Data de Abertura	16/09/2019 09:35
Orgão Superior Destinatário	MEC – Ministério da Educação
Orgão Vinculado Destinatário	UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro
Prazo de Atendimento	07/10/2019
Situação	Respondido
Status da Situação	Acesso Concedido (Resposta solicitada inserida no e-SIC)
Forma de Recebimento da Resposta	Buscar/Consultar pessoalmente
Resumo	Solicito acesso à relação nominal dos formandos em Medicina da UFTM no período de 1980 a 2010/2.
Detalhamento	Sou mestranda do Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica da UFTM, sob a orientação do Prof. Júlio César de Souza Inácio Gonçalves, e meu trabalho de pesquisa no mestrado propõe a implantação do acompanhamento de egressos dos cursos da UFTM, o que ainda não está institucionalizado e é uma das prerrogativas do SINAES/CONAES/INEP. Pretendo desenvolver um trabalho que possa ser utilizado em todas as esferas de ensino da UFTM. No intuito de ilustrar as ações propostas, foi escolhido o curso de Medicina, curso pioneiro da UFTM, como objeto de pesquisa, tendo como amostra os formandos no período de 1980 a 2010/2. Solicito, portanto, a relação nominal para o desenvolvimento da pesquisa.
Dados da Resposta	
Data de Resposta	18/09/2019 10:13
Tipo de Resposta	Acesso Concedido
Classificação do Tipo de Resposta	Resposta solicitada inserida no e-SIC
Resposta	<p>Prezada Cidadã,</p> <p>Agradecemos seu contato com a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) pelo sistema e-SIC. Sobre a solicitação em comento cumpre-nos informar a V.Sa. que seguem anexos os arquivos contendo as informações solicitadas.</p> <p>Cabe ressaltar que, nos termos do art. 21, do Decreto nº 7.724/2012, eventual recurso sobre esta resposta poderá ser dirigido à Diretora do Departamento de Registro e Controle Acadêmico, Sra. Nilda Rosa Nunes, no prazo de 10 dias, a contar da data desta resposta.</p>
Responsável pela Resposta	Divisão de Controle Acadêmico – DRCA – Graduação
Destinatário do Recurso de Primeira Instância:	Departamento de Registro e Controle Acadêmico – DRCA
Prazo Limite para Recurso	30/09/2019
Classificação do Pedido	
Categoria do Pedido	Ciência, Informação e Comunicação
Subcategoria do Pedido	Informação - Gestão, preservação e acesso
Número de Perguntas	1

Histórico do Pedido

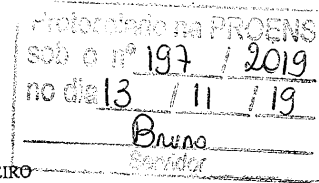
Data do evento	Descrição do evento	Responsável
16/09/2019 09:35	Pedido Registrado para para o Órgão UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro	SOLICITANTE
18/09/2019 10:13	Pedido Respondido	MEC – Ministério da Educação/UFTM – Universidade Federal do Triângulo Mineiro

ANEXO B - Autorização PROENS



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 UNIVERSIDADE FEDERAL DO TRIÂNGULO MINEIRO
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS E EXATAS - ICTE
 PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM INOVAÇÃO TECNOLÓGICA - PMPIT
 Av. Dr. Randolpho Borges Júnior, 1400 - Univerdecidade - 38064-200 - Uberaba-MG - Brasil
 Fone.: (34) 3331-3009 - www.uftm.edu.br - E-mail: sec.pmpit@uftm.edu.br

Mem. 126/2019/UFTM/ICTE – Coordenação do Programa de Mestrado Profissional em
 Inovação Tecnológica – PMPIT



Em 13 de novembro de 2019.

À Pró-Reitoria de Ensino
 C/Cópia Departamento de Registro e Controle Acadêmico

Assunto: Autorização para acesso ao cadastro de ex-alunos.

1. Solicitamos, respeitosamente, autorização para acessar o cadastro dos alunos do banco de dados do SISCAD como parte da Pesquisa realizada pela discente Maria Olívia Batistuta (*Acompanhamento de egressos como instrumento de gestão: uma proposta de inovação nas políticas acadêmicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro*), sob a responsabilidade do Prof. Dr. Júlio César de Souza Inácio Gonçalves e Prof. Dr. Lauro Osiro. Essa pesquisa propõe a implantação de um instrumento de gestão como ferramenta efetiva no processo de investigação sobre as repercussões dos cursos oferecidos pela Instituição na vida de seus ex-alunos, buscando estabelecer mecanismo de comunicação entre ex-alunos e universidade, e usará como amostra os egressos do Curso de Medicina compreendidos no período de 1980 a 2012. Para atingirmos os resultados da pesquisa, necessitamos da relação de formandos (ano/semestre de conclusão) e o contato deles (telefone e e-mail).

2. Salientamos que essa autorização é indispensável para a submissão do projeto ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFTM, órgão responsável pela apreciação ética em pesquisa com seres humanos e, conforme prevê a Resolução 510/16 CONEP, a pesquisa somente será iniciada após a aprovação do CEP/UFTM.

Sem mais para o momento, agradecemos a atenção e nos colocamos à disposição para eventuais esclarecimentos.

Atenciosamente,

De acordo com a realização da Pesquisa
 deferido indeferido

Data: 13/novembro/2019

Prof.ª Dra. Ana Claudia Granato Malpass
 Coordenadora do PMPIT/UFTM

Prof. Dr. Júlio Cesar de Souza Inácio
 Gonçalves (Orientador)

Prof. Dr. Lauro Osiro (Coorientador)

CIENTE E DE ACORDO

13.11.19

Prof. Dr. Wagner Roberto Batista
 Pró-Reitor de Ensino - UFTM

ANEXO C - Parecer CEP-UFTM



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Acompanhamento de egressos como instrumento de gestão: proposta de inovação nas políticas acadêmicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Pesquisador: JULIO CESAR DE SOUZA INACIO GONCALVES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 28690720.6.0000.5154

Instituição Proponente: Universidade Federal do Triângulo Mineiro

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 3.855.264

Apresentação do Projeto:

Segundo os pesquisadores:

"A história da educação no Brasil começa com a chegada dos primeiros padres jesuítas. Durante mais de 200 anos eles foram praticamente os únicos educadores do Brasil. Fundaram escolas de ler, contar e escrever que, embora secundárias, eram de reconhecida qualidade, algumas com modalidades de estudos equivalentes ao nível superior. Entretanto, as primeiras universidades brasileiras nasceram, de fato, após a primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando o Brasil começou a repensar o setor educacional e redefiniu o papel do Estado na educação. Nesse período, surgiram as universidades do Rio de Janeiro (UFRJ-1920), de Minas Gerais (UFMG-1927), de Porto Alegre (UFRGS-1934) e de São Paulo (USP-1934). A Constituição Federal de 1934 foi um marco significativo nos avanços da educação brasileira. No entanto, o processo foi paralisado com o surgimento do Estado Novo, liderado por Getúlio Vargas (1937-1945), sendo retomado apenas em 1948 por meio de encaminhamento de um Projeto de Lei ao Congresso Nacional. A aprovação do projeto ocorreu somente 13 anos depois em meio a fortes movimentos em defesa da escola pública, universal e gratuita, os quais contribuíram para surgimento de órgão importantes, tais como: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Fundação CAPES - 1951) e Conselho Federal de Educação (CFE - 1961), culminando na Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961, que instituiu as Diretrizes e Bases da

Endereço: Rua Conde Prados, 191

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-260

UF: MG **Município:** UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



UFTM - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TRIÂNGULO
MINEIRO



Continuação do Parecer: 3.855.264

Educação Nacional (LDB).

Atualmente, a estrutura do sistema educacional brasileiro é definida por duas legislações principais: as diretrizes gerais da Constituição Federal de 1988 e a LDB, atualizada pela Lei n.º 9.394 de 1996. A educação superior, composta pela graduação, pós-graduação (mestrado, doutorado e pós-doutorado) e ensino à distância (EaD), atua com mecanismos que visam a assegurar a qualidade do ensino, entre eles o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, cujo objetivo principal é avaliar as instituições de educação superior (IES), os cursos de graduação e o desempenho acadêmico de seus estudantes.

Coordenado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) e executado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), o SINAES prevê dez dimensões de avaliação, as quais estão organizadas em cinco eixos. Um desses eixos aborda as políticas acadêmicas adotadas pelas IES e traz em seu escopo a dimensão que trata de questões relacionadas ao atendimento aos discentes. Os principais aspectos avaliados nessa dimensão fazem referência à coerência das políticas de atendimento aos discentes, aos programas de apoio ao desenvolvimento acadêmico, às condições institucionais de atendimento ao discente e ao acompanhamento de egressos (BRASIL, 2009). Em relação aos egressos, as instituições são avaliadas sobre os mecanismos que utilizam para conhecer sua opinião no tocante à formação curricular e ética recebida, identificar o índice de ocupação entre eles, estabelecer relação entre ocupação e formação profissional e, em visão mais ampla, para verificar a opinião de seus empregadores, com vistas a subsidiar possível revisão de planos e programas acadêmicos. Embora as instituições têm empenhado esforços para atender as políticas e os critérios preconizados pelo INEP, ocorre que nem todas fazem a gestão de seus egressos, ocasionando questionamentos por parte das comissões técnicas que realizam os procedimentos de acompanhamento e avaliação, bem como dos próprios coordenadores de curso que mediam as visitas in loco dessas comissões.

Esse cenário aproxima-se da realidade observada na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), que tem sua sede localizada na cidade de Uberaba-MG e um Campus no município de Iturama-MG. Atualmente, a UFTM oferta 28 cursos de graduação, além de programas de pós-graduação e cursos de educação profissionalizante. Tradicionalmente reconhecida pelo ensino de ponta na área da saúde, a primeira graduação implantada na Instituição foi o curso de Medicina, em 1954, cuja turma pioneira de formandos se deu em 1959. Com mais de 65 anos de atuação, a

Endereço: Rua Conde Prados, 191

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-260

UF: MG **Município:** UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



UFTM - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TRIÂNGULO
MINEIRO



Continuação do Parecer: 3.855.264

UFTM possui, hoje, um significativo quadro de ex-alunos, que supera, só no curso de Medicina, a marca de 4.200 graduados. Entretanto, a Universidade ainda não dispõe de mecanismos para fazer gestão de seus egressos.

Com base nisso, verifica-se a necessidade de implementar processos que contribuam para promover a relação universidade e sociedade, de modo a atender não apenas os critérios de avaliação do INEP mas também a própria população, no seu direito de acesso a uma educação de qualidade. Trata-se, portanto, de uma importante lacuna a ser superada pelas IES que enfrentam a mesma situação, uma vez que requer inovação nos processos de trabalho voltados para a busca de conhecimento acerca das percepções, dos caminhos e das experiências construídas pelos seus egressos no decorrer das práticas profissionais.

É, pois, nessa vertente de investigação que a pesquisa pretende responder, entre outros, aos seguintes questionamentos: como o egresso avalia a formação que ele recebeu na universidade? Quantos prosseguiram os estudos em programas de pós-graduação? Quantos atuam em pesquisa produzindo novos conhecimentos para a ciência? Como se caracteriza a inserção desses egressos no mercado de trabalho? Qual a porcentagem de ex-alunos que trabalha em ocupações relacionadas a sua formação? Qual a média de remuneração que eles percebem no mercado de trabalho? Quantos deles atuam fora do país?"

Objetivo da Pesquisa:

Segundo os pesquisadores:

"Tendo em vista a temática da linha de pesquisa de Processos Tecnológicos: Desenvolvimento e Aplicação de Novos Materiais do Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica, à qual a pesquisadora está vinculada, a presente proposta de pesquisa constitui-se como um processo inovador das políticas de atendimento ao estudante no domínio da Universidade Federal do Triângulo Mineiro e busca atender os objetivos que seguem.

OBJETIVO GERAL

Este projeto de pesquisa propõe a implantação de um instrumento de gestão para acompanhamento dos egressos da UFTM, de modo que seja uma ferramenta efetiva no processo de investigação sobre as repercussões dos cursos oferecidos pela Instituição na vida de seus ex-alunos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Para alcançar esse propósito, a pesquisa constitui-se dos seguintes objetivos específicos:

Endereço: Rua Conde Prados, 191

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-260

UF: MG **Município:** UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



UFTM - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TRIÂNGULO
MINEIRO



Continuação do Parecer: 3.855.264

- 1 - identificar quais são as informações mais relevantes sobre os egressos para compor o banco de dados da instituição;
- 2 - construir um instrumento de pesquisa para coletar dados junto aos egressos da Universidade;
- 3 - gerar informações que atendam os critérios de avaliação do INEP e contribuam para melhoria das políticas de atendimento aos discentes;
- 4 - estabelecer mecanismo de comunicação entre egressos e universidade, de modo a subsidiar troca de informações acerca do mercado de trabalho e das propostas formativas da academia."

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo os pesquisadores:

"Este projeto tem como risco a perda de confidencialidade, na medida em que pode-se revelar os nomes dos egressos. No entanto, os pesquisadores primarão pelo anonimato, garantindo o sigilo dos mesmos. Quanto a qualquer outro aspecto de desconforto/risco frente aos dados que serão coletadas, não se reconhece qualquer demanda neste sentido; pois, as informações são simples e não induzem a constrangimentos.

Quanto aos benefícios da pesquisa, aponta-se como benefício para os participantes a oportunidade de resgate do contato com sua instituição de formação, resgatando memórias, valores, histórias e viés afetivo. Para a Instituição relata-se de se ter uma devolutiva do seu desempenho enquanto formadora de centenas de profissionais que depositaram nela a crença e a confiança para ter uma boa qualificação profissional. E, ainda destaca-se que existe o benefício indireto para a sociedade, que é a revelação da importância e do papel que a Universidade possui o que nem sempre é divulgado e reconhecido."

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de pesquisa em resposta a pendência anterior. Pesquisadores atenderam as solicitações. Pesquisa submetida tendo como responsável o orientador da mestranda.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termos de apresentação obrigatória presentes.

Recomendações:

Não há.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

De acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS 466/12 e norma operacional 001/2013, o colegiado do CEP-UFTM manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto.

Endereço: Rua Conde Prados, 191

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-260

UF: MG **Município:** UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



UFTM - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TRIÂNGULO
MINEIRO



Continuação do Parecer: 3.955.264

O CEP-UFTM informa que de acordo com as orientações da CONEP, o pesquisador deve notificar na página da Plataforma Brasil, o início do projeto. A partir desta data de aprovação, é necessário o envio de relatórios parciais (semestrais), assim como também é obrigatória, a apresentação do relatório final, quando do término do estudo.

Considerações Finais a critério do CEP:

Aprovado na reunião do CEP-UFTM em 07/02/2020.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Outros	1_form.pdf	24/02/2020 10:51:14	Alessandra Cavalcanti de Albuquerque e Souza	Aceito
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMACOES_BASICAS_DO_P ROJETO_1492565.pdf	05/02/2020 10:54:57		Aceito
Outros	justificativa.pdf	05/02/2020 10:54:05	JULIO CESAR DE SOUZA INACIO GONCALVES	Aceito
Folha de Rosto	folha_OK.pdf	05/02/2020 10:52:43	JULIO CESAR DE SOUZA INACIO GONCALVES	Aceito
Outros	formulario.pdf	19/12/2019 09:40:09	JULIO CESAR DE SOUZA INACIO GONCALVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	CEP_OK.docx	19/12/2019 09:37:22	JULIO CESAR DE SOUZA INACIO GONCALVES	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Conde Prados, 191

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-260

UF: MG Município: UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br



UFTM - UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TRIÂNGULO
MINEIRO



Continuação do Parecer: 3.855.264

UBERABA, 24 de Fevereiro de 2020

Assinado por:
Alessandra Cavalcanti de Albuquerque e Souza
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Conde Prados, 191

Bairro: Nossa Sra. Abadia

CEP: 38.025-260

UF: MG **Município:** UBERABA

Telefone: (34)3700-6803

E-mail: cep@uftm.edu.br

ANEXO D - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TERMO DE ESCLARECIMENTO

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa vinculada ao Programa de Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica da UFTM (PMPIT), intitulada: ***“Acompanhamento de egressos como instrumento de gestão: uma proposta de inovação nas políticas acadêmicas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro”***.

O presente estudo consiste em identificar informações relevantes sobre egressos, gerar informações que atendam aos critérios de avaliação do INEP e subsidiar a comunicação entre egresso e universidade, tendo como principal objetivo a ***criação de um instrumento de gestão para acompanhamento de egressos de todos os cursos da UFTM***.

É necessária a sua participação na análise do formulário de coleta de dados, um *checklist* proposto pelos pesquisadores. Após sua análise e julgamento, os pesquisadores procederão às adequações necessárias ou à validação da proposta. Você deverá fazer os apontamentos que identificar necessários para sua melhoria, auxiliando os pesquisadores na construção do instrumento.

Conforme previsto pelo estudo, a primeira aplicação ocorrerá junto aos egressos do curso de Medicina (população amostral). Para tanto, o instrumento foi estruturado em três partes, sendo a primeira destinada à **caracterização** do respondente, a segunda formada por questões relacionadas à **avaliação institucional** realizada pelo INEP e a última parte composta por **itens indicados pela coordenação do curso**. Ao todo são 31 questões, sendo que parte delas faz uso da escala de Likert.

Tendo em vista que a aplicação ocorrerá via internet, o formato aqui apresentado não é o mesmo do formulário eletrônico que será encaminhado aos respondentes. Trata-se, portanto, de uma formatação específica para esta etapa de avaliação por juízes.

Você poderá obter todas as informações que quiser e poderá não participar da pesquisa enquanto um juiz ou retirar seu consentimento a qualquer momento, sem eventuais danos ou prejuízo. Pela sua participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que todas as despesas necessárias para a realização da pesquisa não serão de sua responsabilidade. Seu nome não aparecerá em qualquer momento do estudo, pois sua identificação será um número.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE, APÓS ESCLARECIMENTO

Eu, _____,
 declaro que li o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e qual procedimento a que serei submetido. A explicação que recebi dos pesquisadores esclarece que não sofrerei riscos e clarifica os benefícios do estudo. Eu entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não me afetará. Sei que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo.

Aceito o convite para integrar a comissão de juízes

Não aceito o convite para integrar a comissão de juízes

Uberaba, / /

 Assinatura do participante

 Assinatura do pesquisador responsável

 Assinatura do pesquisador orientado

Contato dos pesquisadores:

Prof. Dr. Julio Cesar de Souza Inácio Gonçalves E-mail: sig.julio@gmail.com Telefone: (34) 3331-3009 / 3331-3027 Endereço: Av. Dr. Randolpho Borges Júnior, 1250	Maria Olívia Duarte Batistuta e Almeida E-mail: mariaoliviabatistuta@gmail.com Telefone (34) 98805-0873 / 3700-6806 Endereço: Rua Vigário Carlos, 100 – Bloco D
---	--

Caso persistam dúvidas, entre em contato com a pesquisadora via e-mail, whatsapp ou telefones: Maria Olívia (98805-0873 / 3700-6806).

ANEXO E - Carta Coordenação



Universidade Federal
do Triângulo Mineiro

**Instituto de Ciências da Saúde
Curso de Medicina
R. Frei Paulino, 30 - Nossa Sra. da Abadia, Uberaba - MG, 38025-180**

**Caro (a) Doutor (a) e ex-aluno (a) da Faculdade de Medicina da
Universidade Federal do Triângulo Mineiro**

A Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro passa por mudanças estruturais no seu currículo médico e a avaliação por parte de seus egressos é um parâmetro fundamental usado pelas agências governamentais que a avaliam periodicamente. Por este motivo, peço, por gentileza, dentro das suas possibilidades, e caso concorde, assinar o consentimento eletronicamente e responder o questionário disponibilizado no link anexo a este documento.

Onde quer que se encontre desejo sinceramente que esteja muito bem em todos os sentidos, tanto pessoal quanto profissionalmente.

Agradeço antecipadamente pelo apoio e atenção.

Cordialmente,

Prof. Dr. Mário Leon Silva Vergara

Coordenador do Curso de Graduação em Medicina da UFTM

PROF. MARIO LÉON SILVA VERGARA
Coordenador do Curso de Medicina
UFTM
IAPE: 1344726

ANEXO F - Visualização do convite na plataforma Google Forms

Olá! Tudo bem?

A UFTM pede um minuto da sua atenção.

Por gentileza, leia a mensagem abaixo e, em seguida, acesse o link: [Formulário](#)

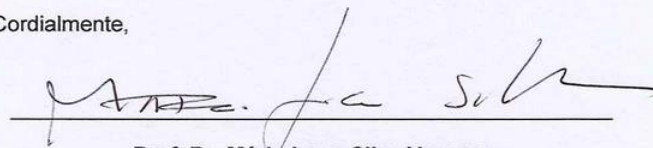
Caro (a) Doutor (a) e ex-aluno (a) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro

A Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Triângulo Mineiro passa por mudanças estruturais no seu currículo médico e a avaliação por parte de seus egressos é um parâmetro fundamental usado pelas agências governamentais que a avaliam periodicamente. Por este motivo, peço, por gentileza, dentro das suas possibilidades, e caso concorde, assinar o consentimento eletronicamente e responder o questionário disponibilizado no link anexo a este documento.

Onde quer que se encontre desejo sinceramente que esteja muito bem em todos os sentidos, tanto pessoal quanto profissionalmente.

Agradeço antecipadamente pelo apoio e atenção.

Cordialmente,



Prof. Dr. Mário Leon Silva Vergara

Coordenador do Curso de Graduação em Medicina da UFTM

PROF. MARIO LEON SILVA VERGARA
Coordenador do Curso de Medicina
UFTM
IAPE: 1344725



Seção 1 de 3

Estudo de egresso - Medicina UFTM

O objetivo desta pesquisa é conhecer a percepção dos egressos de Medicina da UFTM sobre a formação recebida e será referência para gestão do acompanhamento de egressos dos demais cursos da Universidade. Sua colaboração é muito importante. Portanto, responda as seguintes questões de forma sincera e pessoal, sem se preocupar em ser amigável ou agradável. Não é necessário se identificar.

Registre seu consentimento *

Concordo em participar.